



**INSTITUTO
FEDERAL**
Sudeste de
Minas Gerais

PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS

BACHARELADO EM DIREITO

MODALIDADE PRESENCIAL

CAMPUS RIO POMBA

Autorizado pela Resolução CONSU nº 018/2015, de 02 de julho de 2015.

Reitor

Charles Okama de Souza

Pró-Reitora de Ensino

Glaucia Franco Teixeira

Diretora de Ensino/Proen

Imaculada Conceição C. Lopes

Diretor(a) do Campus Rio Pomba

João Batista Lúcio Corrêa

Diretor (a) de Ensino do Campus Rio Pomba

Marcos Pavani de Carvalho

Elaboração do Projeto Pedagógico

Camila Bernardino de Oliveira Lamas

Gustavo Vieira Silva

Marlene de Paula Pereira

Paula Vieira Silva e Fidélis

Rafael Bitencourt Carvalhães

Virgínia Maria Canônico Lopes

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa com a localização dos campi do IF Sudeste MG	2
Figura 2 - Distâncias da cidade de RioPomba - MG	3
Figura 3 - Mapa das Microrregiões de Ubá e Cataguases.	7
Figura 4 - Gráfico com IDH de Municípios no entorno do IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba e Estado de Minas Gerais.	8
Figura 5 - Gráfico com renda familiar dos estudantes participantes da pesquisa em salários mínimos.	9
Figura 6 - Gráfico com percentual de estudantes participantes da pesquisa que optaram pelo curso Bacharelado em Direito.	10

Lista de Quadros

Quadro 1 - Infraestrutura física.	31
Quadro 2 - Núcleo Docente Estruturante.	33
Quadro 3 - Docentes que atuam no curso.....	34
Quadro 4 - Produção dos docentes do curso.....	39
Quadro 5 - Técnicos administrativos.....	57

Sumário

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Histórico da instituição e do campus Rio Pomba	1
2	DADOS DO CURSO	4
2.1	Denominação do curso	4
2.2	Área de conhecimento/eixo tecnológico	4
2.3	Modalidade de oferta	5
2.4	Habilitação/Título Acadêmico conferido	5
2.5	Legislação que regulamente a profissão	5
2.6	Carga horária total	5
2.7	Tempo de integralização	5
2.8	Turno de oferta	5
2.9	Número de vagas ofertadas	5
2.10	Número de períodos	5
2.11	Periodicidade da oferta	5
2.12	Requisitos e formas de acesso	6
2.13	Regime de matrícula	6
2.14	Ato legal de Autorização do curso	6
3	CONCEPÇÃO DO CURSO	6
3.1	Justificativa do curso	6
3.2	Missão, visão e vocação do curso	11
3.3	Objetivos do curso	12
3.3.1	Objetivo Geral	12
3.3.2	Objetivos Específicos	13
3.4	Perfil profissional do egresso	14
4	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	15
4.1	Matriz curricular	16
4.2	Estágio curricular supervisionado	17
4.3	Atividades complementares	18
4.4	Mobilidade Acadêmica	19
4.5	Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores	20
4.6	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	22
4.7	Exame Nacional de Desempenho dos estudantes (ENADE)	23

4.8	Curricularização da Extensão	24
5	PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	26
5.1	Metodologia de ensino-aprendizagem	26
5.2	Acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem	27
5.3	Apoio ao discente	29
6	INFRA-ESTRUTURA	30
6.1	Espaço Físico Disponível e uso da Área Física do Campus	31
6.2	Biblioteca	31
6.3	Laboratórios	32
6.4	Sala de Aula	32
7	CORPO DOCENTE, TUTORIAL E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	32
7.1	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	32
7.2	Coordenação de curso	33
7.3	Docentes e tutores	34
7.4	Produção cultural, artística, científica ou tecnológica dos docentes	39
7.5	Técnico-administrativo	57
8	AVALIAÇÃO DO CURSO	57
8.1	Objetivos do Sistema de Avaliação	57
8.2	Sistema de autoavaliação do curso	58
8.2.1	Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	58
8.2.2	Programa de avaliação institucional do IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba.	58
9	CERTIFICADOS E DIPLOMAS	63
10	REFERÊNCIAS PARA CONCEPÇÃO DO PPC	63
	APÊNDICE 1: ESTUDO DE DEMANDA	68
	APÊNDICE 2: MATRIZ CURRICULAR	73
	APÊNDICE 3: COMPONENTES CURRICULARES	85
	APÊNDICE 4: REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	165
	APÊNDICE 5 - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	168
	APÊNDICE 6 - REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA E DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	175
	APÊNDICE 7 - REGULAMENTO DO NÚCLEO DE APOIO AO DISCENTE - NAD	184
	APÊNDICE 8 – PROJEÇÃO DE CARGA HORÁRIA.	188

1 INTRODUÇÃO

O presente Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharel em Direito do IF Sudeste MG, *Campus* Rio Pomba, está organizado com vistas a acompanhar o desenvolvimento tecnológico, social e científico, bem como as exigências do mundo do trabalho na área jurídica, considerando as características do *Campus* e a realidade socioeconômica do município de Rio Pomba e cidades vizinhas.

Contempla, dentre outros, o histórico da instituição, a justificativa e objetivos do curso, o perfil do egresso e a organização curricular. Os componentes curriculares propostos, dentre os quais se incluem atividades de prática jurídica, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso, relacionam-se diretamente com as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo discente.

Este documento deverá acompanhar a dinâmica social, permitindo uma constante atualização do profissional do direito, não se apresentando, portanto, como definitivo, podendo sofrer alterações com essa finalidade.

1.1 Histórico da instituição e do campus Rio Pomba

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) foi criado em dezembro de 2008, pela Lei Nº 11.892/2008 e integrou, em uma única instituição, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (Cefet-RP), a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena e o Colégio Técnico Universitário (CTU) da UFJF. Atualmente a instituição é composta por *campi* localizados nas cidades de Barbacena, Bom Sucesso, Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Rio Pomba, Santos Dumont, São João del-Rei, e Ubá. O município de Juiz de Fora abriga, ainda, a Reitoria do instituto.

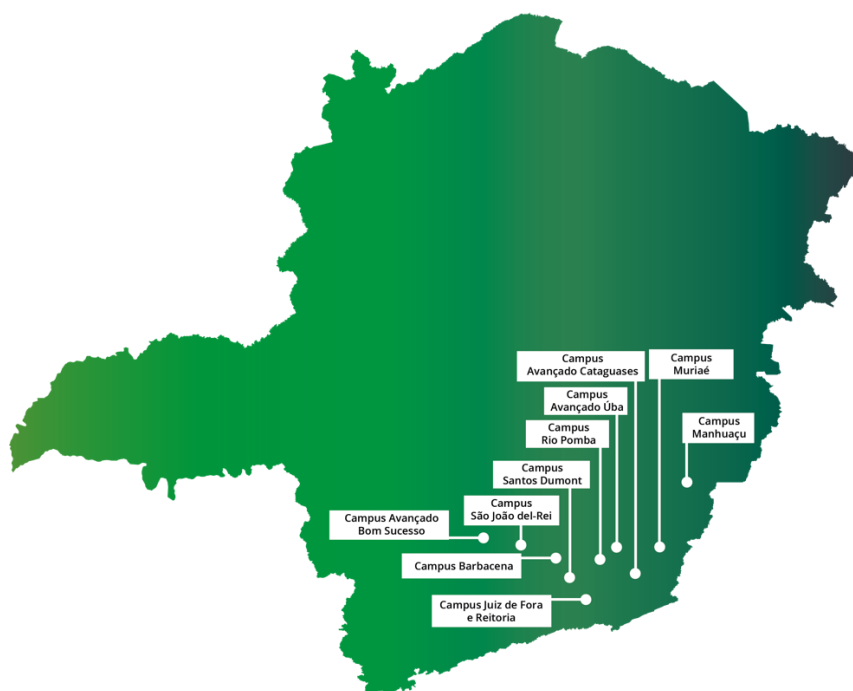


Figura 1 - Mapa com a localização dos campi do IF Sudeste MG

O IF Sudeste MG é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Os institutos federais têm por objetivo desenvolver e ofertar a educação técnica e profissional em todos os seus níveis de modalidade e, com isso, formar e qualificar cidadãos para atuar nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

O *Campus Rio Pomba* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais está localizado a 5 km do centro urbano da cidade, em um local denominado Lindo Vale, região da Zona da Mata mineira.

A região da Zona da Mata é formada por 142 municípios agrupados em sete microrregiões geográficas, abrangendo uma área de 35.726 Km², com uma população estimada em 1.971.000 habitantes, correspondendo a 11,4% da população total do estado, com uma densidade de 55,2 hab/Km² e representando 9% de participação no PIB estadual. Formada basicamente por mini e pequenos proprietários rurais e/ou agroindustriais, cuja estrutura produtiva está alicerçada ainda nas atividades de subsistência, a região vem passando por transformações socioeconômicas significativas. Uma delas é a busca da inserção no mundo globalizado através da melhoria da sua infraestrutura física, formação de

mão de obra, práticas empresariais e diversificação de produtos para atender cada vez mais as demandas crescentes do mercado consumidor (produtos e trabalho).

O município de Rio Pomba situa-se à margem esquerda do Rio Pomba, num vasto planalto de 273 km², com predominância de terras húmusas, apropriadas à pecuária. Conta com uma população aproximada de 18 mil habitantes, um clima ameno com temperaturas máxima e mínima em torno de 36 a 13°C respectivamente.

É beneficiada por várias rodovias, como a BR 116 e 267 e, conforme mostra o mapa abaixo, apresenta as seguintes distâncias dos principais centros: 250 km de Belo Horizonte, 250 km da cidade do Rio de Janeiro e 72 km de Juiz de Fora. Localizada no centro de gravidade do triângulo formado por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, a região sofre as influências econômicas e sociais do processo evolutivo dessas metrópoles.



Figura 2 - Distâncias da cidade de RioPomba - MG

A origem da Escola data de 16 de agosto de 1962, quando foi inaugurada pelo deputado Último de Carvalho, atendendo aos anseios políticos, econômicos e sociais vigentes, idealizando-se uma escola voltada para as necessidades do meio rural, numa metodologia adaptada ao sistema escola-fazenda.

Na época, o acesso à educação era difícil e oneroso. Muitos almejavam cursar o antigo ginásial e esse grau de ensino era representado por poucas escolas, localizadas geralmente em cidades-polo. Os filhos de pequenos proprietários e de trabalhadores rurais não tinham

condições financeiras para realizar esses estudos. A criação desta Instituição veio justamente preencher essa lacuna, proporcionando a esses indivíduos a escolarização tão sonhada. Baseando-se no Plano de Metas do governo do então Presidente JK, esses anseios foram conquistados pelo líder regional, Dep. Último de Carvalho, concretizando o sonho da sociedade regional.

Foi criado pela Lei 3092/56 de 29 de dezembro de 1956, publicada no DOU em 02 de janeiro de 1957, com a denominação de “Escola Agrícola de Rio Pomba”. Era subordinada ao Ministério da Agricultura e utilizava as terras e benfeitorias do Departamento Nacional de Produção Animal e da Estação Experimental de Fumo do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Ao longo de sua trajetória, o *Campus* Rio Pomba passou pelas seguintes transformações:

- Ginásio Agrícola de Rio Pomba: em 13 de dezembro de 1964, através do Decreto N° 53.558/64.
- Colégio Agrícola de Rio Pomba: em 25 de janeiro de 1968, através do Decreto N° 62.178.
- Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba - MG: em 04 de setembro de 1979, através do Decreto N° 83.935.
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba: em 14 de novembro de 2002.
- *Campus* Rio Pomba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais: em 30 de dezembro de 2008.

2 DADOS DO CURSO

2.1 Denominação do curso

Curso de Bacharel em Direito.

2.2 Área de conhecimento/eixo tecnológico

Ciências Sociais.

2.3 Modalidade de oferta

Presencial.

2.4 Habilitação/Título Acadêmico conferido

Bacharel(a) em Direito.

2.5 Legislação que regulamenta a profissão

Lei nº 8.906 de 4 de julho de 1994.

2.6 Carga horária total

3.899 Horas.

2.7 Tempo de integralização

Mínimo: cinco anos

Máximo: dez anos.

2.8 Turno de oferta

Noturno

2.9 Número de vagas ofertadas

Quarenta vagas por turma

2.10 Número de períodos

Dez períodos

2.11 Periodicidade da oferta

Anual

2.12 Requisitos e formas de acesso

A seleção será feita por meio de processo seletivo/vestibular do Instituto e pelo Sistema de Seleção Unificada – Sisu, atendendo também aos critérios de acesso segundo as regulamentações previstas no Regimento Geral do IF Sudeste MG e no Regulamento Acadêmico de Graduação disponível em: https://sistemas.riopomba.ifsudestemg.edu.br/cgg/Siscgg/Cgg/Up_Downloads/RAG_VersAo_Final_2018_ID_0000000201_1.pdf

2.13 Regime de matrícula

Semestral.

2.14 Ato legal de Autorização do curso

O curso de Bacharel em Direito do IF Sudeste MG está autorizado pela portaria nº 621, de 14 de setembro de 2018 (DOU).

3 CONCEPÇÃO DO CURSO

3.1 Justificativa do curso

O *Campus* Rio Pomba, um dos mais antigos do IF Sudeste MG, reconhecido pela tradição em educação, desde 1962 atende às necessidades educacionais da comunidade de Rio Pomba e cidades vizinhas, possuindo grande importância para a região, visto ser a única instituição pública de ensino superior.

Cumprido destacar que Rio Pomba é um município do Estado de Minas Gerais, com população estimada de 18.001 habitantes (IBGE 2016), localizado na Zona da Mata Mineira, microrregião de Ubá.

Neste cenário, tendo em vista a grande importância para a comunidade local e regional e, visando a excelência acadêmica, o *Campus* Rio Pomba passa por um processo de franca expansão, atendendo, assim, ao objetivo de implementar políticas de incentivo à

verticalização do ensino, em consonância com o que prevê o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IF Sudeste de MG.

Assim, o curso de Bacharel em Direito, articulando-se verticalmente com o curso Técnico em Serviços Jurídicos, já ofertado pela Instituição, representa grande avanço para a região, apresentando-se como o único curso desta natureza em instituição pública em um raio de atuação que compreende as microrregiões de Ubá e Cataguases, conforme Figura 3:



Figura 3 - Mapa das Microrregiões de Ubá e Cataguases.

O Campus Rio Pomba, instituição cônica de sua responsabilidade na melhoria dos problemas sociais da comunidade, recebe alunos de diversas localidades, principalmente, municípios das microrregiões de Ubá e Cataguases, que possuem, em sua maioria, IDH

(Índice de Desenvolvimento Humano) abaixo da média do Estado de Minas Gerais, sobretudo no que tange à renda e à educação, conforme Figura 4, que traz dados referentes a alguns municípios localizados em um raio de 60 Km de Rio Pomba.

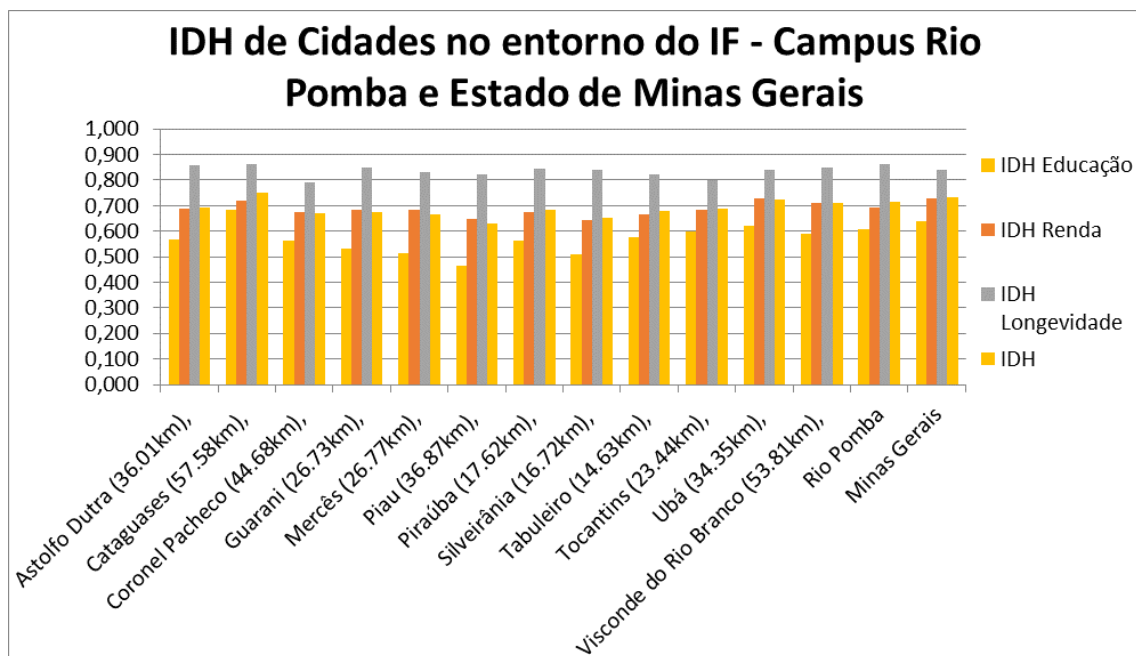


Figura 4 - Gráfico com IDH de Municípios no entorno do IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba e Estado de Minas Gerais.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O estudo de demanda realizado, com aplicação de questionários para alunos de segundos e terceiros anos do ensino médio de escolas de Rio Pomba e cidades circunvizinhas, apresentou, no que tange às características socioeconômicas destes estudantes, dados que corroboram com as estatísticas referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano apresentadas. Do total de questionários respondidos, 23% afirmam possuir renda familiar de até um salário mínimo e, para 43% dos alunos, os rendimentos da família não ultrapassam dois salários mínimos, conforme Figura 5.

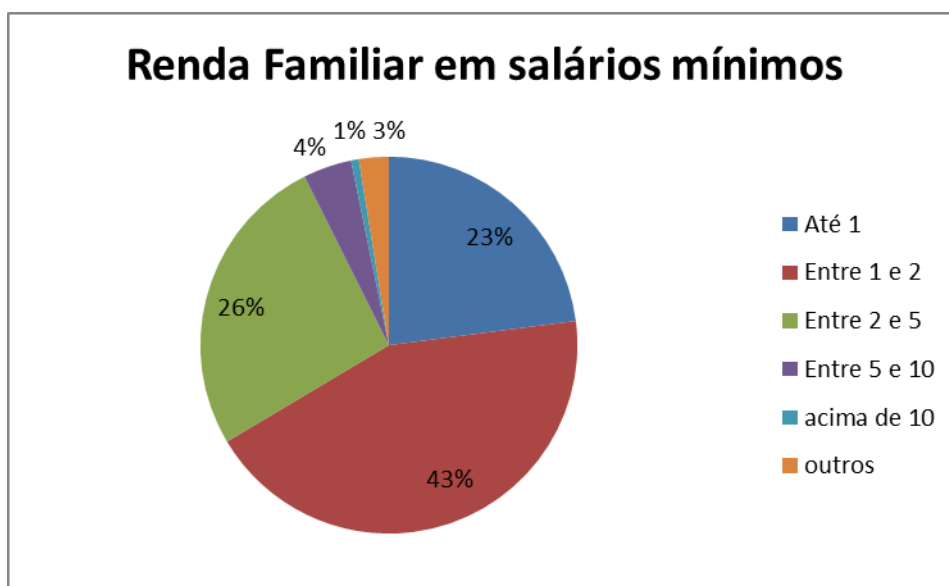


Figura 5 - Gráfico com renda familiar dos estudantes participantes da pesquisa em salários mínimos.

No mesmo sentido, em 2014, o salário médio dos trabalhadores formais no município de Rio Pomba era de 2,3 salários mínimos e, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 33% da população nessas condições, o que o colocava na posição 639 dentre os 853 municípios do estado (IBGE).

Este cenário reforça a grande relevância do *Campus* Rio Pomba do IF Sudeste MG no contexto local e regional, como instituição pública de ensino, apta a contribuir para a mobilidade social dos membros da comunidade, por meio do acesso à educação.

Assim, a oferta do curso Bacharel em Direito, de forma gratuita, em instituição pública federal, visa contribuir para o desenvolvimento comunitário local e regional, missão do IF Sudeste MG, assim como objetiva possibilitar a elevação destes índices, na medida em que possui o escopo de ampliar as oportunidades de trabalho da população, tendo em vista a grande gama de colocações profissionais que se apresenta para o Bacharel em Direito, atendendo aos objetivos dos Institutos Federais, nos moldes do que preceitua o artigo 7º, V, da Lei 11.892/2008, *in verbis*: “são objetivos dos Institutos Federais: V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.”

Ademais, a pesquisa realizada com alunos de segundos e terceiros anos do ensino médio de escolas de Rio Pomba e região, com questionamento a respeito do curso superior

no qual pretendiam ingressar, apresentou elevada demanda para o curso de Bacharel em Direito.

Foram aplicados 745 (setecentos e quarenta e cinco) questionários, nos quais constavam 12 (doze) opções de cursos, além da opção “outro”, na qual o aluno poderia elencar um curso não constante no rol apresentado, bem como a opção “nenhum”. Deste total, conforme Figura 6, 357 (trezentos e cinquenta e sete) alunos apresentaram como opção o curso de Bacharelado em Direito, o que corresponde a 48% dos participantes da pesquisa, demonstrando a grande importância para a região da oferta deste curso em instituição federal, a fim de atender a um público que, em significativa parcela, como visto, não possui recursos econômicos para arcar com a formação em instituição particular de ensino ou manter-se em municípios mais distantes.

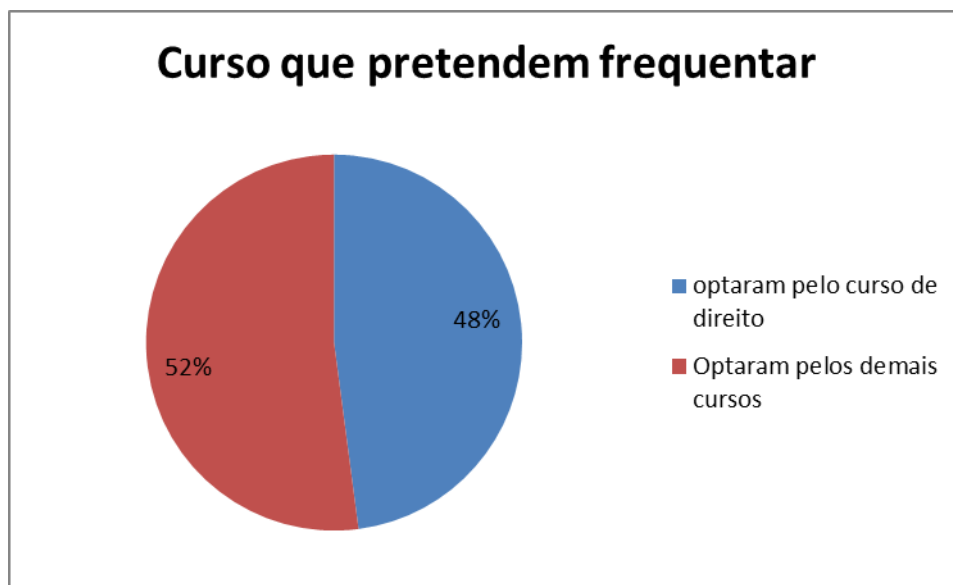


Figura 6 - Gráfico com percentual de estudantes participantes da pesquisa que optaram pelo curso Bacharelado em Direito.

Além disso, o curso de Bacharel em Direito contempla atividades que permitem maior interação entre o *Campus* Rio Pomba e a sociedade, objetivo do IF Sudeste MG, previsto em seu PDI, garantindo maior envolvimento entre as questões socioeconômicas e educacionais, tais como o Laboratório de Prática Jurídica, com prestação de assistência jurídica gratuita à população carente, assistência jurídica volante com atendimento gratuito “in loco” às comunidades carentes do município de Rio Pomba e cidades vizinhas, com orientação e ajuizamento de ações, quando for o caso, bem como realização de palestras, entre outras ações, objetivando, por meio da informação, resgatar a cidadania da população, formando

profissionais com visão humanista, capazes de contribuir com o desenvolvimento social e cômicos de seu papel de agente de transformação.

Nesta esteira, cumpre destacar a importância do Laboratório de Práticas Jurídicas – LPJ – na promoção do acesso à justiça da população local e regional, sobretudo ante a ausência de defensor público na comarca de Rio Pomba.

Desse modo, por meio do Laboratório de Práticas Jurídicas, o IF Sudeste MG – *Campus* Rio Pomba poderá oferecer significativa contribuição para a melhoria do índice de acesso à justiça da região.

3.2 Missão, visão e vocação do curso

O curso Bacharel em Direito do IF Sudeste MG – *Campus* Rio Pomba possui a missão de promover e disseminar conhecimento jurídico sólido e humanista, por meio do ensino, pesquisa e extensão, formando cidadãos e profissionais éticos e qualificados, comprometidos com a democracia e a promoção da justiça social.

Busca-se ainda avançar nas fronteiras do conhecimento para além do aspecto técnico, promovendo também formação social e ética do indivíduo, capacitando-o a contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país.

Assim, possui a missão de formar cidadãos envolvidos com os problemas locais, regionais e nacionais, comprometidos com seu papel de agente de transformação social e com os valores democráticos, a fim de desenvolver um modelo de curso que seja referência na oferta de educação gratuita e de excelência de forma plural, inclusiva e igualitária.

No que tange à visão do curso, por seu turno, buscar-se-á destacar-se no desenvolvimento de práticas e ações com vistas a proporcionar a seus egressos uma formação profissional pautada na cultura do diálogo e práticas de consenso, imbuídos de valores éticos, visando a construção de uma sociedade calcada em ideais de igualdade, justiça e garantidora da dignidade da pessoa humana.

Com isso, visa-se contribuir para a edificação, no município de Rio Pomba e região, de uma cultura democrática de administração da justiça, tendo como alicerces o acesso à justiça, a promoção da justiça consensual e da justiça restaurativa.

Por fim, a vocação do curso passa pela construção de saberes jurídicos que respeitem e desenvolvam a diversidade, a inclusão social, o acesso à justiça e as experiências locais e

regionais, por meio da relação dialógica entre teoria e prática, da pluralidade dos saberes e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3.3 Objetivos do curso

3.3.1 Objetivo Geral

O curso Bacharel em Direito do IF Sudeste MG – *Campus* Rio Pomba objetiva garantir um estudo crítico e reflexivo do Direito, formando profissionais que o utilizem como instrumento de transformação social e defesa da cidadania, qualificados e indispensáveis participantes na administração da justiça e do bem comum, comprometidos com o respeito aos direitos fundamentais, atentos aos novos desafios e transformações da ciência do Direito e aos problemas de acesso à justiça, com conhecimentos, habilidades e competências que possibilitem uma atuação profissional pautada nos métodos adequados de solução de conflitos, além de capacidade de atualização e renovação, de forma independente, interdisciplinar e autônoma.

Para tanto, serão abordados e explorados os métodos adequados de solução de conflitos, visando permitir ao estudante uma formação compatível com as novas ferramentas tratadas pela legislação, tornando-o, assim, sensível e comprometido com a problemática do acesso à justiça, fomentando-se a cultura do diálogo e da criatividade, destacando-se a importância em se estimular as práticas de consenso em contraponto ao profissional litigante.

Com esse escopo, os conteúdos referentes aos métodos adequados de solução de conflitos, além de serem implementados no âmbito do laboratório de práticas jurídicas e de disciplinas específicas, são também trabalhados de forma transversal, perpassando por todas as disciplinas do curso.

Neste intuito, foram elaborados conteúdos curriculares que apresentam plena coerência com o perfil do egresso, proporcionando ao mesmo conhecimentos específicos e capacidade construtiva e crítica sobre os conflitos e aspirações próprias de tais matérias.

Ademais, a fim de oferecer ensino jurídico de qualidade, estimular-se-á a realização de pesquisas científicas relacionadas às diversas áreas do Direito, primando-se por linhas de pesquisa que atendam às demandas locais e regionais, enfatizando, desse modo, o compromisso da Instituição com o desenvolvimento local e regional, além de possibilitar ao

discente atuar como agente de transformação social atento às necessidades de sua comunidade.

Buscar-se-á pautar as atividades de extensão no compromisso institucional com o desenvolvimento social, concretizadas por meio de ações com vistas à construção, consolidação e socialização do conhecimento. Além disso, as atividades de extensão estão presentes em grande parte das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso, sendo objeto, ademais, de uma disciplina autônoma, com vistas à curricularização da extensão e, com isso, proporcionar aos discentes uma formação humanista pautada na preocupação e envolvimento com os problemas da sociedade.

Desse modo, o curso de Bacharel em Direito objetiva formar profissionais atentos aos problemas de sua comunidade, dotados de raciocínio jurídico consolidado, com conhecimento e domínio teórico prático indispensáveis ao profícuo exercício da profissão, posta em permanente desafio em razão das céleres mudanças científicas, políticas e tecnológicas, tendo o senso ético como informador de seus atos e de sua conduta profissional e cidadã.

3.3.2 Objetivos Específicos

- Formar profissional provido de senso crítico, apto a exercer as atividades jurídicas em seus diversos campos de atuação.
- Formar profissional que compreenda seu papel fundamental na construção do Direito enquanto ciência em constante transformação, provido de conhecimentos acerca da complexidade do fenômeno jurídico.
- Formar profissional que atue de forma eficiente no mercado de trabalho, contribuindo efetivamente para a solução dos problemas sociais, pautado na justiça.
- Formar profissional com visão humanista e ética, consciente de seu papel social e profissional, tendo como compromisso a realização da dignidade humana.
- Formar profissional que contribua para a transformação local e regional, pautando suas condutas nas exigências ambientais para o desenvolvimento sustentável.
- Formar profissional que articule teoria e prática, valorizando o ensino, a pesquisa e a extensão.

- Formar profissional que contribua para o desenvolvimento da comunidade local e regional e para o aumento dos índices de acesso à justiça.
- Formar profissional capaz de responder aos desafios postos ao direito contemporâneo, de forma reflexiva e crítica, aptos a aplicar os métodos adequados de solução de conflitos, com vistas à melhoria no acesso à justiça.

3.4 Perfil profissional do egresso

Em consonância com o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito – Resolução CNE/CES n. 5, de 17 de dezembro de 2018, em seu artigo 3º, o curso de Bacharel em Direito do IF Sudeste MG – *Campus* Rio Pomba, oferecerá ao egresso sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomenta a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Ademais, com fulcro no que reza o artigo 4º da mesma Resolução, o curso de Bacharel em Direito do IF Sudeste MG – *Campus* Rio Pomba propõe a formação de um profissional que revele as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando a:

I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a de utilização das normas técnico- jurídicas;

III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV- Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Além disso, pretende-se formar Bacharel em Direito atento e comprometido com o direito fundamental à razoável duração do processo, o qual pode ser efetivado, dentre outros, por meio de medidas que visem reduzir o fenômeno da judicialização, através da implementação dos métodos adequados de solução de conflitos, dentre os quais a arbitragem, a conciliação e a mediação.

Assim, visando adaptar-se às mudanças referentes a tais meios adequados de solução de conflitos, é imprescindível que o Bacharel em Direito tenha conhecimento das normas pertinentes ao assunto, tanto para prevenir quanto para dirimir os litígios, devendo ser, ademais, estimulado à cultura do diálogo, o que será desenvolvido no curso por meio de projetos, práticas e disciplinas, assim como pelas metodologias utilizadas no processo de ensino aprendizagem.

4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Orienta-se pelas diretrizes da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que assim dispõe:

Art. 5º O curso de graduação em direito, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, deverá incluir no PPC conteúdos e atividades que atendam às seguintes perspectivas formativas:

I - Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

II- Formação o técnico- jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e

III- Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC.

Ademais, atendendo à resolução supramencionada, com vistas a garantir uma maior diversificação e enriquecimento do currículo com o desenvolvimento de conhecimentos de importância regional, nacional e internacional, considerando os novos desafios que se apresentam ao profissional do Direito, foram inseridas disciplinas tais como Direito Ambiental, Direito Eleitoral, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Agrário, Biodireito, Informática Jurídica, Propriedade Industrial e Inovação, Empreendedorismo Jurídico, Marketing e Direito, Direito e internet, Direito Registral e Notarial, Direito e Literatura, entre outras.

4.1 Matriz curricular

A matriz curricular do curso Bacharel em Direito do IF Sudeste MG -Campus Rio Pomba, assim como os componentes curriculares, que encontram-se nos anexos deste

documento, possuem total coerência com os objetivos do curso, bem como com o perfil profissional do egresso, sendo organizados de modo a conferir aos estudantes competências para atuarem de forma autônoma e crítica no exercício profissional, aptos a atenderem às demandas de seu tempo.

4.2 Estágio curricular supervisionado

O Estágio Supervisionado, componente curricular obrigatório, indispensável para o processo de formação acadêmica, poderá ser realizado no Laboratório de Prática Jurídica da própria instituição e em órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais Departamentos Jurídicos Oficiais, em Escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas, durante o 7º, 8º, 9º e 10º períodos.

O estágio supervisionado integra o currículo pleno para todos os alunos, os quais devem cumprir um mínimo de 300 (trezentas) horas de atividades práticas, simuladas e reais, sob orientação, das quais 132 (cento e trinta e duas) horas poderão ser realizadas no âmbito do Laboratório de Prática Jurídica – LPJ, nas disciplinas de laboratório de práticas jurídicas I e II.

O estágio oferecido no Laboratório de Prática Jurídica do IFSUDESTEMG – *Campus* Rio Pomba englobará a prática jurídica simulada e a prática jurídica real, bem como atividades de arbitragem, negociação, conciliação e mediação, com prestação de assistência jurídica gratuita à população carente e será supervisionado por um docente designado para esta atividade.

Por seu turno, o estágio nas instituições públicas ou privadas conveniadas terá por finalidade familiarizar os discentes com os ambientes das áreas de atuação do profissional do Direito. Nesses casos, o estagiário será supervisionado por um profissional que atua nessas instituições, bem como por um docente, a quem deverá entregar, semestralmente, relatórios referentes às atividades executadas durante o estágio.

Por fim, cumpre informar que o curso de Bacharelado em Direito possui regulamento próprio para o estágio e laboratório de práticas jurídicas em conformidade com o regulamento do IF Sudeste MG.

4.3 Atividades complementares

As Atividades Complementares constituem-se em parte integrante, indissociável e essencial do projeto político pedagógico do curso de Bacharel em Direito do IF Sudeste MG – *Campus* Rio Pomba e visam enriquecer o currículo e garantir sua pluralidade por meio de atividades extracurriculares.

De acordo com o artigo 8º da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018,

as atividades complementares são componentes curriculares que objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento da aquisição, pelo discente, de conteúdos, habilidades e competências, obtidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que estimulem atividades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estudante, respeitadas as normas institucionais do curso. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 4)

Assim, objetiva-se que as atividades complementares constituam-se em um elo entre a doutrina e a prática jurídica, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades e das competências necessárias ao exercício das atividades profissionais do graduando, além daquelas relacionadas à formação humanista dos sujeitos.

Desse modo, com o fim de contribuir para a formação integral dos discentes, considerando a importância de desenvolvê-los em suas múltiplas dimensões, o currículo é ampliado com atividades complementares, que deverão contabilizar um mínimo de 200 (duzentas) horas, como requisito à colação de grau.

São consideradas atividades complementares os estágios extracurriculares; o trabalho com vínculo empregatício na área; a participação em sessões de defesa de trabalho acadêmico; a participação em grupos de estudo; a participação como membro de Conselho de Sentença junto ao Tribunal do Júri; representação de turma; representação discente em órgãos colegiados, em comitês ou em comissões de trabalhos e em entidades estudantis; organização de eventos técnicos científicos; monitorias; participação em cursos de curta duração na área jurídica; publicações em periódicos ou em anais de eventos técnico-científicos; apresentação de trabalhos em eventos técnicos-científicos; projetos e programas de pesquisa; participação em projetos de ensino; disciplina eletiva; atividades em programas e projetos de extensão; participação em eventos técnicos científicos; estudo de língua estrangeira; ações voluntárias em matérias pertinentes ao curso e atividades como mediador, conciliador, árbitro e negociador junto a Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania instituídos pelos Tribunais de Justiça e Câmaras privadas.

Por fim, destaca-se que o curso de Bacharel em Direito possui regulamento próprio para as atividades complementares que consta nos apêndices deste documento e está em consonância com o regulamento de atividades complementares do IF Sudeste MG e regulamento acadêmico de graduação.

4.4 Mobilidade Acadêmica

O Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, campus Rio Pomba, com vistas a proporcionar possibilidades de integração e troca de conhecimentos, possibilita aos seus estudantes a oportunidade de realizar parte de seus estudos, compatíveis com seus cursos, em outras universidades do país e do exterior.

Assim, as modalidades de mobilidade acadêmica são as seguintes:

1. Externa: possibilidade dos estudantes do IF Sudeste MG cursarem componentes curriculares em instituições de ensino brasileiras conveniadas, bem como receber estudantes destas instituições.
2. Interna: possibilidade dos estudantes do IF Sudeste MG cursarem componentes curriculares nos campus da própria instituição.
3. Mobilidade acadêmica estudantil internacional: É realizada entre o IF Sudeste MG e instituições estrangeiras conveniadas possibilitando o intercâmbio de seus estudantes.

São responsáveis pelo suporte e acompanhamento dos estudantes em mobilidade acadêmica a Coordenação de Mobilidade Acadêmica e a Assessoria de Relações Internacionais.

Para solicitar a participação nos programas institucionais de mobilidade acadêmica, o estudante deverá atender aos seguintes critérios:

- Estar devidamente matriculado em cursos regulares do IF Sudeste MG;
- Ter integralizado o mínimo de 20% e o máximo de 90% da carga horária das disciplinas do curso para mobilidade internacional ou ter concluído, com êxito, as disciplinas do 1ºano/semestre do curso, para mobilidade nacional interna.

- Para mobilidade nacional externa, ter sido aprovado no 1ºano/semestre e ter coeficiente e rendimento escolar de, no mínimo, 60%.
- No caso de mobilidade internacional, ter coeficiente e rendimento escolar de, no mínimo, 70%.

Durante o período de realização da Mobilidade Acadêmica Estudantil, o estudante terá sua vaga assegurada no curso de origem, com status de matrícula registrada como “em Mobilidade Acadêmica Nacional ou Internacional” e o processo de renovação de matrícula será automático.

Ao retornar do intercâmbio, o estudante deverá apresentar a documentação necessária ao Setor de Registros Acadêmicos, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do início do semestre letivo subsequente ao término da mobilidade.

No que tange à avaliação, os documentos serão encaminhados para o coordenador do curso e para o professor da área para julgar a equivalência, sendo que disciplinas que não apresentem equivalência poderão ser aproveitadas como optativas ou utilizadas como atividades complementares e registradas em horas, desde que aprovadas pelo colegiado.

Por fim, destaca-se que a permanência do estudante na instituição receptora não poderá exceder a dois semestres letivos.

4.5 Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

De acordo com o Capítulo VIII do Regulamento Acadêmico de Graduação, o aproveitamento de conhecimentos e experiências dar-se-á da seguinte forma:

Art. 26. É facultado ao discente solicitar o aproveitamento de disciplinas correspondentes às disciplinas cursadas anteriormente ao ingresso no curso em instituições de ensino superior; ou às cursadas paralelamente em outras instituições credenciadas de ensino superior, de acordo com o calendário acadêmico do *campus*.

§1º Para a verificação de aproveitamento de disciplinas, a Instituição deverá exigir, para análise, o histórico escolar ou declaração (no caso de disciplina isolada), bem como os programas desenvolvidos no estabelecimento de origem.

§2º O discente poderá ser dispensado de cursar disciplinas optativas ou obrigatórias que já tenha cursado em outra Instituição (ou em outro curso no IF Sudeste MG), desde que

os conteúdos desenvolvidos e a carga horária sejam equivalentes a, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) da disciplina pretendida.

§3º Poderão ser aproveitadas apenas disciplinas cursadas no mesmo nível de ensino.

§4º O pedido de aproveitamento de disciplinas, protocolado na Secretaria de Graduação, deverá ser feito em formulário próprio, acompanhado de histórico escolar e programas analíticos das disciplinas, obedecendo ao prazo previsto no calendário acadêmico.

I - Não será concedido aproveitamento de disciplina ao aluno que apresentar reprovação anterior na mesma.

§5º A avaliação e a aprovação do aproveitamento de disciplina serão realizadas pelo professor da mesma até 07 (sete) dias úteis após o recebimento do pedido pelo professor e referendado pelo coordenador de curso. Caso o professor não cumpra o prazo estabelecido, o coordenador de curso terá autonomia para avaliação e aprovação.

§6º No caso de disciplinas cursadas em outra Instituição, só poderá haver aproveitamento de disciplinas se essas, no IF Sudeste MG, corresponderem, no máximo, a 60% (sessenta por cento) da carga horária para a conclusão do curso em que ingressou.

§7º Se a disciplina a ser dispensada estiver sendo oferecida no semestre correspondente ao da solicitação de dispensa, o discente deverá frequentar as aulas da disciplina a ser dispensada e realizar as atividades acadêmicas até o deferimento do pedido de aproveitamento.

§8º No caso de indeferido do pedido de dispensa de disciplina o discente não poderá requerer novamente a dispensa para a mesma disciplina.

Art. 27. O discente devidamente matriculado em um curso poderá requerer exame de proficiência em determinada disciplina do mesmo.

§1º Para submeter-se ao exame de proficiência em determinada disciplina, o requerente deverá estar regularmente matriculado no curso, não ter sido reprovado na disciplina e não ter tido o pedido de dispensa da disciplina indeferido.

§2º A solicitação de exame de proficiência ocorre na Secretaria de Graduação, durante período previsto no calendário acadêmico, em requerimento anexado de prova documental que justifique seu pedido.

a) O aluno que requerer exame de proficiência deverá comprovar, por meio de documentos legais, o conhecimento prévio na área da disciplina, experiência significativa de aprendizagem.

§3º Caberá ao colegiado de curso deferir ou não a solicitação de exame de proficiência, respeitando o §6º do Art. 16 deste Regulamento.

§4º A elaboração, aplicação e correção das provas de proficiência são de responsabilidade de uma Banca Examinadora Especial, designada pelo colegiado do curso em que o discente está matriculado. O resultado do processo e respectivos documentos deverão ser entregues ao Registro Acadêmico em até 40 (quarenta) dias após a data do protocolo da solicitação de exame de proficiência, conforme parágrafo 2º deste artigo.

§5º O discente que conseguir no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da nota no exame de proficiência estará dispensado de cursar a disciplina correspondente, caso contrário, não poderá solicitar outro exame de proficiência para a mesma disciplina.

§6º No histórico deverá constar a nota obtida pelo discente no exame de proficiência, caso tenha sido aprovado.

§7º Se a disciplina a ser dispensada estiver sendo oferecida no semestre correspondente ao da solicitação de dispensa, o discente deverá frequentar as aulas da disciplina a ser dispensada e realizar as atividades acadêmicas até o deferimento do pedido de exame de proficiência.

4.6 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Conforme dispõe o art. 10 da Resolução 5/2018 CNE/CES, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório e deverá ser desenvolvido individualmente.

Trata-se de instrumento que possibilita ao acadêmico a oportunidade de demonstrar o grau de habilidade adquirida e os conhecimentos assimilados durante o curso.

Objetivando o aprimoramento do discente em metodologia de estudo e pesquisa, com estímulo à produção científica e desenvolvimento da aptidão para a interpretação crítica do Direito, no último ano do curso Bacharel em Direito, será exigido que os alunos desenvolvam estudos na área jurídica, sob a supervisão de professor orientador. Tais Trabalhos de Conclusão de Curso poderão ser elaborados sob a forma de monografia, artigo científico publicado ou aceito para publicação em periódico ou revista indexada reconhecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo menos no nível QUALIS B5 ou trabalho de conclusão de atividade em projeto de extensão, que refere-se à produção acadêmica elaborada de forma individual contendo os principais resultados

sistematizados em relatório acadêmico, destacando-se que tais modalidades de trabalho de conclusão de curso deverão ser apresentados de forma escrita e oral perante banca examinadora, conforme regulamento próprio.

4.7 Exame Nacional de Desempenho dos estudantes (ENADE)

O Curso de Direito do Campus Rio Pomba do IF Sudeste MG desenvolve as habilidades necessárias para formação profissional, aprofundando a compreensão das perspectivas críticas, construindo uma formação jurídica argumentativa, reflexiva e crítica para a adequada interpretação dos fenômenos jurídicos e sociais.

Os projetos extensionistas trabalhados no curso e as atividades de pesquisa visam à integração dos discentes com a sociedade, correlacionando os fundamentos filosóficos, sociológicos, axiológicos e teóricos do direito com a prática jurídica, especificamente na efetivação de direitos humanos e justiça, destacando a formação voltada para efetivação e construção de meios alternativos de solução das situações jurídico-sociais, promovendo maior integração no desenvolvimento no exercício do direito e no desenvolvimento da cidadania.

A estrutura curricular do curso de Direito levou em conta o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, tendo como fundamento os conhecimentos gerais e específicos agregados à área do curso avaliado. Os conteúdos do eixo de formação profissional foram organizados para permitir a compreensão do fenômeno jurídico e sua operacionalização prática, integralizando o currículo na construção dos saberes de forma interdisciplinar e multidisciplinar, tornando o aluno apto a realizar Exame.

O curso foi avaliado no Conceito Preliminar de Curso (CPC) com a nota 4 (quatro), pertencendo ao ciclo avaliativo dos Bacharelados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins, Grupo Vermelho (2015/2018/2021), com perspectiva de realização do exame pela primeira turma no ano de 2021.

Tendo em vista que a primeira turma do curso de Direito teve início no segundo semestre de 2019, com previsão de formação para agosto de 2024, o curso ainda não possui o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Esperado e Observado (IDD) e não se encontra no período avaliativo para o cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC).

4.8 Curricularização da Extensão

O Plano Nacional de Educação (2014/2024) – Lei N° 13.005/2014, em sua meta 12/Estratégia 12.7, bem como a Resolução CNE/CES 07/2018, determinam que sejam assegurados pelo menos dez por cento do total de créditos curriculares em programas e projetos de extensão, orientados, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.

Para além da exigência legal, a inserção da extensão nos currículos pauta-se na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com vistas à formação integral do estudantes e na interação dialógica com a sociedade por meio da intervenção social. Assim, busca-se garantir o desenvolvimento humanístico dos estudantes, tornando-os sujeitos conscientes de seu papel na sociedade.

Desse modo, as práticas de extensão inseridas no processo de ensino aprendizagem estimulam o protagonismo discente e, com isso, sua autonomia e independência, fundamentais na formação do estudante.

Desta feita, com a curricularização da extensão, para além dos conteúdos trabalhados no curso, são realizadas práticas que visam desenvolver o trabalho em equipe, o diálogo, a experiência com o fazer e a interação social, de modo a contribuir para a autonomia e criticidade dos alunos.

Neste contexto, o escopo central do processo de inserção da extensão no currículo do curso de bacharel em Direito do IF Sudeste MG – *Campus* Rio Pomba é proporcionar formação integral aos alunos, envolvendo-os nos problemas e questões de sua comunidade, a fim de que se compreendam enquanto partes de um contexto social, histórico e cultural e, assim, possam adquirir uma postura crítica e participativa no âmbito de suas relações, potencializando, ademais, o impacto social e acadêmico do curso.

Assim, busca-se considerar o aluno para além deste papel, reconhecendo-o em suas múltiplas dimensões, sobretudo na social, de agente de transformação, fortalecendo seu sentimento de pertença e envolvimento com os problemas locais, garantindo, portanto, uma formação pautada na vida e realidade dos estudantes, cujo objetivo é o desenvolvimento de sua criticidade.

Isto posto, a matriz curricular do curso de Bacharel em Direito do IF Sudeste MG – *Campus* Rio Pomba apresenta um total de trezentas e setenta e sete horas de atividades de extensão em disciplinas obrigatórias, incluindo uma disciplina específica de práticas extensionistas interdisciplinares. Além dessas, cento e trinta e duas horas são previstas para

as atividades realizadas no laboratório de práticas jurídicas. Desse modo, o estudante que realizar seu estágio na própria instituição em referido laboratório, poderá computar também tal carga horária como atividade de extensão.

Ademais, destaca-se que muitas das disciplinas optativas do curso apresentam parte de sua carga horária destinada a ações de extensão.

Assim, o aluno, ao concluir o curso, deverá ter integralizado dez por cento do total da carga horária em atividades de extensão.

No que tange às horas de extensão referentes ao laboratório de práticas jurídicas, cumpre esclarecer que referido cômputo não é feito considerando-o como atividade de estágio, haja vista que esse é componente curricular autônomo que não confunde-se com atividade de extensão. Todavia, especificamente em relação ao laboratório de práticas jurídicas, além de ser o local no qual os estudantes do curso deverão cumprir parte de sua carga horária de estágio, constitui-se em atividade caracterizada como eminentemente de extensão por oferecer atendimento jurídico gratuito à comunidade carente.

Por seu turno, a disciplina obrigatória de práticas extensionistas interdisciplinares visa fomentar o desenvolvimento de projetos de extensão que abarquem o maior número possível de áreas do conhecimento do curso de Direito, além de projetos que possam envolver outros cursos da instituição de ensino, com vistas a enriquecer a formação dos estudantes, conferindo a estes uma visão ampliada e diversificada dos fenômenos, sob a perspectiva de que nenhuma realidade pode ser bem compreendida a partir de um único viés, haja vista seu caráter sempre multidimensional, demandando, portanto, a contribuição de diferentes ramos do conhecimento para que, somados, confirmem uma visão ampliada e crítica da totalidade.

Das disciplinas obrigatórias constantes da matriz do curso Bacharel em Direito, cinquenta e três possuem, no mínimo, dez por cento de sua carga horária destinada a ações de extensão que visam enriquecer e aprimorar o processo de ensino aprendizagem, possibilitando aos estudantes visualizarem e atuarem em aplicações práticas daquele conteúdo que poderão oferecer impactos positivos na comunidade na qual estão inseridos.

Por fim, dada a importância conferida às práticas de extensão para a formação integral dos estudantes no curso de Bacharel em Direito, cumpre destacar que uma das modalidades de trabalho de conclusão de curso consiste na apresentação de produção acadêmica elaborada

de forma individual contendo os principais resultados de projeto de extensão do qual o aluno tenha participado.

5 PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

5.1 Metodologia de ensino-aprendizagem

A metodologia a ser adotada consiste no ensino do Direito sob uma perspectiva crítica, que articule teoria e prática, contemple a interdisciplinaridade, fomente a utilização de tecnologias de informação e comunicação a fim de estimular uma prática pautada na interação entre aluno e professor. Nessa interação, o docente atua na condição de mediador do processo ensino-aprendizagem, valorizando os discentes e motivando-os à produção de conhecimento, para que não se apresentem como receptores passivos de informação, mas como sujeitos participativos e comprometidos com seu processo de aprendizagem e com o curso. A partir dessa relação dialógica, buscar-se-á favorecer o desenvolvimento das habilidades e competências indispensáveis à formação do Bacharel em Direito que se demandam nos tempos atuais.

A fim de obter uma completa formação, os discentes participarão de aulas expositivas e dialogadas, seminários, trabalhos em equipe, participação e elaboração de projetos, estudos de casos, visitas a órgãos do Poder Judiciário, além da realização de atividades no Laboratório de Prática Jurídica – LPJ, onde poderão consolidar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, bem como contribuir para o desenvolvimento social local e regional.

Desse modo, as metodologias utilizadas no processo de ensino aprendizagem possuem um papel fundamental na formação de sujeitos autônomos, críticos, independentes, emancipados e comprometidos com o bem comum, o que se almeja no curso. Assim, serão pautadas no protagonismo discente e em sua postura ativa e reflexiva, no diálogo, trabalho cooperativo e experiência com o fazer.

Portanto, as metodologias utilizadas nos processos de aprendizagem no âmbito do curso de Bacharel em Direito visam à formação integral dos estudantes, considerando-os em suas diferentes dimensões, com vistas ao desenvolvimento de múltiplas capacidades como aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Desta feita, neste contexto, atividades e práticas interdisciplinares possuem um papel de extrema relevância para se alcançar a formação de sujeitos que compreendam a realidade em sua totalidade e em suas múltiplas nuances e, com isso, consigam nela intervir de maneira consciente e reflexiva. Para tanto, prima-se pelo desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão que envolvam diferentes áreas de conhecimento do curso, além de outros que abarquem, inclusive, diferentes cursos da instituição de ensino; trabalhos conjuntos entre disciplinas; eventos que envolvam, do mesmo modo, diferentes áreas da formação do Bacharel em Direito, dentre outras práticas.

Neste cenário, cumpre ainda destacar a curricularização da extensão implementada no curso Bacharel em Direito com destinação de dez por cento da carga horária total do curso para ações de extensão, que visa o enriquecimento do processo de ensino aprendizagem por meio de práticas que primam pelo protagonismo discente com intervenções na esfera social, proporcionando, assim, sentimento de pertença e postura ativa e engajada por parte dos alunos na busca por soluções de demandas apresentadas na comunidade.

A tecnologia, por seu turno, é utilizada como instrumento que pode viabilizar a formação de profissionais e auxiliar no cotidiano administrativo, resultando na produção e na disseminação de informações e conhecimentos. Assim, a instituição atua no sentido de colocar as novas tecnologias da informação e comunicação a serviço da formação integral do sujeito com inclusão digital e preparação para o mundo do trabalho.

No contexto da sala de aula, a utilização das tecnologias de informação e comunicação visa contribuir para a construção de um ambiente de aprendizagem interativo, com vistas à formação de sujeitos atentos às novas demandas e oportunidades de seu tempo e independentes.

5.2 Acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem

A proposta do IF Sudeste MG - *Campus* Rio Pomba é a da formação integral de seus alunos. Dessa forma, propõe-se que o docente atue como mediador no processo de formação do conhecimento, no qual o aluno participa de forma ativa, reflexiva e crítica.

A avaliação da aprendizagem em cada disciplina será definida pelos respectivos professores, podendo constituir-se de provas ou trabalhos técnicos, estágios individuais ou em grupos, dentre outros.

A regulamentação da avaliação do processo ensino-aprendizagem é parte integrante do Regulamento Acadêmico de Graduação do IF Sudeste MG, no seu capítulo XI. O Regulamento pode ser acessado no sítio da Coordenação Geral de Graduação do *Campus* Rio Pomba pelo endereço:

<http://sistemas.riopomba.ifsudestemg.edu.br/cgg/>

No Regulamento Acadêmico da Graduação está previsto:

Art. 33. O registro do rendimento acadêmico dos discentes compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do rendimento em todos os componentes curriculares cursados nesta Instituição.

§1º O professor deverá registrar no sistema acadêmico o conteúdo desenvolvido nas aulas e a frequência dos discentes através do diário de classe em até 5 (cinco) dias úteis.

I - No caso dos discentes público-alvo da educação especial, deverão ser registradas as adaptações realizadas, os suportes disponibilizados e o acompanhamento a partir do Plano Educacional Individualizado (PEI), que deverá ser construído e reavaliado a cada dois meses por equipe multidisciplinar, conforme política institucional de inclusão (Guia Orientador: ações inclusivas para atendimento ao público-alvo da educação especial no IF Sudeste MG).

§2º Os professores deverão entregar o Diário de Classe corretamente preenchido com conteúdos, notas, faltas e horas/aula ministradas na Coordenação Pedagógica/Secretaria de Graduação, dentro do prazo previsto no Calendário Acadêmico.

I - O registro das atividades desenvolvidas pelos docentes, nas disciplinas, em atendimento aos discentes público-alvo da educação especial, deverá ser entregue no setor responsável pelas ações inclusivas do *campus*, ao final de cada período letivo, conforme previsto na política institucional de inclusão (Guia Orientador: ações inclusivas para atendimento ao público-alvo da educação especial no IF Sudeste MG).

Art. 34. Deverão ser aplicadas no mínimo três (3) avaliações por disciplina.

§1º Os critérios e valores de avaliação adotados pelo professor deverão ser explicitados no programa analítico e apresentados aos discentes no início do período letivo;

§2º Os discentes terão direito à vista de prova, cabendo, após a divulgação do resultado da mesma, e num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, pedido de revisão de nota, junto à Secretaria de Graduação, desde que devidamente fundamentado;

§3º O professor deverá registrar as notas de todas as avaliações e, ao final do período regular, o somatório das notas e de faltas para cada disciplina.

§4º O resultado final das avaliações será expresso em notas graduadas de zero (0) a dez (10) pontos, em números inteiros.

§5º Para efeito de registro acadêmico, será atribuída nota zero (0) aos alunos não avaliados.

Art. 35. Será concedida segunda chamada da avaliação, com o mesmo conteúdo, ao discente que deixar de ser avaliado por ausência, nos casos de doença, luto, matrimônio, convocação para atividades esportivas institucionais, cívicas, jurídicas e impedimentos por motivos religiosos, desde que haja comunicação por escrito à instituição.

§1º A solicitação para prova de segunda chamada deverá ser feita pelo discente ou pais/responsáveis de discente menor de 18 anos, mediante requerimento formalizado na Secretaria de Graduação, juntamente com o documento que justifique a ausência nos casos supracitados, até 05 (cinco) dias úteis após a data da avaliação perdida ou do prazo estabelecido pelo atestado.

5.3 Apoio ao discente

O curso de Bacharel em Direito do IF Sudeste MG – *Campus* Rio Pomba possui o núcleo de apoio ao discente, cujo regulamento encontra-se nos apêndices deste documento, constituindo-se em comissão composta pelo coordenador e professores do curso, além de equipe multidisciplinar formada por profissionais da coordenação geral de assistência ao estudante (CGAE) das áreas de Psicologia, Pedagogia e Serviço social, assim como servidores do núcleo de ações inclusivas (NAI), tendo sido elaborado em consonância com o Plano Estratégico para a Permanência e Êxito Dos Estudantes do IF Sudeste MG, tendo a finalidade de oferecer apoio multidisciplinar aos discentes com vistas a garantir condições de permanência e êxito no curso, oferecendo atendimentos individualizados em programas de acolhimento e acompanhamento aos alunos.

O núcleo de apoio ao discente visa, precipuamente, identificar e minimizar as lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior, promovendo mecanismos de nivelamento;

acompanhar os alunos ao longo do curso, assistindo-os em suas dúvidas e ansiedades, favorecendo o desenvolvimento pessoal, social e cultural essenciais à formação deste futuro profissional, possibilitando-lhe uma participação efetiva na melhoria da qualidade de ensino; investir nas potencialidades e disponibilidades evidenciadas pelos alunos, por meio do estímulo à canalização desse diferencial em monitorias de ensino; identificar e minimizar os problemas de ordem psicológica ou psicopedagógica que interfiram na aprendizagem, por meio de ações de aconselhamento, espaços para reflexão e debate; oferecer um acolhimento especial aos alunos novos, ingressantes por processo seletivo ou por transferência, viabilizando sua integração ao meio acadêmico; incluir os alunos com necessidades educacionais especiais advindas de deficiências físicas, visuais e auditivas, por meio de ações específicas em parceria com o NAI; disponibilizar serviços de orientação profissional e vocacional, através de visitas, palestras, oficinas, aplicação e análise de testes vocacionais; contribuir com o atendimento e dar encaminhamento para o aluno com Déficit de Atenção (TDAH), Deficiência Intelectual (DI) e Transtorno do Espectro Autista (TEA), a fim de auxiliar no atendimento de suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar juntamente com o NAI; auxiliar os alunos em dificuldade socioeconômica por meio da orientação para solicitação de bolsas nas modalidades disponibilizadas pela Coordenação Geral de Assistência Estudantil (CGAE); orientar os alunos concluintes do curso para inserção no mercado de trabalho por meio de oficinas sobre planejamento de carreira, orientações sobre a elaboração do Curriculum Vitae, preparação para entrevista de emprego e outras atividades relacionadas às demandas dos concluintes e enfatizar a participação discente no processo de autoavaliação institucional utilizando seus resultados como forma de articulação do apoio que necessitam.

Além disso, a instituição, por meio dos seus diversos setores de apoio, como a Coordenação Geral de Assistência ao Estudante e Núcleo de ações inclusivas, procura ajudar o acadêmico em suas atividades internas e externas com ações de apoio a eventos, mecanismos de nivelamento e apoio pedagógico.

6 INFRA-ESTRUTURA

O IF Sudeste MG - *Campus* Rio Pomba possui cerca de 2.183.592 m² de área total e, aproximadamente, 32.498 m² de área construída, sendo 9.929 m², 11.911 m² e 5.811 m² ocupados, respectivamente, pelas áreas administrativa, pedagógica e esportiva.

A taxa de ocupação média de 1,49% do terreno está distribuída entre estruturas de ensino (salas de aula, biblioteca e laboratórios), suporte (estruturas administrativas, refeitório, ambulatório, consultório médico, dentário e mecanografia) e áreas desportivas (ginásios poliesportivos, sala de musculação, campos de futebol).

Infraestrutura física geral:

Quadro 1 - Infraestrutura física.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Auditórios	3
2	Sala de professores	25
3	Salas de aula	42
4	Salas de teleconferência	1
5	Biblioteca	1
7	Cantina	1
8	Refeitório	1
9	Alojamento	1
10	Unidade de Assistência Médico-Odontológica	1
11	Unidade de Acompanhamento Psicológico	1
12	Laboratórios.	49

6.1 Espaço Físico Disponível e uso da Área Física do Campus

Para o desenvolvimento do curso, o Campus Rio Pomba conta com gabinetes de trabalho para os docentes que atuam em tempo integral, três auditórios, laboratórios de informática e biblioteca.

6.2 Biblioteca

Na biblioteca do *campus* há um vasto acervo bibliográfico distribuído nas diversas áreas, além de material multimídia, CDs e DVDs. Conta, atualmente, com uma área de 1.200 m², distribuída em dois pavimentos com acessibilidade.

A biblioteca possui ainda amplo espaço para acomodação dos livros, espaço de estudo individual com divisórias e em grupo com computadores para execução de trabalhos acadêmicos e acesso à Internet. Seu horário de funcionamento é de segunda à sexta-feira de 7h até as 22h, contando com 9 (nove) funcionários, a saber: 4 (quatro) assistentes em administração, 2 (dois) auxiliares de biblioteca, 3 (três) bibliotecárias, sendo uma delas a coordenadora.

Todo o material é catalogado pela equipe e a catalogação é feita de acordo com as normas brasileiras AACR2. Todo o sistema é informatizado, utilizando o sistema de gestão de bibliotecas PHL Elysio.

O acervo total estimado é de 39.313 exemplares distribuídos em 9 (nove) áreas. Possui também um acervo de 344 títulos de material multimídia, CDs e DVDs.

A instituição possui acesso ao portal da Capes que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 9095 revistas nacionais e internacionais, e há mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Os alunos recebem orientações sobre a utilização desses materiais diretamente com os servidores da biblioteca, além de treinamentos em sala de aula.

6.3 Laboratórios

O Campus Rio Pomba possui seis laboratórios de informática, com horário de funcionamento de 7h até as 22h25min, cada um com capacidade para quarenta alunos, equipados com vinte máquinas e acesso à internet, que poderão ser utilizados para desenvolvimento das atividades do curso.

6.4 Sala de Aula

Para condução das aulas teóricas serão utilizadas cinco salas de aula, todas dotadas de quadro branco e televisão de sessenta polegadas, com capacidade para 40 alunos.

7 CORPO DOCENTE, TUTORIAL E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

7.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo, responsável pela concepção do Projeto Pedagógico de cada Curso, e tem por finalidade a implantação, a implementação, a atualização e a complementação do mesmo.

Todos os docentes pertencentes ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso Bacharel em Direito são do quadro permanente de pessoal do IF Sudeste MG, regidos pela Lei nº 8.112/90, que instituiu o Regime Jurídico Único – RJU, contratados em regime de tempo integral, quarenta horas semanais, com dedicação exclusiva.

O núcleo tem como atribuições: Elaborar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do curso; estabelecer o perfil profissional do egresso do curso; conduzir os trabalhos de reestruturação curricular sempre que necessário e encaminhá-los para aprovação no Colegiado de Curso, zelando pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação; promover a integração horizontal (disciplinas do mesmo período) e vertical (disciplinas de períodos distintos) do curso; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso e detectar necessidades do curso e buscar soluções para atendimento pleno do Projeto Pedagógico.

O NDE está constituído nos termos dos artigos 47 a 52 do Regulamento Acadêmico de Graduação do IF Sudeste MG, publicado no site: <http://sistemas.riopomba.ifsudestemg.edu.br/cgg/>

A sua composição, titulação de cada membro, bem como as atividades que exercem encontram-se no quadro abaixo.

Quadro 2 - Núcleo Docente Estruturante.

Núcleo Docente Estruturante do curso de Bacharelado em Direito		
Membro	Titulação	Atividades
Camila Bernardino de Oliveira Lamas	Mestrado	Presidente
Paula Vieira Silva	Mestrado	Vice - Presidente
Marlene de Paula Pereira	Doutorado	Membro
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	Mestrado	Membro
Rafael Bitencourt Carvalhães	Mestrado	Membro
Virgínia Maria Canônico Lopes	Mestrado	Membro

7.2 Coordenação de curso

A coordenação do curso está a cargo da professora Camila Bernardino de Oliveira Lamas, a qual possui graduação em Direito, especialização em Direito Constitucional e em Ciências Penais e mestrado em educação profissional e tecnológica, sendo servidora efetiva regida pela Lei 8.112/90, Regime Jurídico Único – RJU, contratada em regime integral,

quarenta horas semanais, com dedicação exclusiva, atuando no *Campus* Rio Pomba desde 2011.

7.3 Docentes e tutores

No quadro abaixo, seguem dados referentes aos docentes que atuam no curso.

Quadro 3 - Docentes que atuam no curso.

Nome	Formação acadêmica	Titulação	Regime de Trabalho	Tempo de exercício na Instituição	Tempo de atuação na educação básica, magistério superior e educação à distância	Disciplinas ministradas
Camila Bernardino de O. Lamas	Graduação em Direito, pós graduação em ciências penais e em direito constitucional, mestrado em educação profissional e tecnológica	Mestrado	Dedicação exclusiva	Nove anos	Nove anos	Metodologia da Pesquisa; Direito do Trabalho I; Direito do Trabalho II; Direito Processual do Trabalho; Direito Previdenciário; Prática Jurídica Simulada III; Direito do Consumidor.
Gustavo Vieira Silva	Graduação em Direito,	Mestrado	Dedicação exclusiva	Nove anos	Nove anos	Política- Teoria do Estado;

	especialista em Direito Público e mestre em Direito					Teoria Geral do Processo; Direito Processual Civil I; Direito Processual Civil III; Direito Ambiental II.
Paula Vieira Silva	Graduação em Direito, especialista em Direito Ambiental e Agrário; mestrado.	Mestrado	Dedicação exclusiva	Dez anos	Dez anos	Teoria Geral do Direito Civil; Introdução ao Estudo do Direito; Teoria Geral das Obrigações; Teoria Geral dos Contratos; Direito Contratual; Direito Processual Civil II; Métodos Consensuais de Solução de Conflitos; Direitos Reais; Capacitação em métodos adequados de solução de conflitos; Prática Jurídica

						Simulada I; Direito de Família; Direito das Sucessões; Teoria da Responsabilidade Civil;
Marlene de Paula Pereira	Graduação em Direito; Especialização em Direito Agrário e Ambiental; Mestrado em Direito e Doutorado em Extensão Rural	Doutorado	Dedicação exclusiva	Nove anos	Nove anos	Teoria da Constituição; Noções de Direito Constitucional; Direito Constitucional I; Direito Constitucional II; Direito Administrativo I; Teoria da Constituição; Direito Administrativo II; Direito Tributário I; Direito Tributário II; Direito Administrativo II; Direito Financeiro e Econômico;

Rafael Bitencourt Carvalhães	Graduação em Direito; Mestrado em Direito	Mestrado	Dedicação exclusiva	Um semestre	Um semestre	Introdução ao Estudo do Direito; Direito Penal I; Direito Penal II; Ética; Direito Penal III; Direito Penal IV; Direito Processual Penal I; Direito Processual Penal II; Prática Jurídica Simulada II; Direito Processual Constitucional.
Virgínia Maria Canônico Lopes	Graduação em Direito; especialização em Direito do Trabalho e Mestrado em Extensão Rural	Mestrado	Dedicação exclusiva	Dez anos	Dez anos	História do Direito; Prática de Processo Civil e Penal; Direito Empresarial I; Direito Empresarial II; Direito Empresarial II; Direito Internacional Público II; Propriedade Industrial e

						Inovação; Direito Internacional Privado; Direito Empresarial III.
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	Graduação e especialização em Filosofia; graduação em; especialização em Educação e mestrado em Educação	Mestrado	Dedicação exclusiva	Dois anos	Dois anos	Introdução a Filosofia; Filosofia do Direito.
Tharcísio Alexandrino Caldeira	Graduação Ciências Econômicas, Mestrado em Economia Aplicada. Doutorado em Administração de Empresas	Doutorado	Dedicação exclusiva	Dez anos	Dez anos	Economia
Urias Couto Gonçalves	Graduação em Ciências Sociais, especialização em ciência da Religião; Mestrado em Ciência da Religião, Doutorado em	Doutorado	Dedicação exclusiva	Dez anos	Dez anos	Antropologia e Cultura Africana e Afro-Brasileira; Sociologia Jurídica.

	Ciências Sociais					
Cíntia Fernandes Marcellos	Graduação em Psicologia, mestrado em Psicologia e doutorado em Psicologia	Doutorado	Dedicação exclusiva	Cinco anos	Cinco anos	Psicologia Jurídica.
Marcela Zambolim Moura	Graduação em Letras; Mestrado em Linguística e Doutorado em Linguística	Doutorado	Dedicação exclusiva	Dez anos	Dez anos	Português I; Português II.

7.4 Produção cultural, artística, científica ou tecnológica dos docentes

Quadro 4 - Produção dos docentes do curso.

Corpo Docente	Produção Artística, Cultural, Científica ou Tecnológica
Gustavo Vieira Silva	<p><u>Artigos completos publicados em periódicos:</u></p> <p>1. SILVA, GUSTAVO VIEIRA; OLIVEIRA, ADRIEL RODRIGUES; SILVA, TARRARA ALVES; SILVA E FIDELIS, PAULA VIEIRA. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO POMBA/MG. <i>Holos</i> (Natal. Online). , v.1, p.202 - 214, 2016.</p> <p>2. SILVA, G. V.; FIDELIS, P. V. S. E. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MEIO DE CONCILIAÇÃO DA INTRICADA RELAÇÃO ENTRE A PROPRIEDADE INDUSTRIAL E A SUSTENTABILIDADE. <i>Jurispoiesis</i> (Rio de Janeiro). , v.18, p.2 - 13, 2015.</p> <p><u>Trabalhos publicados em anais de eventos (completo):</u></p> <p>1. SILVA, GUSTAVO VIEIRA; FIDELIS, P. V. S. E. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL: EFEITOS NA REALIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO AMBIENTE SALUBRE In: XXVII ENCONTRO</p>

NACIONAL DO CONPEDI, 2018, SALVADOR/BA. DIREITO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO II. , 2018. p.167 - 185

2. SILVA, G. V.; FIDELIS, P. V. S. E. RECEPÇÕES EQUIVOCADAS COMO FONTES GERADORAS DE CONFLITOS: DIREITO À MORADIA VERSUS DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 2018, SALVADOR/BA. DIREITO E SUSTENTABILIDADE II. , 2018. p.110 – 129.

3. SILVA, G. V.; SOUZA, M. N.; OLIVEIRA, A. R.; OLHER, B. S.; FREITAS, B. R. Análise da implantação da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos no município de Rio Pomba/MG In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña. IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC. , 2015.

4. FREITAS, B. R.; SILVA, G. V.; SILVA, L. G.; OLHER, B. S.; GARCIA, C. P. AVALIAÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE DA ZONA DA MATA MINEIRA, BRASIL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS GESTORES DE SAÚDE In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña. IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC. , 2015.

5. GARCIA, C. P.; OLHER, B. S.; COSTA, I. S.; SILVA, T. A.; SILVA, G. V. Cursos Técnicos sob a égide dos Decretos Federais nº 2.208/97 e 5.154/04: caso do Campus Rio Pomba - IF Sudeste MG In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña. IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC. , 2015.

6. FREITAS, B. R.; SOUZA, C. O.; OLHER, B. S.; SILVA, G. V.; OLIVEIRA, A. R. Descentralização fiscal: um estudo a partir das despesas orçamentárias dos municípios da microrregião de Ubá no ano de 2011 In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña. IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC. , 2015.

7. FREITAS, B. R.; OLHER, B. S.; SILVA, G. V.; COSTA, I. S.; SILVA, L. G.; SILVA, T. A. DIFERENÇA NO PROCESSO DE COMPRAS DA EMPRESA PÚBLICA PARA PRIVADA: UM ESTUDO DO PROCESSO DE COMPRAS DA ITATIAIA E DO IF SUDESTE RIO POMBA In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña. IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC. , 2015.

8. SILVA, G. V.; OLIVEIRA, A. R.; SOUZA, M. N.; OLHER, B. S.; FREITAS, B. R. Direito ao Ambiente Salubre e a Política Nacional de Resíduos Sólidos no município de Tocantins/MG In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña. IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC. , 2015.

9. SILVA, L. G.; OLHER, B. S.; SILVA, G. V.; COSTA, I. S. GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA/MG

In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña. IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC. , 2015.

10. SILVA, L. G.; SILVA, G. V.; COSTA, I. S. IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PROCESSO: Análise do trecho entre os municípios de Barão do Monte Alto e Patrocínio do Muriaé In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña. IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC. , 2015.

11. SILVA, G. V.; GARCIA, C. P.; BICALHO, R. B.; CAMPOS, I. A. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE RIO POMBA/MG COM RELAÇÃO À CONDICIONALIDADE DA EDUCAÇÃO In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña. IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC. , 2015.

12. SILVA, T. A.; OLHER, B. S.; COSTA, I. S.; GARCIA, C. P.; SILVA, G. V. Perfil Pessoal, Acadêmico e Profissional do estudante do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Controladoria e Finanças da Universidade Federal de Viçosa/ MG In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña.

13. SILVA, L. G.; FREITAS, B. R.; SILVA, T. A.; GARCIA, C. P.; SILVA, G. V. Pesquisa exploratória da motivação dos funcionários do Sistema de Saúde do município de Argirita, MG In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña. IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC. , 2015.

14. SILVA, G. V.; OLHER, B. S.; COSTA, I. S.; GARCIA, C. P.; SILVA, T. A. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO: PARTICULARIDADES VERIFICADAS NO MUNICÍPIO DE RIO POMBA/MG In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña. IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC. , 2015.

15. OLHER, B. S.; COSTA, I. S.; SILVA, T. A.; OLHER, M. L. D. R.; SILVA, G. V.; GARCIA, C. P. PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NO CONTEXTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña. IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC. , 2015.

16. COSTA, I. S.; SILVEIRA, S. F. R.; OLHER, B. S.; SILVA, T. A.; GARCIA, C. P.; SILVA, G. V. RELAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS E DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS COM O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ In: IV Jornadas Iberoamericanas RRHH y RSC, 2015, A Coruña.

17. SILVA, G. V.; OLIVEIRA, A. R. Política nacional de resíduos sólidos e direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: particularidades verificadas no município de Rio Pomba/MG In: XVIII Congreso

	<p>Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2013, Montevideo. Revista del CLAD Reforma y Democracia. , 2013.</p> <p><u>Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido):</u></p> <p>1. SILVA, GUSTAVO VIEIRA; FIDELIS, P. V. S. E.; LAMAS, C. B. O. Política Nacional de Resíduos Sólidos: Análise à Luz da Interpretação Constitucional e suas Implicações na Efetividade do Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado In: III Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão - III SIMEPE, 2016, Rio Pomba.</p> <p><u>Apresentação de trabalho e palestra:</u></p> <p>1. SILVA, G. V.; OLIVEIRA, A. R. Política nacional de resíduos sólidos e direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: particularidades verificadas no município de Rio Pomba/MG, 2013.</p> <p><u>Curso de curta duração ministrado:</u></p> <p>1. SILVA, G. V. Política Nacional de Resíduos Sólidos, 2014. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)</p> <p><u>Demais produções técnicas:</u></p> <p>1. SILVA, G. V. Política Nacional de Resíduos Sólidos, 2014. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)</p> <p>2. SILVA, G. V. Direito e Legislação na Saúde, 2012. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional)</p>
Paula Vieira Silva e Fidélis	<p>SILVA, GUSTAVO VIEIRA ; OLIVEIRA, ADRIEL RODRIGUES ; SILVA, TARRARA ALVES ; SILVA E FIDELIS, PAULA VIEIRA . POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO POMBA/MG. HOLOS (NATAL. ONLINE), v. 1, p. 202, 2016.</p> <p>SILVA, G. V. ; FIDELIS, P.V.S ; LAMAS, C. B. O. . POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Análise à luz da Interpretação Constitucional e suas Implicações na Efetividade do Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado. simepe, v. 1, p. 203, 2016.</p> <p>SILVA, G. V. ; FIDELIS, P.V.S . A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MEIO DE CONCILIAÇÃO DA INTRICADA RELAÇÃO ENTRE A PROPRIEDADE INDUSTRIAL E A SUSTENTABILIDADE. Jurispoiesis (Rio de Janeiro), v. 18, p. 2-13, 2015.</p> <p>FIDELIS, P.V.S. Cuidados para uma Negociação Segura. 2013. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Cartilha).</p>

	<p>FIDELIS, P.V.S. Benefícios Previdenciários no Meio Rural. 2013. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Cartilha).</p>
<p>Urias Couto Gonçalves</p>	<p>GONÇALVES, Urias Couto. Quando a família é idealizada na rua: a caravana chão moiado. In: VII Graduação em Campo - Seminários de Antropologia Urbana, 2008, São Paulo. Anais do VII Graduação em Campo, 2008.</p> <p>GONÇALVES, Urias Couto. A casa itinerante: a caravana chão moiado. In: 26 Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. Anais da 26 RBA, 2008.</p> <p>GONÇALVES, Urias Couto. Identidade e música. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2007, Recife. Sociólogos do Futuro, 2007.</p> <p>GONÇALVES, Urias Couto. Música sertaneja e identidade de grupo. In: Seminário Graduação em Campo - USP, 2007, São Paulo. Resumos, 2007.</p>
<p>Cíntia Fernandes Marcellos</p>	<p>ARAUJO, SAULO DE FREITAS ; MARCELLOS, CINTIA FERNANDES . From classicism and idealism to scientific naturalism: Titchener's Oxford years and their impact upon his early intellectual development.. History of Psychology, v. 20, p. 148-171, 2017.</p> <p>MARCELLOS, C. F.; ARAUJO, S. F. . A Questão da Consciência na Psicologia de Wilhelm Wundt. Estudos e Pesquisas em Psicologia (Online), v. 11, p. 311-332, 2011.</p> <p>MARCELLOS, C. F.; ARAUJO, S. F. . Sobre a Definição de Psicologia em Wilhelm Wundt e Edward Titchener: Estabelecendo Diferenças. In: Saulo de Freitas Araujo; Fatima Siqueira Caropreso. (Org.). Temas Atuais em História e Filosofia da Psicologia. 1ed.Juiz de Fora: Editora UFJF, 2015, v. , p. 103-127.</p> <p>ARAUJO, S. F. ; MARCELLOS, C. F. . Ciência, Psicologia e Filosofia no Estruturalismo de Edward Titchener. Ecos do Passado - Estudos de História e Filosofia da Psicologia. 1ed.Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, v. , p. 155-175.</p> <p>Pereira, T. C. R. ; MARCELLOS, C. F. ; Leite, D. A. ; ARAUJO, S. F. . A relação entre psicologia e metafísica no pensamento de Wolff, Kant e Wundt. In: Francisco Teixeira Portugal; Ana Maria Jacó-Vilela. (Org.). Clio-psyché: Gênero, psicologia e história. Rio de Janeiro: Nau, 2012, v. , p. 285-306.</p> <p>MARCELLOS, C. F.; ARAUJO, S. F. . De ciência natural à ciência mental: uma análise da obra inicial de Edward Bradford Titchener. In: XI Encontro Clio-Psyché e V Reunião da Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psicologia, 2014, Rio de Janeiro. Anais do XI Encontro Clio-Psyché ? Discursos e Práticas na História da Psicologia. Rio de Janeiro: UERJ/Instituto de Psicologia, 2014. p. 35-36.</p>

Nogueira, D. G. ; MARCELLOS, C. F. ; Leite, D. A. ; Pereira, T. C. R. ; ARAUJO, S. F. . A função da psicologia nos sistemas filosóficos de C. Wolff, I. Kant e W. Wundt. In: XL Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 2010, Curitiba. Anais XL Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (ISSN 2176-5243). Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2010.

MARCELLOS, C. F.; ARAUJO, S. F. . A trajetória intelectual de Edward B. Titchener entre 1885 e 1890: A persistência de uma omissão. In: 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 2015, Belo Horizonte. CD de Resumos de Comunicação Científica da 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 2015.

MARCELLOS, C. F.; LAURO, M. M. . História e Filosofia da Psicologia: O que é e como trabalha. In: VII Congresso de Psicologia da Zona da Mata e Vertentes e XI Encontro Juizforano de Psicologia, 2014, Juiz de Fora. Anais do VII Congresso de Psicologia da Zona da Mata e Vertentes e XI Encontro Juizforano de Psicologia, 2014.

MARCELLOS, C. F.; ARAUJO, S. F. . Considerações sobre o método da psicologia em Edward Titchener: A introspecção experimental. In: X Encontro Clio-Psyché: Instituições, História, Psicologia (ISSN1982-632X), 2012, Rio de Janeiro. Anais do Encontro Clio-Psyché/Programa de estudos e pesquisas em História da Psicologia. Rio de Janeiro: Clio-Psyché, 2012. p. 123-124.

MARCELLOS, C. F.; ARAUJO, S. F. . O conceito de consciência na psicologia de Wilhelm Wundt. In: XXVIII Encontro Anual Helena Antipoff e IX Encontro Interinstitucional de Pesquisadores em História de Psicologia, 2010, Belo Horizonte. Boletim do CPDHA (ISSN 1806-1931). Belo Horizonte: CPDHA, 2010. v. 22. p. 173-174.

MARCELLOS, C. F.; ARAUJO, S. F. . A relação entre psicologia e metafísica no pensamento de Wilhelm Wundt. In: IX Encontro Clio-Psyché, 2010, Rio de Janeiro. Anais do IX Encontro Clio-Psyché (ISSN 1982-632X). Rio de Janeiro: UERJ, 2010. p. 102-103.

MARCELLOS, C. F.; ARAUJO, S. F. . A Crítica à Noção de Identidade Pessoal em David Hume. In: XXXIX Reunião Anual Sociedade Brasileira de Psicologia, 2009, Goiânia - GO. Resumos de Comunicação Científica - ISSN 2176-5243. Goiânia - GO: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2009. p. 0507-0508.

MARCELLOS, C. F.; OLIVEIRA, J. C. ; Silva, A. C. N. ; LOURENÇO, L.M. . O PET como agente transformador na graduação: uma experiência do curso de Psicologia da UFJF. In: I Congresso de Psicologia da Zona da Mata e Vertentes & V Encontro Juizforano de Psicologia, 2008, Juiz de Fora. Anais do I Congresso de Psicologia da Zona da Mata e vertentes & V Encontro Juizforano de Psicologia, 2008.

	<p>MARCELLOS, C. F.; LOURENÇO, L.M. ; GEBARA, C. F. P. ; CARVALHO, R.G. ; MOTA, D.B. . O perfil das crenças dos profissionais de atenção primária à saúde de Juiz de Fora em relação à violência doméstica contra crianças, adolescentes e idosos. In: II Congresso Latinoamericano de Psicologia de la ULAPSI, 2007, La Habana. Anais do II Congresso Latinoamericano de Psicologia de la ULAPSI, 2007.</p>
<p>Marlene de Paula Pereira</p>	<p>Artigos completos publicados em periódicos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. PEREIRA, Marlene de Paula; BOTELHO, M. I. V. A invisibilidade social e política dos agricultores familiares e seus reflexos nas relações com o Estado. INTERTHESIS (FLORIANÓPOLIS). , v.14, p.113 - , 2017. 2. PEREIRA, MARLENE DE PAULA; BOTELHO, MARIA IZABEL VIEIRA Os agricultores familiares como réus em processos ambientais: reflexões acerca do poder simbólico do direito. REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA). , v.15, p.207 - , 2017. 3. PEREIRA, Marlene de Paula; BOTELHO, M. I. V.; CONDÉ, M. F.; FERREIRA, S. C. A efetividade social do Programa Bolsa Verde de Minas Gerais. Estudo & Debate (UNIVATES. Impresso). , v.23, p.180 - 191, 2016. 4. PEREIRA, Marlene de Paula; BOTELHO, M. I. V. INTERFERÊNCIAS DO DIREITO SOBRE OS MEIOS DE VIDA DE AGRICULTORES FAMILIARES: UM ESTUDO DOS EFEITOS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NA ZONA DA MATA MINEIRA. POR EXTENSO: BOLETIM DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL. , v.il, p.93 - 101, 2016. 5. PEREIRA, Marlene de Paula; BOTELHO, M. I. V. AS INTERFERÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL SOBRE OS MEIOS DE VIDA DAS COMUNIDADES RURAIS E O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL. Extensão Rural (Santa Maria). , v.22, p.98 - 112, 2015. 6. PEREIRA, Marlene de Paula; BOTELHO, M. I. V.; FERREIRA, Sebastião Cezar Novo Código Florestal: uma análise para além dos interesses contrapostos. Impulso (Piracicaba). , v.25, p.145 - 157, 2015. <p>Capítulos de livros publicados</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. PEREIRA, Marlene de Paula O Código Florestal dois anos após a entrada em vigor: uma análise para além dos interesses contrapostos In: O Código Florestal dois anos após a entrada em vigor: uma análise para além dos interesses contrapostos.34 ed.Aracaju : Conpedi,

2015, p. 10-.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. PEREIRA, Marlene de Paula

O CÓDIGO FLORESTAL DOIS ANOS APÓS A ENTRADA EM VIGOR: UMA ANÁLISE PARA ALÉM DOS INTERESSES CONTRAPOSTOS In: Conpedi, 2015, Aracaju.

Publica Direito. , 2015.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. PEREIRA, Marlene de Paula; BOTELHO, M. I. V.

Efeitos do Código Florestal sobre os meios de vida dos agricultores familiares da Zona da Mata Mineira In: IX Simpósio do Meio Ambiente, 2016, Viçosa.

Anais do IX Simpósio do Meio Ambiente 2016. , 2016.

Apresentação de trabalho e palestra

1. SALES, H. T.; PEREIRA, Marlene de Paula

Avaliação do entorno das nascentes no município de Barbacena - MG, 2016. (Simpósio,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Campus Rio Pomba; Cidade: Rio Pomba; Evento: SIMEPE; Inst.promotora/financiadora: IF Sudeste MG

2. BABI, .: B. P. S. S.; PEREIRA, Marlene de Paula

Implicações do Novo Código Florestal sobre os meios de vida das comunidades rurais de Barbacena - MG, 2016. (Simpósio,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Campus Rio Pomba; Cidade: Rio Pomba; Evento: SIMEPE; Inst.promotora/financiadora: IF Sudeste MG

3. PEREIRA, Marlene de Paula; GONZAGA, T.

A educação ambiental como ferramenta pedagógica no ensino infantil – Projeto Reciclando com o Senhor PET, 2015. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Porto Alegre; Cidade: Porto Alegre; Evento: VI Congresso de Gestão Ambiental; Inst.promotora/financiadora: IBEAS

4. PEREIRA, Marlene de Paula; SILVA, K.; RUPHAEL, N. K.; OLIVEIRA, M. A.

Adequação dos municípios de pequeno porte à Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, 2015. (Simpósio,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: Barbacena; Cidade: Barbacena; Evento: II Sinpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão do IF Sudeste MG; Inst.promotora/financiadora: IF Sudeste MG

5. PEREIRA, Marlene de Paula

	<p>Mesa redonda sobre desenvolvimento sustentável, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho) <i>Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Barbacena; Cidade: Barbacena; Evento: II SIMEPE; Inst.promotora/financiadora: IF Sudeste MG</i></p> <p>6. PEREIRA, Marlene de Paula; SILVA, K.; OLIVEIRA, M. A.; RUPHAEL, N. K. Política Nacional de resíduos sólidos: o viés social da lei e as perspectivas em relação aos catadores, 2015. (Congresso, Apresentação de Trabalho) <i>Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Porto Alegre; Cidade: Porto Alegre; Evento: VI Congresso de Gestão Ambiental; Inst.promotora/financiadora: IBEAS</i></p> <p>7. PEREIRA, Marlene de Paula; GONZAGA, T. Reciclando com o Sr. Pet, 2015. (Seminário, Apresentação de Trabalho)</p>
<p>Rafael Bitencourt Carvalhães</p>	<p>Artigos completos publicados em periódicos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHAES, R. B.; SILVA, F. P. DEMOCRACIA, CIDADANIA E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR. Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos. , v.3, p.48 - 67, 2017. 2. CARVALHAES, R. B. A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DELIBERATIVO ADVERSATIVO: A TESE DA “ÚLTIMA PALAVRA PROVISÓRIA”. Teoria Jurídica Contemporânea. , v.1, p.47 - 73, 2014. 3. CARVALHAES, R. B. DIREITO REGULATÓRIO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: fundamentos para uma democracia participativa. Temimínós Revista Científica. , p.111 - 128, 2016. 4. HOLLANDA, A. A.; CARVALHAES, R. B.; SALDANHA, R. M.; ROGAFF, S. SICHEL, R. L.; SOUZA, P. B.; NUNEZ, C. F. A. M.; LARANJEIRA, M. Acordos de convivência em marcas no Brasil: um breve estudo de caso.. Revista da Faculdade de Direito Candido Mendes. , v.19, p.53 - 73, 2014. 5. CARVALHAES, R. B. O STF COMO ARENA POLÍTICA DELIBERATIVA PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.. Temimínós Revista Científica. , v.4, p.jul/dez. 93 - 108, 2014. 6. CARVALHAES, R. B. UMA ANÁLISE CRÍTICA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA CAPITALISTA. I Seminário interdisciplinar em Sociologia e Direito. , v.v.4, p.188, 2013. <p>Livros publicados</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHAES, R. B. DEMOCRACIA DELIBERATIVA E BEM COMUM: uma investigação juspolítica do interesse público do estado democrático de direito. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2016 p.280. <p>Capítulos de livros publicados</p>

1. CARVALHAES, R. B. A Subjetividade Pública nos Limites da Vida: Uma análise das escolhas médicas diante da ortotanásia e mistanásia In: DISCRICIONARIED NA ÁREA DA SAÚDE.1ª ed.Rio de Janeiro: CEEJ, 2020, p. 369-410.

2. CARVALHAES, R. B. Minha cor é o Brasil? desconstruções sociojurídicas da igualdade racial In: PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA VOLUME 7 (TOMO 2): GRUPO DE PESQUISA VULNERÁVEIS & INCLUSÃO SOCIAL.1 ed.Rio de Janeiro: Kindle Edition, 2019, v.7, p. 37-41.

3. CARVALHAES, R. B.O Paradigma do Ativismo Judicial após 30 Anos de Constitucionalização de Políticas Públicas In: Temas Contemporâneos de Filosofia do Direito - Em homenagem aos 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil..1 ed.Rio de Janeiro: Macabéa, 2019, v.2, p. 243-256.

4. CARVALHAES, R. B. A Crise Social da Democracia e o Papel do Judiciário em Transformações Sociais In: Temas Contemporâneos de Filosofia do Direito..1 ed. de Janeiro: Macabéa, 2018, p. 323-338.

5. CARVALHAES, R. B. Interpretativismo e Justiça: Dworkin e a Racionalidade Rawlseniana na Construção de Princípios de Justiça In: Escritos Menores de Filosofia do Direito e Direitos Fundamentais.1ª ed.Rio de Janeiro: Editora Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2016, v.10, p. 69-73.

6. CARVALHAES, R. B.; HOLLANDA, A. A.; DOMINGUES, E. G. R. L.; NUNES, C. F. A. M.; ROGAR, R.; SOUZA, P. B. O controle da execução orçamentária do Judiciário na implementação dos direitos sociais fundamentais In: Diálogo Constitucional e as relações entre os poderes..1 ed.Rio de Janeiro: Freitas B... 2016, p. 1-20.

7. NUNEZ, C. F. A. M.; CARVALHAES, R. B.; SOUZA, P. B.; MENDONÇA, S.O STF como Arena Deliberativa In: Democracia e suas Instituições - V Fórum de Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito.1 ed.Rio de Janeiro: Imo's, 2014, p. 79-92.

8. CARVALHAES, R. B.; ROGAR, R.; HOLLANDA, A. A.; NUNEZ, C. F. A.; SOUZA, P. B.Função Social da Propriedade sob a ótica de um direito a cidade: um olhar sobre as políticas de ordenamento urbano no município do Rio de Janeiro no tempo de Jogos Olímpico In: Democracia e Jurisdição: novas configurações constitucionais brasileiras.1 ed.Rio de Janeiro: Imo's Gráfica e Editora, 2013, p. 213.

Trabalhos publicados em anais

1. SILVA, F. P.; CARVALHAES, R. B. EVOLUÇÃO SOCIAL E MUTAÇÕES CONSTITUCIONAIS: A LUTA PELA IGUALDADE RACIAL NO EUA E AS COTAS NO BRASIL In: I Congresso de Direito do Vetor Norte, 2017, Belo Horizonte, BH. Direito constitucional e teoria da constituição: I Congresso de Direito do Vetor Norte. Belo Horizonte, BH: CONPEDI, 2017.

2. CARVALHAES, R. B. Uma Análise Crítica da Democracia Capitalista In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM SOCIOLOGIA E DIREITO, 2013, Niterói. A MOBILIZAÇÃO SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA ALTERAÇÃO DO CENÁRIO NACIONAL: (RE)CONSTRUÇÃO DE PARADIGMAS PARA O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA. Niterói: PPGSD-UFF, 2013. v.3.

3. HOLLANDA, A. A.; NUNEZ, C. F. A. M.; SOUZA, P. B.; CARVALHAES, R. B.; ROGAR, R.; SILVA, C. A.; DOMINGUES, E. G. R. L. O Controle da Execução Orçamentária pelo Judiciário na Implementação dos Direitos sociais In: VI Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito., 2014, Rio de Janeiro. VI Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito.. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. v.V.1. p.p. 248 -
4. CARVALHAES, R. B.; SOUZA, P. B.; NUNEZ, C. F. A. M. O Supremo Tribunal Federal como Arena Deliberativa: entre a deliberação e o ativismo In: V Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito., 2013, Rio de Janeiro. V Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Direito, 2013. v.V. p.151 - 151
5. HOLLANDA, A. A.; NUNEZ, C. F. A. M.; CARVALHAES, R. B.; ROGAR, R.; DOMINGUES, E. G. R. L. Função Social da Propriedade Sob a Ótica de um Direito da Cidade: as políticas de ordenamento urbano no município do Rio de Janeiro In: FÓRUM DE GRUPOS DE PESQUISA EM DIREITO CONSTITUCIONAL E TEORIA DO DIREITO, 2012, Rio de Janeiro. Anais do IIV Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Direito, 2012. p.148 - 150
6. CARVALHAES, R. B. A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE POR MEIO DAS DEMANDAS ESTRUTURAIS In: V Jornada Internacional sobre Ética, Justiça e Gestão Institucional e III Congresso Internacional sobre Globalização, Ética e Direito, 2019, Niterói. 3 Caderno de Resumos do III Congresso Internacional sobre Globalização, Ética e Direito. Niterói: Ourense, 2019. p.304
7. CARVALHAES, R. B. O IMPÉRIO CONTRA-ATAACA: RAZÕES MOAIS PARA NEGAR UMA ABNEGAÇÃO JUDICIAL In: 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA | V Congresso Internacional de Teoria e Prática das Instituições, 2018, Rio de Janeiro. Anais do V Congresso Internacional de Teoria e Prática das Instituições: 30 anos da Constituição. Rio de Janeiro: Even3, 2019.
8. CARVALHAES, R. B. Uma Análise Crítica da Democracia Capitalista In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM SOCIOLOGIA E DIREITO, 2013, Niterói. A MOBILIZAÇÃO SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA ALTERAÇÃO DO CENÁRIO NACIONAL: (RE)CONSTRUÇÃO DE PARADIGMAS PARA O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA. Niterói: PPGSD-UFF, 2013. v.1. p. 128

Apresentação de trabalho e palestra

1. CARVALHAES, R. B. A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE POR MEIO DAS DEMANDAS ESTRUTURAIS, 2019. (Congresso, Apresentação de Trabalho). Áreas do conhecimento: Jurisdição e Estado. Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://jornadappgdinuff.wordpress.com/>; Local: Rua Presidente Pedreira 62, Ingá; Cidade: Niterói/RJ; Evento: V Jornada Internacional sobre Ética, Justiça e Gestão Institucional e III Congresso Internacional sobre Globalização, Ética e Direito; Inst.promotora/financiadora: Programa de Graduação em Direitos, Instituições e Negócios (PPGDIN-UFF)
2. CARVALHAES, R. B. Minha cor é o Brasil? desconstruções sociojurídicas do racismo e da igualdade racial., 2019. (Seminário, Apresentação de Trabalho) Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro. Home page: <http://seminarioduff.blogspot.com/2019/>; Local: R. Pres. Pedreira, 62, Ingá; Ci

	<p>Niterói; Evento: V Seminário Internacional sobre Direitos Humanos Fundamen III Seminário Internacional de Metodologia da Pesquisa Jur Inst.promotora/financiadora: UFF</p> <p>3. CARVALHAES, R. B. DA JURISTOCRACIA ILUMINISTA AO A INSTITUCIONALISMO INDIVIDUALISTA NO STF, (Congresso,Apresentação de Trabalho) Referências adicionais: Brasil/Portugu Home page: https://www.a-dcfp.org/grupos-de-trabalho; Local: Avenida Pinheiro, 100 Lourdes, Belo Horizonte, MG 30118-130; Cidade: Minas G Evento: AS OBRIGAÇÕES MORAIS DOS JUÍZES - Encontro Preparatório p IV Congresso Internacional de Direito Constitucional e Filosofia Pol Inst.promotora/financiadora: Faculdade de Direito da UFMG</p> <p>4. CARVALHAES, R. B. O IMPÉRIO CONTRA-ATACA: RAZÕES MO PARA NEGAR UMA ABNEGAÇÃO JUDICIAL, 2018. (Congresso,Apresentaç Trabalho) Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impr Home page: www.even3.com.br/Anais/vciti/105549-O-IMPERIO-CONTRA-ATACA--RAZOES-MORAIS-PARA-NEGAR-UMA-ABNEGACAO-JUDICIAL Local: Av. Erasmo Braga, nº 115 e Rua D Manuel, nº 37 (Centro); Cidade: R Janeiro - RJ; Evento: 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA V Cong Internacional de Teoria das Instituições; Inst.promotora/financiadora: Progran Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro</p> <p>5. CARVALHAES, R. B. DECISÃO JUDICIAL E DESE INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA ARGUMENTA JURÍDICA NA EXPANSÃO DA ATUAÇÃO JUDICIAL DO STF., (Seminário,Apresentação de Trabalho); Referências adicionais: Brasil/Portu Meio de divulgação: Outro. Home page: http://seminarioduff.blogspot.com.br; L Presidente Pedreira, 62, Ingá, Niterói/RJ.; Cidade: Rio de Janeiro; Evento SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS HUMA FUNDAMENTAIS; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal Flumine</p> <p>6. CARVALHAES, R. B. DEMOCRACIA DELIBERATIVA E BEM COM uma investigação juspolítica do interesse público do estado democrático de di 2016. (Seminário,Apresentação de Trabalho) Referências adicionais: Brasil/Portu Meio de divulgação: Outro; Local: Rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo; Ci Rio de Janeiro; Evento: I SEMINÁRIO DISCENTE DO PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIRIO; Inst.promotora/financia Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro</p> <p>7. CARVALHAES, R. B. A Intervenção do Estado na Economia., (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho). Referências adicio Brasil/Português; Local: Estrada do Galeão, s/nº; Cidade: Rio de Janeiro; Even Intervenção do Estado na Economia.; Inst.promotora/financiadora: Facu Cenecista da Ilha do Governador - FACIG</p> <p>8. CARVALHAES, R. B.; SOUZA, P. B.; NUNEZ, C. F. A. M. O Sup Tribunal Federal como Arena Deliberativa: entre a deliberação e o ativismo, (Congresso,Apresentação de Trabalho). Referências adicionais: Brasil/Portu Meio de divulgação: Impresso. Home http://forumdepesquisa.wix.com/vforumdepesquisa; Cidade: Rio de Janeiro; Ev V Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Di Inst.promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá</p>
--	--

	<p>9. CARVALHAES, R. B. Uma Análise Crítica da Democracia Capitalista, (Seminário,Apresentação de Trabalho). Referências adicionais: Brasil/Portugal. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.sociologiaedireito.uff.br/; Local: Rua Pres. Pedreira, 62 - Ingá; Cidade: Niterói; Evento: 3º Seminário Interdisciplinar de Sociologia e Direito. "A mobilização social e suas implicações na alteração do cenário nacional: Reconstrução de Paradigmas e Fortalecimento da Cidadania". Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal Fluminense - UFF</p> <p>10. CARVALHAES, R. B. A Supremacia do Interesse Público Sobre O Privado - Releitura Constitucional do Instituto., 2011. (Outra,Apresentação de Trabalho). Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Artigo de conclusão do curso de direito Público e Privado. Inst.promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá e FEMPERJ</p> <p>11. CARVALHAES, R. B. Direito Regulatório e Participação Social - Fundamentos Para uma Democracia Participativa., 2011. (Outra, Apresentação de Trabalho). Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: Rio de Janeiro; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Concurso de monografia do VII FÓRUM BRASILEIRO SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS. Inst.promotora/financiadora: IBDP - INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO</p> <p>12. CARVALHAES, R. B. O Princípio da Vedação Do Retrocesso na Sucessão do Companheiro, 2010. (Outra,Apresentação de Trabalho)Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Trabalho de graduação do curso de Direito Civil Constitucional; Inst.promotora/financiadora: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ - CEPAD</p> <p>13. CARVALHAES, R. B. Microsistema Social Prisional - Uma Visão Criminológica das Prisões., 2008. (Outra,Apresentação de Trabalho) Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Apresentação de monografia.; Inst.promotora/financiadora: Centro Universitário de Rio de Janeiro - Cidade</p>
<p>Camila Bernardino de Oliveira Lamas</p>	<p>Artigos completos publicados em periódicos. <u>BERNARDINO DE OLIVEIRA LAMAS, CAMILA</u>; REIS DE MIRANDA, PAULA ; LELIS RODRIGUES DE OLIVEIRA, ANA PAULA . Aproximações entre educação jurídica e ensino médio integrado: proposta para uma formação cidadã e ética. REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ENSINO TECNOLÓGICO, v. 4, p. 421-439, 2018.</p> <p>Livros publicados. <u>BERNARDINO DE OLIVEIRA LAMAS, CAMILA</u>; CARVALHO, M. P. . Sequências didáticas para a educação jurídica no ensino médio integrado. 1ª ed. , 2019. v. 1. 48p .</p> <p>Capítulos de Livros LAMAS, C. B. D. O.; CARVALHO, M. P. D. Sequências didáticas para educação jurídica no ensino médio integrado. In: (ORG), A. J. N. D. S. Educação: agregando,</p>

incluindo e almejo oportunidades 5. Ponta Grossa: Atena, 2020. Cap. 19, p. 192-199.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

LAMAS, C.B.O.; CARVALHO, M. P. . Sequências didáticas para a educação jurídica no ensino médio integrado. In: III Encontro de Mestrados e Doutorados Profissionais em Educação e Ensino de Minas Gerais, 2019, Juiz de Fora. Anais III Encontro de Mestrados e Doutorados Profissionais em Educação e Ensino de Minas Gerais, 2019.

Resumos publicados em anais de congressos

SILVA, G. V. ; LAMAS, C.B.O. ; FIDELIS, P. V. S. . Política Nacional de Resíduos Sólidos: Análise à Luz da Interpretação Constitucional e suas Implicações na Efetividade do Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado. In: III Simpósio de Ensino Pesquisa e Extensão do IF Sudeste MG, 2016, Rio Pomba. III Simpósio de Ensino Pesquisa e Extensão do IF Sudeste MG, 2016.

CARDOSO FILHO, C. G. ; TEIXEIRA, D. C. ; LAMAS, J.P.C. ; LAMAS, C.B.O. . Levantamento das Tipologias de Ocorrências Policiais em Cidades de Pequeno Porte por Meio de Cadastro Georreferenciado. In: VIII Simpósio de Ciência, Inovação e Tecnologia, 2015, Rio Pomba. VIII Simpósio de Ciência, Inovação e Tecnologia, 2015.

PEREIRA, L. D. G. ; OLIVEIRA, E. J. ; LAMAS, J.P.C. ; LAMAS, C.B.O. . Sistema de Transporte de Pequeno Porte - IFET Campus Rio Pomba. In: VIII Simpósio de Ciência, Inovação e Tecnologia, 2015, Rio Pomba. VIII Simpósio de Ciência, Inovação e Tecnologia, 2015.

BICALHO, S.B. ; LAMAS, C.B.O. . Ensino de Legislação Trabalhista e Práticas de Departamento Pessoal para Profissionais das Pequenas Empresas do Município de Rio Pomba - MG. In: I Simpósio de Ensino Pesquisa e Extensão do IF Sudeste MG, 2014, Muriaé. I Simpósio de Ensino Pesquisa e Extensão do IF Sudeste MG, 2014.

Apresentações de Trabalho

LAMAS, C.B.O.; MIRANDA, P. R. ; CASTRO, P. S. D. . Ensino Médio Integrado no IF Sudeste MG- Campus Rio Pomba: Uma experiência em formação integral e inclusão social à luz do estatuto da criança e do adolescente. 2019. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

LAMAS, C.B.O.; CARVALHO, M. P. . Sequências didáticas para a educação jurídica no ensino médio integrado. 2019. (Apresentação de Trabalho/Outra).

MIRANDA, Paula Reis de ; LAMAS, C.B.O. ; CASTRO, P. S. D. . Currículo integrado: aproximar, conhecer e construir. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

	<p>BICALHO, S.B. ; LAMAS, C.B.O. . Ensino de Legislação Trabalhista e Práticas de Departamento Pessoal para profissionais das pequenas empresas do município de Rio Pomba. 2014. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).</p> <p>Demais tipos de produção técnica <u>LAMAS, C.B.O.</u>. Legislação Trabalhista e Práticas de Departamento Pessoal. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).</p> <p><u>LAMAS, C.B.O.</u>; SILVA, G. V. ; FIDELIS, P. V. S. . PPC do curso de Bacharelado em Direito. 2015. (Projeto Pedagógico de Curso (PPC)).</p> <p><u>LAMAS, C.B.O.</u>. O Produtor Rural e o INSS. 2014. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Cartilha).</p>
<p>Marcela Zambolim de Moura</p>	<p>MOURA, M.Z. CUNHA LACERDA, P.F.A. Complexo oracional subjetivo sob a abordagem construcional da mudança. Cad. Letras UFF, Niterói, v. 27, n. 55, p. 43-59, 2º número, 2017.</p> <p>FORTES, F. S. ; MOURA, M. Z. . <i>Ars maior</i>, Donato: critérios de análise linguística. Gragoatá (UFF), v. 21, p. 25-46, 2016.</p> <p>DIAS, N. B. ; MOURA, M. Z. . A avaliação na oração matriz e no segmento A. Veredas (UFJF. Online), v. 15, p. 191-205, 2011.</p> <p>MOURA, M. Z.. Orações matrizes [verbo ser + predicativo]: predicados que expressam a atitude do falante. In: VI Congresso Internacional da Abralín, 2009, João Pessoa. Abralín, 2009.</p> <p>MOURA, M. Z.. As cláusulas encaixadas na função de sujeito. In: I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 2008, São Paulo. Conexão de Cláusulas, 2008.</p> <p>MOURA, M. Z.. Conexão de Orações: Verbos dicendi em orações compostas. In: 55º Seminário do GEL, 2007, Franca. Revista do GEL, 2007.</p> <p>Apresentações de Trabalho MOURA, M. Z.. Desenvolvimento do Complexo oracional subjetivo [SER + predicativo] a partir da perspectiva da construcionalização gramatical. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).</p> <p>MOURA, M. Z.. Complexo Oracional Subjetivo sob uma perspectiva construcional da mudança. 2016. (Apresentação de Trabalho/Outra).</p> <p>MOURA, M. Z.. Desenvolvimento do complexo oracional subjetivo para a instanciação do posicionamento do falante em uma abordagem construcional da mudança. 2016. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).</p>

	<p>MOURA, M. Z.. Esquematicidade do complexo oracional subjetivo sob uma perspectiva construcional. 2016. (Apresentação de Trabalho/Seminário).</p> <p>MOURA, M. Z.. Orações Encaixada Subjetivas e matrizes sob a abordagem construcional da gramaticalização. 2015. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p> <p>MOURA, M. Z.. Esquematicidade do Complexo Oracional Subjetivo [MATRIZ (SER + PREDICATIVO) + ENCAIXADA SUBJETIVA] sob o enfoque da construcionalização. 2015. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p> <p>MOURA, M. Z.. Gramaticalização de orações encaixadas subjetivas: perspectiva construcionista. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p> <p>MOURA, M. Z.; CUNHA LACERDA, P. F. A. . Abordagem Construcional da gramaticalização de orações encaixadas subjetivas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p> <p>MOURA, M. Z.. GRAMATICALIZAÇÃO DE ORAÇÕES MATRIZES [verbo ser + predicativo]: PREDICADOS QUE EXPRESSAM ATITUDE DO FALANTE. 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p> <p>MOURA, M. Z.. Cláusulas Encaixadas na função de Sujeito. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p> <p>MOURA, M. Z.; SILVA, T. M. ; FREITAS, R. C. ; RODRIGUES, T. C. . Conexão de Orações: Cláusulas Encaixadas em Verbos Dicendi. 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p> <p>MOURA, M. Z.. Conexão de orações: verbos dicendi em orações compostas. 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p> <p>MOURA, M. Z.. Cláusulas Encaixadas em Verbos Dicendi. 2006. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p> <p>MOURA, M. Z.. Relatório semestral de Bolsista. 2008. (Relatório de pesquisa).</p>
<p>Tharcísio Alexandrino Caldeira</p>	<p>Artigos completos publicados em periódicos</p> <p>MARTINS, D. F. ; CALDEIRA, T. A. ; ALBINO, A. A. . Análise das propagandas e reportagens relacionadas à segurança automotiva publicadas na Revista Quatro Rodas. Revista "Vianna Sapiens", v. 9, p. 159-189, 2018.</p> <p>OLIVEIRA, J. F. ; MOTA, R. O. ; VINHA, E. P. ; CALDEIRA, T. A. . Posicionamento de mercado das principais marcas de guitarra pela percepção de clientes: uma análise multidimensional. REVISTA SCIENTIATEC, v. 5, p. 21-38, 2018.</p>

	<p>COSTA, L. G. ; CALDEIRA, T. A. . Marketing Sensorial: uma pesquisa de campo sobre a influência do marketing olfativo na estratégia competitiva. Revista "Vianna Sapiens", v. 8, p. 219-240, 2017.</p> <p>Trabalhos completos publicados em anais de congressos</p> <p>CALDEIRA, T. A.; FERREIRA, J. B. ; FREITAS, A. S. ; RAMOS, F. L. ; GIOVANNINI, C. J. . Adoção de Pagamentos via Celular no Brasil. In: VIII Encontro de Marketing da ANPAD - EMA, 2018, Porto Alegre. Anais..., 2018.</p> <p>Apresentação de trabalho e palestra</p> <p>CALDEIRA, T. A.; FERREIRA, J. B.; FREITAS, A. S.; RAMOS, F. L.; GIOVANNINI, C. J. Adoção de Pagamentos via Celular no Brasil, 2018. (Congresso,Apresentação de Trabalho)</p>
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	<p>Apresentação de Trabalho</p> <p>NASCIMENTO, Francisco Juceme Rodrigues Do. Cidadania Planetária, desafios e perspectivas para a cultura da paz. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).</p> <p>NASCIMENTO, Francisco Juceme Rodrigues Do. Oficina: módulos de Ensino Religioso para alunos do Ensino Médio. 2002. (Apresentação de Trabalho/Outra).</p> <p>NASCIMENTO, Francisco Juceme Rodrigues Do. Educar para o Mistério. 2000. (Apresentação de Trabalho/Outra).</p> <p>Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia</p> <p>NASCIMENTO, Francisco Juceme Rodrigues Do; PEREIRA, M. M. ; RODRIGUES, A. F. S. F. . Bioética: contribuições na formação do biólogo. 2012. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).</p> <p>Demais tipos de produção técnica</p> <p>NASCIMENTO, Francisco Juceme Rodrigues Do. Economia Solidária e Educação. 2010. .</p>

	<p>NASCIMENTO, Francisco Juceme Rodrigues Do. Curso de Formação de Diretores - O Papel do Gestor como inserção na comunidade. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).</p> <p>NASCIMENTO, Francisco Juceme Rodrigues Do. O Espaço em Heidegger: Contribuições da Filosofia para o Pesquisador em Geografia. 2006. (Minicurso).</p> <p>NASCIMENTO, Francisco Juceme Rodrigues Do. Curso de Capacitação de Educadores. 2003. .</p> <p>NASCIMENTO, Francisco Juceme Rodrigues Do. Projeto de Pastoral do Colégio Santa Catarina. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Ação Pastoral).</p> <p>NASCIMENTO, Francisco Juceme Rodrigues Do. Planejamento de Ensino Religioso. 2002. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Educação Religiosa).</p> <p>NASCIMENTO, Francisco Juceme Rodrigues Do. Tolerância. 2001. (Editoração/Anais).</p>
Virgínia Maria Canônico Lopes	<p>Artigo publicado em revista:</p> <p>Lopes, V. M. C.; Oliveira, M. L. R. de. Novo Marco Legal para a Mineração e suas implicações para a atividade minerária no Brasil sob a luz da Justiça Ambiental. <i>Polêmica</i>, v. 18, n. 3, p. 01-12, julho, agosto e setembro, 2018.</p> <p>Resumo publicado em anais de Congresso:</p> <p>Lopes, V. M. C.; Oliveira, M. L. R. de; Bomtempo Júnior, P. Novo Marco Legal para a Mineração e suas implicações ambientais e sociais no espectro da Justiça Ambiental. <i>Anais do VIII Congresso Brasileiro de Direito Sociambiental</i>. Caderno de Resumos, Vol. 5, 2019, p. 341-351. Cepedis - Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Sociambiental.</p> <p>Apresentação de Trabalho</p> <p>LOPES, V. M. C.. Assédio Moral no ambiente de trabalho. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).</p> <p>LOPES, V. M. C.. As transformações na Administração Pública. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).</p>

7.5 Técnico-administrativo

Quadro 5 - Técnicos administrativos.

CARGO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
Assistente Administrativo	15
Coordenador Geral de Registro Escolar	01
Secretária de Registro Escolar	03
Prestadores de Serviços (contratados)	02
Pedagoga	03
Psicóloga	02
Assistente Social	02
Enfermeiro	02
Dentista	02
Médico	02
Técnico em Assuntos Educacionais	07

8 AVALIAÇÃO DO CURSO

8.1 Objetivos do Sistema de Avaliação

O processo de avaliação da qualidade do curso Bacharel em Direito e de seu Projeto Político Pedagógico está em conformidade com o que dispõe a Lei nº 10.861 de 14 abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm

No que tange à avaliação dos discentes, o curso de Bacharel em Direito do IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba possui sistema de avaliação objetivando acompanhar o desempenho do aluno em todas as disciplinas de seu currículo, permitindo uma efetiva mensuração da capacidade do aluno de integrar conhecimentos e de mobilizá-los para a tomada de decisões e solução de problemas. O sistema permite a verificação da evolução do aluno ao longo do curso, por meio de um acompanhamento do processo ensino aprendizagem, permitindo, assim, a adoção de medidas corretivas com fulcro de aumentar a eficácia do aprendizado.

8.2 Sistema de autoavaliação do curso

A prática de autoavaliação é considerada de suma importância no constante processo de aprimoramento e atualização do curso Bacharel em Direito. Neste contexto, discorre-se, a seguir, acerca das avaliações do projeto pedagógico e aquela realizada pelo programa de avaliação institucional do IF Sudeste MG - *Campus* Rio Pomba.

8.2.1 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

Com o escopo de realizar uma constante avaliação do projeto pedagógico do curso, são realizadas periodicamente reuniões do Colegiado de Curso em intercâmbio com os discentes para a discussão do documento, visando uma melhor adequação do mesmo às mudanças e atualizações na área jurídica.

Outrossim, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso tem como objetivo formular, implementar e desenvolver o Projeto Pedagógico do curso, bem como verificar sua efetiva implantação de forma a garantir a qualidade do Curso.

Assim, a avaliação do desenvolvimento do Projeto Pedagógico dar-se-á em relação a:

- ✓ cumprimento de seus objetivos;
- ✓ perfil do egresso;
- ✓ habilidades e competências;
- ✓ estrutura curricular;
- ✓ flexibilização curricular;
- ✓ pertinência do curso no contexto regional;
- ✓ corpo docente e discente.

Essa avaliação será efetivada por meio de um relatório elaborado pelo Colegiado de Curso, mediante a integralização do currículo pela primeira turma a partir da implantação deste PPC e depois, a cada três anos. Este relatório basear-se-á em mecanismos de acompanhamento periódicos definidos pelo Colegiado. A avaliação do relatório elaborado pelo Colegiado do Curso será feita pelo Coordenador do Curso e representantes de turmas, com emissão de parecer.

8.2.2 Programa de avaliação institucional do IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba.

O processo de autoavaliação do curso estará presente no programa de avaliação institucional do IF Sudeste MG - *Campus* Rio Pomba. É um processo contínuo com

permanente interação que visa ao aperfeiçoamento do curso. Todo final de semestre a CPA (Comissão Própria de Avaliação) aplica instrumentos junto aos alunos para avaliação do desenvolvimento do curso. Os resultados são informados aos professores para análise. Realiza-se também avaliação com os docentes e servidores técnico-administrativos. Portanto, com o referido programa é possível, todo início de semestre, traçar novas metas e implementar o planejamento estratégico.

A avaliação institucional é uma preocupação constante e atividade perene no IF Sudeste MG, que visa à busca da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, como decorrência da procura de aprimoramento permanente do profissional, exigido pelas novas expectativas sociais.

Uma escola de qualidade depende da cooperação de quatro elementos fundamentais: os administradores, os professores, os funcionários e os alunos. Sem o concurso desses quatro elementos, a escola não pode subsistir.

Neste cenário, o verdadeiro fim do IF Sudeste MG é bem servir os seus acadêmicos, desenvolvendo, ao máximo, todas as suas potencialidades.

O serviço educacional de qualidade é aquele que atende perfeitamente, de forma confiável, acessível, segura e no tempo certo, às necessidades do alunado. O verdadeiro critério da boa qualidade educacional é a preferência do alunado e é o que garantirá a sobrevivência da escola.

Resulta daí, a meta de perseguir a qualidade, por meio da participação e da autocrítica, com o envolvimento da totalidade da comunidade acadêmica, partindo do equacionamento e identificação dos fatores positivos ou negativos nos desempenhos docente, discente e administrativo para o planejamento na tomada de decisões. Tudo isto está organizado e sistematizado nas diversas atividades de avaliação, já existentes, em um processo de qualificação implementado em todos os *campi* do IF Sudeste MG.

Para tanto, observa-se a legislação pertinente ao assunto, inserta nos seguintes diplomas legais:

- o art. 209 da Constituição Federal de 1988;
- o art. 3º e seus parágrafos e o art. 4º, da Lei 9.131/95;
- o Decreto nº 3860 de 9 de julho de 2001;
- a Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB);

Estão envolvidos na avaliação institucional todos os serviços prestados pela Instituição, nas atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão) e nas atividades-meio (apoio administrativo), sendo todos os setores incluídos, desde a Direção Geral, seus integrantes, até a zeladoria, conservação e limpeza.

Assim, são avaliados os seguintes aspectos na instituição:

- na administração geral: efetividade (atividade real, resultado verdadeiro, regularidade) e do funcionamento da organização interna, relações entre a entidade mantenedora e a instituição de ensino, eficiência (ação, força, eficácia) das atividade-meio em relação aos objetivos finalísticos (fatores humanos, biblioteca, recursos materiais, etc.);
- na administração acadêmica: adequação dos currículos dos cursos de graduação e da gestão de sua execução, adequação do controle do atendimento às exigências regimentais de execução do currículo, adequação dos critérios e procedimentos de avaliação do rendimento escolar.

A avaliação, específica para cada curso de graduação, leva em conta, ainda, os parâmetros fixados pelo MEC, os exames nacionais de curso e os seguintes indicadores:

- taxas de escolarização bruta e líquida;
- taxas de disponibilidade e de utilização de vagas para ingresso;
- taxas de evasão e de produtividade;
- tempo médio para conclusão do curso;
- índices de qualificação do corpo docente;
- relação média alunos por docente;
- tamanho médio das turmas.

Na integração social: avaliação do grau de inserção da instituição na comunidade, local e regional. As atividades de extensão refletem o grau de participação da instituição na solução dos problemas da comunidade externa e a transmissão de suas conquistas didático-científicas para essa mesma comunidade;

- na produção científica, cultural e tecnológica: avaliação da produtividade em relação à disponibilidade de docentes qualificados. A produção científica, cultural e tecnológica do corpo docente guarda coerência com a missão, os objetivos, as diretrizes, as linhas gerais de ação e as metas da instituição. Deve haver coerência entre a titulação acadêmica do professor e sua dedicação a essas funções.

- nos fatores humanos: planos de capacitação de fatores humanos, de carreira de magistério e de cargos e salários, analisados à luz dos objetivos do plano institucional e dos recursos disponíveis para as despesas e investimentos com pessoal e o seu reflexo na melhoria da produtividade da organização. Esses programas acompanham o crescimento da instituição em suas funções de ensino, pesquisa e extensão e nas atividades-meio.

- na biblioteca: enriquecimento e ampliação do acervo bibliográfico, qualificação do pessoal, adequação e uso da tecnologia disponível, desenvolvimento institucional com o crescimento dos serviços, dos acervos e das áreas físicas e das instalações da biblioteca.

- nos recursos materiais: laboratórios, serviços, ambulatórios, hospitais, núcleos para estágios, demais serviços prestados pela instituição em confronto com as necessidades de treinamento do próprio pessoal, do educando (estágio profissional, elaboração de trabalhos de graduação e de pós-graduação) e da comunidade externa, grau de satisfação dos usuários confrontado com o desempenho dos equipamentos e serviços e com as tarefas de manutenção, conservação e limpeza, edificações e as áreas reservadas para as atividades culturais e artísticas, desportivas, de recreação, de lazer e de convivência comunitária.

A avaliação é processo periódico, por setor ou função. O acompanhamento é contínuo, mas os eventos avaliativos são periódicos e com calendário próprio. As entrevistas, as reuniões e a distribuição e respostas aos questionários são flexíveis e constam do calendário acadêmico, elaborado de acordo com a sua realidade, sua complexidade e sua dimensão acadêmico-científica. São utilizados instrumentais variados: entrevistas, questionários, sessões grupais, e observações. A metodologia do processo contempla as seguintes etapas: sensibilização, diagnóstico, autoavaliação, avaliação externa, reavaliação e a reformulação.

A avaliação da qualidade do curso é realizada mediante aplicação de questionários aos discentes e docentes, solicitando que pontuem os diversos tópicos com notas que variam da seguinte forma:

- 0 – caso não tenham condições de responder,
- 1 – péssimo,
- 2 – ruim,
- 3 – regular,
- 4 – bom,
- 5 – ótimo.

Os tópicos são compreendidos de questões a respeito da infraestrutura e serviços (biblioteca, laboratórios, mecanografia, recursos audiovisuais, salas de aula, secretaria, unidades de processamento), da coordenação de curso (repasso de informações, disponibilidade de atendimento e de forma geral), dos docentes (relacionamento, pontualidade, assiduidade, dentre outros), além de uma autoavaliação dos discentes. Essa avaliação é mensurada pela coordenação de curso e comparada.

A avaliação Institucional é um instrumento usado pelas IES, com o propósito de conhecer a imagem da instituição junto a seus clientes, que são as pessoas mais importantes no serviço que presta. A partir da análise dos resultados é possível reelaborar o Projeto Pedagógico juntamente com o planejamento econômico-financeiro para poder realizar investimentos materiais e humanos em cada setor e traçar o caminho que a instituição deverá seguir.

Segundo Sobrinho (2000), a avaliação institucional além de ser um processo sistemático de produção de conhecimentos sobre as atividades gerais da universidade, especialmente a docência, a pesquisa e a extensão, além de promover os juízos de valor sobre todas essas funções e apontar as formas para incrementar a sua qualidade, a avaliação institucional deve tratar de suscitar as grandes reflexões e os questionamentos mais radicais sobre a condição da universidade no mundo contemporâneo, os significados de seus trabalhos e a dimensão ético-política de seus projetos e de seus compromissos. Essas reflexões e esses questionamentos devem envolver o maior número possível de agentes do processo, em várias instâncias formais da instituição e pares da comunidade científica externa.

A avaliação institucional não serve para testar conhecimentos e sim questionar as atividades da Instituição. É necessário que se tenha uma participação ampla e que todos os segmentos da instituição sejam ouvidos. No IF Sudeste MG - *Campus* Rio Pomba a avaliação institucional tem como objetivo a melhoria da qualidade de ensino, das atividades desenvolvidas e dos serviços prestados.

No final de cada semestre são disponibilizados questionários de autoavaliação aos discentes e docentes. Esta ferramenta visa identificar os acertos e possíveis problemas, para subsidiar propostas de soluções que melhorem a qualidade do curso. No questionário do professor são abordados temas como: atuação didática e postura profissional; infraestrutura da instituição; o contexto do curso; e avaliação dos discentes. Já no questionário destinado

aos discentes serão avaliados: atuação didática e postura profissional de cada professor; infraestrutura da instituição e autoavaliação dos próprios discentes.

9 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

De acordo com Regulamento Acadêmico de Graduação, o IF Sudeste MG expedirá diploma de graduação (tecnologia, bacharelado ou licenciatura) aos que concluírem com aprovação toda a matriz curricular do curso, de acordo com o regulamento de emissão, registro e expedição de certificados e diplomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

O histórico acadêmico é um documento oficial emitido pelo IF Sudeste MG ao graduado, no qual constarão as disciplinas em que o discente obtiver aprovação, aproveitamento ou dispensa, suas respectivas cargas horárias, o período em que foram cursadas, aproveitadas ou dispensadas e a média final, tendo a Instituição até 30 (trinta) dias para a expedição do histórico escolar acadêmico, após a solicitação do mesmo.

10 REFERÊNCIAS PARA CONCEPÇÃO DO PPC

CEDI, Coordenação de Estudos Legislativa - LEI Nº 9.696/1998. CNE. Distrito Federal. 1998. Disponível em: www.camara.gov.br.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 2/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2007. Seção 1, p. 6.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES Nº8/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2007, Seção1, p.11.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES Nº635/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de dezembro de 2018, Seção1, p.34. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2018-pdf-1/100131-pces635-18/file>

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048/2000 e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

_____. Lei 12.605, de 3 de abril de 2012. Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112605.htm

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm

_____. Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm

_____. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM

_____. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm

_____. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Estágio de Estudantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em https://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/lei_de_criacao_0.PDF

_____. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o §3º do art. 98 da Lei

Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm

_____. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art127

_____. Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18112cons.htm

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, dezembro de 1996. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

_____. Nota Técnica Nº 385/2013/CGLNRS/SERES/MEC, de 21 de junho de 2013. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13408-nota-tecnica-385-2013-acessibilidade-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192

_____. Orientação Normativa Nº 2, de 24 de junho de 2016. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em:
http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/Min_Div/MPOG_ON_02_16.html

_____. Parecer CNE/CES Nº 08, de 31 de janeiro de 2007. Dispõe sobre a carga horária e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces008_07.pdf

_____. Parecer CNE/CES Nº 239/2008. Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces239_08.pdf

_____. Parecer CNE/CP nº 29, de 3 de dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Disponível em
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>

_____. Parecer CONAES Nº 4, de 17 de junho de 2010. Sobre o NDE. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6884-parecer-conae-nde4-2010&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192

_____. Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília. Janeiro de 2008. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>

_____. Portaria Gabinete do Ministro nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>

_____. Portaria N° 1793, de dezembro 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>

_____. Portaria Normativa do MEC nº 21, de 28 de agosto de 2013. Dispõe sobre a inclusão da educação para as relações étnico-raciais, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo. Disponível em: http://www.impresanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/31045330/do1-2013-08-30-portaria-normativa-n-21-de-28-de-agosto-de-2013-31045325

_____. Portaria Normativa N° 19, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. Disponível em: http://www.angrad.org.br/resources/files/modules/files/files_677_tn_20171215170956dc72.pdf

_____. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura. Brasília, Abril de 2010. Disponível em: <http://www.castelobranco.br/site/arquivos/pdf/Referenciais-Curriculares-Nacionais-v-2010-04-29.pdf>

_____. Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do SINAES. Brasília 2013. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/arquivos/download/1382550379.pdf>

_____. Regulamento Acadêmico da Graduação do IF Sudeste MG. Juiz de Fora. 2018 Disponível em: http://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/RAG%20-%20%20atualizado%20em%2011-11-recredenciamento%20-%20publicar_0.pdf

_____. Regulamento de Emissão de Registro e Expedição de Certificados e Diplomas do IF Sudeste MG. 2014. Disponível em: <http://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/Regulamento%20de%20Registro%20de%20Certificados%20e%20Diplomas%20-%20altera%C3%A7%C3%A3o.pdf>

_____. Resolução CEPE nº 19, de 03 de outubro de 2012. Regulamento de Atividades Complementares do IF Sudeste MG. Disponível em: http://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/Regulamento%20Atividades%20Complementares%20vers%C3%A3o%20Outubro%202012_0.pdf

_____. Resolução CNE/CEB N° 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf>

_____. Resolução CNE/CEB nº 5/1997. Proposta de Regulamentação da Lei 9.394/96. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb005_97.pdf

_____. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

_____. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf

_____. Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009. Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces004_09.pdf

_____. Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192

_____. Resolução CONAES Nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o NDE. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192

_____. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

_____. Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf

_____. Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf>

SOBRINHO, José Dias. Avaliação do Ensino Superior. Petrópolis: Vozes, 2000. 235p.

Veiga, IPA. Projeto político pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, IPA, Fonseca, M. As dimensões do projeto político pedagógico. Campinas; Papyrus, 2001.

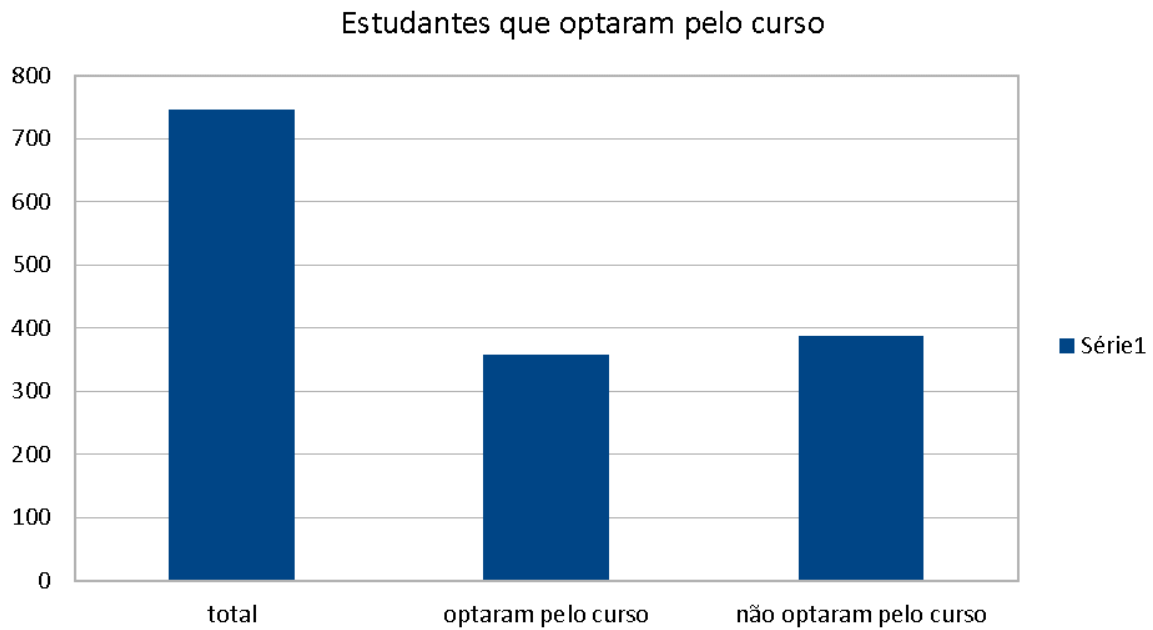
APÊNDICE 1: ESTUDO DE DEMANDA

Previamente à oferta do curso Bacharel em Direito pelo IF Sudeste MG – *Campus* Rio Pomba, foi realizado um estudo de demanda com vistas a identificar cursos que poderiam ser ofertados pela instituição. Assim, foram aplicados questionários semiestruturados a setecentos e quarenta e cinco estudantes de segundos e terceiros anos da educação básica de escolas públicas e particulares do município de Rio Pomba e das cidades vizinhas, incluindo Silveirânia, Guarani, Piraúba, Ubá e Tocantins.

Além de questionamentos que visavam identificar o perfil e características socioeconômicas dos estudantes, buscou-se verificar que curso gostariam de fazer ao ingressarem no ensino superior. Para tanto, elencou-se quatorze cursos, além de constar as opções “outro”, por meio da qual o participante poderia informar um outro curso não constante da lista apresentada, além de “nenhum”. Assim, solicitou-se que marcassem três possíveis cursos, devendo atribuir a ordem de sua preferência, numerando-os de 1 a 3, conforme fossem sua 1^a, 2^a ou 3^a opção.

No que tange à renda familiar mensal, do total de alunos participantes, 171 (cento e setenta e um) tinham renda familiar mensal de até 01 (um) salário mínimo, 324 (trezentos e vinte e quatro) tinham renda familiar mensal entre 01 (um) e 02 (dois) salários mínimos, e outros 195 (cento e noventa e cinco) alunos revelaram que sua renda mensal familiar era de 02 (dois) a 05 (cinco) salários mínimos mensais, como se vê na Figura 3 já inserida neste Projeto Político Pedagógico.

Em relação à escolha do curso, como visto, os alunos tinham 14 (quatorze) opções, incluídas as possibilidades “outro” e “nenhum”, sendo certo que, dos 745 (setecentos e quarenta e cinco) indivíduos que participaram do Estudo de Demanda em comento, 357 (trezentos e cinquenta e sete) indicaram como sua preferência o curso de Bacharelado em Direito; já 388 (trezentos e oitenta e oito) alunos indicaram uma das outras 13 (treze) alternativas possíveis. Assim, 48% (quarenta e oito por cento) dos estudantes indicaram o curso de Bacharel em Direito, enquanto 52% (cinquenta e dois por cento) dos participantes escolheram uma das demais opções, conforme figura abaixo.



Além de referido estudo, também foi solicitado a representantes de algumas instituições do município ligadas à área jurídica que apresentassem suas opiniões acerca da possível oferta do curso bacharel em Direito pelo IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba, à qual todos manifestaram posicionamentos positivos, conforme se verifica dos trechos abaixo.

Minha opinião a respeito da oferta do Curso de Bacharel em Direito pelo IFET-Rio Pomba é de que tal providência teria uma importância significativa para a região, a qual carece de uma Faculdade pública neste ramo.

Por outro lado, o Curso de Direito é um dos mais disputados por estudantes de todo o Brasil, o que garante que haverá grande procura caso a oferta do Curso acima mencionado se concretize.

Saliente-se que, na hipótese de criação do referido Curso, certamente o Poder Judiciário local seria beneficiado. Isto porque haveria o aumento do número de profissionais do Direito na região (inclusive os que poderiam atender gratuitamente aos necessitados, como integrantes do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade). Além disso, seria naturalmente maior a oferta de estagiários (apenas para exemplificar, os que trabalham no Fórum, no momento, são majoritariamente de outras cidades, e o número de concorrentes no concurso de seleção foi bastante reduzido).

Rio Pomba, 30/4/2015.

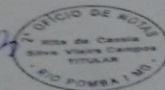
Diego Teixeira Martinez
Juiz de Direito - Comarca de Rio Pomba

Qual sua opinião a respeito da oferta do Curso de Bacharel em Direito pelo IF Sudeste MG – Câmpus Rio Pomba? No caso de implementação do referido curso, quais seriam os benefícios para a melhoria dos serviços prestados pelo Cartório local?

Os resultados positivos são evidentes especialmente para o Município de Rio Pomba e regiões adjacentes.

Quanto "aos benefícios para a melhoria dos serviços prestados" pelos Serviços Notariais e de Registro desta Comarca de Rio Pomba-MG, será a qualificação de auxiliares e escreventes desses serviços.

Marta Maria da Silva
Marta Maria da Silva
Tabeliã titular do 2º Ofício de Notas
Rio Pomba-MG.



Qual sua opinião a respeito da oferta do Curso de Bacharel em Direito pelo IF Sudeste MG – Câmpus Rio Pomba?

Considero esta oferta do curso de Bacharel em Direito de grande importância para a região, principalmente, porque existem poucos cursos de Direito ofertados por uma instituição pública nesta região, bem como será de grande importância para todas as pessoas que não possuem condições de arcar com os altos custos de uma faculdade particular.

No caso de implementação do referido curso quais seriam os benefícios para a melhoria dos serviços prestados pelo cartório local?

O cartório passaria ter uma mão-de-obra mais qualificada o que facilita e agiliza a prestação dos serviços para a sociedade. Hoje, a grande dificuldade é encontrar mão-de-obra qualificada os funcionários contratados nem sempre possuem conhecimento na área sendo necessário o cartório investir em cursos de qualificação.

Ana Carolina Rincó



Pergunta:

Qual sua opinião a respeito da oferta do Curso de Bacharel em Direito pelo IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba?

Resposta:

Inicialmente, ressalto o ensino de excelência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas, Campus Rio Pomba, além de sua ótima estrutura física. Destaco, ainda, o fato essencial de ser o IFET, Campus de Rio Pomba, no raio de 70 quilômetros, a única entidade pública que oferecerá um curso de Direito gratuito, dentro da sua área de abrangência. A oferta de um curso de Bacharel em Direito deve partir da premissa de se construir um Projeto Didático Pedagógico muito bem estruturado e com um corpo docente de alta qualificação, não só com vias a um Parecer favorável da Comissão de Estudos Jurídicos da OAB, através da Seccional Mineira, do Conselho Federal e do próprio MEC, mas para ser o DIFERENCIAL, não sendo apenas mais um curso que se prolifera.

Assim sendo, observando-se estes requisitos, a oferta do Curso de Bacharel em Direito preencherá uma lacuna do ensino público de qualidade, especialmente, para atender os mais carentes.

A criação do curso de Direito certamente trará benefícios para a comunidade de Rio Pomba e região como um todo, uma vez que ofertará o aumento de cargos docentes, administrativos e do corpo discente, proporcionando melhorias e novas oportunidades no mercado de trabalho e na economia do Município e região.

Rio Pomba, aos 28 de abril de 2015.



DR. JAIR RAMOS BARRA
PRESIDENTE DA 160ª SUBSEÇÃO DA OAB DE RIO POMBA - MG

APÊNDICE 2: MATRIZ CURRICULAR

Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em Direito

Vigência: a partir de 2020

Hora-Aula (em minutos): 50 minutos

	Código da disciplina	Disciplina	Pré-requisito	AT	AP	AS	AE	Nº aulas por semestre	CH semestral	CH optativa	CH estágio	
1º PERÍODO	DIR002	História do Direito		58		4	8	72	66			
	DIR004	Introdução ao Estudo do Direito		58		4	8	72	66			
	DIR003	Política (Teoria do Estado)		58		4	8	72	66			
	DIR100	Metodologia da Pesquisa		29		2	4	36	33			
	DIR101	Introdução à Filosofia		29		2	4	36	33			
	DIR102	Português I		66		4		72	66			
	TOTAL				278		20	32	360	330		

2º P E R Í O D O	Código da disciplina	Disciplina	Pré-requisito	AT	AP	AS	AE	Nº aulas por semestre	CH semestral	CH optativa	CH estágio	
	DIR001	Teoria da Constituição		58		4	8	72	66			
	DIR009	Teoria Geral do Direito Civil		56		4	10	72	66			
	DIR103	Economia		58		4	8	72	66			
	DIR104	Antropologia e Cultura Africana e Afro-Brasileira		58		4	8	72	66			
	DIR105	Português II		66		4		72	66			
	TOTAL				296		20	34	360	330		

3º P E R Í O D O	Código da disciplina	Disciplina	Pré-requisito	AT	AP	AS	AE	Nº aulas por semestre	CH semestral	CH optativa	CH estágio
	DIR006	Teoria Geral do Processo		66		4		72	66		
	DIR005	Direito Constitucional I	DIR001	58		4	8	72	66		
	DIR010	Teoria Geral das Obrigações	DIR009	58		4	8	72	66		
	DIR008	Direito Penal I		58		4	8	72	66		

	DIR106	Sociologia Jurídica		29		2	4	36	33		
	DIR107	Psicologia Jurídica		33		2		36	33		
	TOTAL			302	28	360	330				

4º P E R Í O D O	Código da disciplina	Disciplina	Pré-requisito	AT	AP	AS	AE	Nº aulas por semestre	CH semestral	CH optativa	CH estágio
	DIR016	Teoria Geral dos Contratos	DIR010	29		2	4	36	33		
	DIR007	Direito Constitucional II	DIR005	58		4	8	72	66		
	DIR012	Direito Penal II	DIR008	58		4	8	72	66		
	DIR013	Direito Processual Civil I	DIR006	58		4	8	72	66		
	DIR014	Direito Administrativo I		58		4	8	72	66		
	DIR030	Ética		29		2	4	36	33		
	TOTAL				290		20	40	360	330	

5º P E	Código da disciplina	Disciplina	Pré-requisito	AT	AP	AS	AE	Nº aulas por semestre	CH semestral	CH optativa	CH estágio
--------------	----------------------	------------	---------------	----	----	----	----	-----------------------	--------------	-------------	------------

R Í O D O	DIR015	Direito Administrativo II	DIR014	58		4	8	72		66		
	DIR021	Direito Contratual	DIR016	58		4	8	72		66		
	DIR017	Direito Penal III	DIR012	58		4	8	72		66		
	DIR018	Direito Empresarial I	DIR009	58		4	8	72		66		
	DIR019	Direito Processual Civil II	DIR013	58		4	8	72		66		
	TOTAL				290		20	40	360		330	

6º P E R Í O D O	Código da disciplina	Disciplina	Pré-requisito	AT	AP	AS	AE	Nº aulas por semestre	CH semestral	CH optativa	CH estágio
	DIR020	Métodos Consensuais de Solução de Conflitos		28		2	5	36	33		
	DIR026	Direitos Reais	DIR021	58		4	8	72	66		
	DIR023	Direito Processual Civil III	DIR019	58		4	8	72	66		
	DIR022	Direito Penal IV	DIR017	58		4	8	72	66		
	DIR054	Direito Empresarial II	DIR018	29		2	4	36	33		

	DIR108	Filosofia do Direito	DIR101	29		2	4	36	33		
	DIR055	Direito Internacional Público I		33		2		36	33		
	TOTAL			293		20	37	360	330		

	Código da disciplina	Disciplina	Pré-requisito	AT	AP	AS	AE	Nº aulas por semestre	CH semestral	CH optativa	CH estágio
7º PERÍODO	DIR056	Direito Internacional Público II	DIR055	33		2		36	33		
	DIR027	Direito Processual Penal I	DIR022 e DIR006	58		4	8	72	66		
	DIR024	Direito do Trabalho I		58		4	8	72	66		
	DIR057	Prática Jurídica Simulada I	DIR023		29	2	4	36	33		
	DIR032	Direito de Família	DIR026	56		4	10	72	66		
	DIR058	Direito Empresarial III	DIR054	29		2	4	36	33		
	DIR86	Capacitação em métodos adequados de	DIR020		28	2	5	36	33		

		solução de conflitos									
	TOTAL			234	57	20	39	360	330		

8º P E R Í O D O	Código da disciplina	Disciplina	Pré-requisito	AT	AP	AS	AE	Nº aulas por semestre	CH semestral	CH optativa	CH estágio
	DIR059	Direito das Sucessões	DIR032	28		2	5	36	33		
	DIR060	Direito Tributário I		58		4	8	72	66		
	DIR035	Direito Processual Penal II	DIR027	58		4	8	72	66		
	DIR028	Direito do Trabalho II	DIR024	58		4	8	72	66		
	DIR061	Prática Jurídica Simulada II	DIR027		29	2	4	36	33		
	DIR036	Direitos Humanos		29		2	4	36	33		
	DIR087	Práticas Extensionistas Interdisciplinares				2	33	36	33		
	TOTAL				231	29	20	70	360	330	

9º P E	Código da disciplina	Disciplina	Pré-requisito	AT	AP	AS	AE	Nº aulas por semestre	CH semestral	CH optativa	CH estágio
-----------------------	-----------------------------	-------------------	----------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------------------------	---------------------	--------------------	-------------------

R Í O D O	DIR062	Direito Ambiental I		29		2	4	36	33		
	DIR063	Direito Tributário II	DIR060	29		2	4	36	33		
	DIR064	Prática Jurídica Simulada III	DIR028		29	2	4	36	33		
	DIR040	Projeto de Pesquisa	DIR100	33		2		36	33		
	DIR065	Propriedade Industrial e Inovação		29		2	4	36	33		
	DIR034	Direito Processual do Trabalho	DIR028	58		4	8	72	66		
	DIR042	Direito Internacional Privado		33		2		36	33		
	TOTAL				211	29	16	24	288	264	

1 0º P E R Í O D O	Código da disciplina	Disciplina	Pré-requisito	AT	AP	AS	AE	Nº aulas por semestre	CH semestral	CH optativa	CH estágio
	DIR066	Direito Financeiro e Econômico		58		4	8	72	66		
	DIR044	Teoria da Responsabilidade e Civil	DIR009	29		2	4	36	33		
	DIR045	Direito do Consumidor	DIR021	28		2	5	36	33		

	DIR067	Direito Processual Constitucional	DIR007	29		2	4	36			
	DIR039	Direito Previdenciário		58		4	8	72			
	DIR068	Direito Ambiental II	DIR062	29		2	4	36			
	TOTAL			231		16	33	288			264

D I S C I P L I N A S O P T A T I V	Código da disciplina	Disciplina	Pré-requisito	AT	AP	AS	AE	Nº aulas por semestre	CH semestral
	DIR048	Direito Eleitoral		33		2		36	33
	DIR049	Direito da Criança e do Adolescente		29		2	4	36	33
	DIR052	Biodireito		29		2	4	36	33
	DIR053	Tópicos em Licitações e Contratos Administrativos	DIR015	29		2	4	36	33
	LET154	Libras		33		2		36	33
	DIR069	Tópicos Especiais em Administração Pública		29		2	4	36	33

A S	DIR070	Oratória		33		2		36	33
	LET151	Inglês instrumental		33		2		36	33
	ADM110	Contabilidade Geral		66		4		72	66
	DIR071	Informática Jurídica		33		2		36	33
	DIR072	Sistemas Adequados de Solução de Conflitos Trabalhistas	DIR86	29		2	4	36	33
	DIR073	Medicina Legal		33		2		36	33
	DIR074	Mediação e Conciliação Judiciais e Extrajudiciais	DIR86	29		2	4	36	33
	DIR075	Empreendedorismo Jurídico		29		2	4	36	33
	DIR076	Marketing e Direito		33		2		36	33
	DIR077	Direito e Internet		33		2		36	33
DIR078	Direito Registral e Notarial		33		2		36	33	

	DIR079	Processo Administrativo Disciplinar		33		2		36	33
	DIR080	Prática Constitucional	DIR067		33	2		36	33
	DIR081	Tópicos especiais em Direito Constitucional		29		2	4	36	33
	DIR082	Tópicos especiais I		33		2		36	33
	DIR083	Tópicos especiais II		33		2		36	33
	DIR084	Seminários de Pesquisa		33		2		36	33
	DIR085	Direito e Literatura		29		2	4	36	33
	DIR046	Direito Agrário		29		2	4	36	33
	DIR088	Direito Urbanístico e planejamento urbano		29		2	4	36	33
	DIR089	Direito Imobiliário		29		2	4	36	33
	DIR090	Análise do discurso aplicada ao direito		33		2		36	33

	DIR091	Laboratório de Práticas Jurídicas I				4	66	72	66
	DIR092	Laboratório de Práticas Jurídicas II				4	66	72	66
	DIR093	Teoria Geral da Interpretação Jurídica		33		2		36	33

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TOTAL
Disciplinas obrigatórias	3.168
Disciplinas Optativas (Mínimo)	132
Atividades Complementares	200
Estágio curricular supervisionado	300
Trabalho de Conclusão de Curso	99
Total de carga horária do curso	3.899
Total em atividades de Extensão nas disciplinas obrigatórias	377
Total em atividades de extensão no Laboratório de Práticas Jurídicas (optativo)	132
Total em atividades de extensão	509

Legenda:

AT: Número de aulas teóricas por semana

AP: Número de aulas práticas por semana

AS: Número total de aulas (teóricas e práticas) por semana

AE: Atividade de Extensão

CH Semestral: Carga horária semestral em horas



CH optativa: Carga horária de optativa no semestre

APÊNDICE 3: COMPONENTES CURRICULARES

Nome da disciplina: Introdução ao Estudo do Direito

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 1º Período

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Direito como Ciência. Teoria da Norma Jurídica. Fontes do Direito. Enciclopédia do Direito. Teoria do Ordenamento Jurídico. Teoria da Argumentação Jurídica. Hermenêutica jurídica. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 49.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 41.ed. Rio de Janeiro. Forense, 2019.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 41. ed São Paulo: Saraiva, 2019.

Bibliografia Complementar:

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2011.

BETIOLI, Antônio Bento. **Introdução ao Direito**. Editora Letras & Letras, 2006.

DIMOULIS, Dimitri. **O caso dos denunciantes invejosos: introdução prática às relações entre direito, moral e justiça**. 11.ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Nome da disciplina: História do Direito

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 1º

Carga horária: 66h/a

Número de aulas: 4

Ementa:

O Direito como objeto de conhecimento. Teoria da História. Consciência Histórica. O positivismo na História. A Nova História. Teoria crítica e História. Aplicação das novas teorias na História do Direito. História Geral. O Direito nas Sociedades Ágrafas. A diversidade da experiência jurídica Romana. O Direito na Antiguidade Oriental. O Direito no Extremo Oriente. O Direito na Antiguidade Clássica. A modernidade e o Direito. Codificação no pós-revolução. Direito no Brasil: Inquisição no Brasil; Antigo Regime nos trópicos; formação dos cursos jurídicos; construção da república. Século XX: o direito no limiar existencial. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

MACIEL, José Fabio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **História do direito**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

REALE, Miguel. **Horizontes do Direito e da História**. São Paulo: Saraiva, 3ª edição, 2002.

WOLKMER, Antonio. **História do Direito no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

Bibliografia Complementar:

BITTAR, Eduardo C.B. **Historia do Direito Brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional**. 4.ed. São Paulo, 2017.

CAENEGEM, R. C. Van. **Uma Introdução Histórica ao Direito Privado**. São Paulo: Martins Fontes.

DE CICCO, Claudio. **História direito e do pensamento jurídico**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do direito**. 28ª ed. São Paulo: RT, 2009.

PALMA, Rodrigo Freitas. **História do Direito**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Nome da disciplina: Metodologia da Pesquisa

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 1º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Pesquisa. Ciência e conhecimento científico. Métodos. Limites éticos da pesquisa. Plágio. Técnicas de investigação em direito. Fontes jurídicas de pesquisa. Publicações científicas: artigo científico, resenha crítica e pôster. Projeto de pesquisa. Normas de redação científica. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BITTAR, Eduardo C.B; **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito**. 16ª .ed- São Paulo: Saraiva educação. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo. Atlas. 2008.

Bibliografia Complementar:

BOOTH, Wayne C. COLOMB, Gregory G. WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, A. C.. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Nome da disciplina: Introdução à Filosofia

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 1º

Carga horária: 33h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Introdução à filosofia. Filosofia Antiga e Medieval. Filosofia Moderna. Filosofia Contemporânea. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

REALE, Miguel. **Introdução á Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

PRADEAU, Jean-Francois. **História da Filosofia**. São Paulo: Vozes, 2011.

Bibliografia Complementar:

AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. 8ª edição. São Paulo: Vozes.

AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Paulus.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 1ª edição. 2000.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Cone, 1997.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Nome da disciplina: Português I

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 1º

Carga horária: 66h/a

Número de aulas: 4

Ementa:

Texto: definição, oralidade e escrita. Os modos e os tipos textuais. O texto dissertativo. Os fatores da textualidade. Coerência, coesão e os conectores lógicos. Semântica – Ambiguidade; Polissemia; Homonímia; Paronímia. Aspectos gramaticais – sintaxe de concordância, de regência, de colocação pronominal; pontuação. Produção e interpretação textuais.

Bibliografia Básica:

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. 431 p. ISBN 978-85-08-10866-4.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Texto e coerência**. 13.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 110 p. ISBN 978-85-249-1679-3.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2017. 216 p. ISBN 978-85-7244-327-2.

Bibliografia Complementar:

FAULSTICH, Enilde L. de J. **Como ler, entender e redigir um texto**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 140 p. ISBN 978-85-326-0608-2.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual: mecanismos de constituição textual, a organização do texto, fenômenos de linguagem**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 75 p. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa). ISBN 85-85134-46-1.

FARACO, Carlos Alberto. **Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 383 p. ISBN 978-85-326-0263-3.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita.** **Coordenação:** Haquira Osakabe. 8. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1991. 243 p. ISBN 85-336-0022-4.

WEISS, Donald H. **Como escrever com facilidade.** São Paulo, SP: Nobel, 1992. 109 p. ISBN 85-213-0725-X.

Nome da disciplina: Política (Teoria do Estado)

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 1º

Carga horária: 66h/a

Número de aulas: 4

Ementa:

A Sociedade. Origem e evolução do Estado. Elementos. Estado Absoluto. Estado Moderno. Estado Contemporâneo. O Estado e o Direito. Estado e Governo. Estado de Direito e Estado Democrático de Direito. Estado Federado e Estado Confederado. Noções introdutórias sobre Estado Internacional e Estado Comunitário. Principais correntes do pensamento político contemporâneo. As relações entre ciência política, teoria constitucional e o direito público em geral. O Estado de Direito. Welfare State. A Crise do Estado. Neoliberalismo e reformas no setor público. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** 24ª ed., São Paulo: Malheiros, 2017.

FRIEDE, Reis. **Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado.** 5ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 33ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política.** 13ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Entre duas Repúblicas.** São Paulo: IMESP, 2001.

FRIEDE, Reis. **Lições esquematizadas de Ciência Política e Teoria Geral do Estado.** 4.ed. São Paulo: Freitas Bastos, 2017.

STRECK, Lenio Luis; MORAES, Jorge Luiz Bolzan de. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado.** 8ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

CAPELLA, Juan Ramón. **Fruto proibido: uma aproximação histórico-teórica ao estudo do direito e do estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

Nome da disciplina: Teoria da Constituição

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 2º

Carga horária: 66h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Conceito e características do Direito Constitucional. fontes do Direito Constitucional. Constitucionalismo. Pós – positivismo e neoconstitucionalismo. Classificação das Constituições. Direito constitucional em sentido formal e material. O problema da supremacia da Constituição e da hierarquia das fontes. Origens e desenvolvimento histórico das Constituições, com ênfase na formação constitucional brasileira. classificação das normas constitucionais. Conflito de normas. Normas constitucionais no tempo: revogação, recepção, reconstituição, mutação constitucional, constitucionalismo superveniente. Hermenêutica constitucional: princípios de interpretação da Constituição. Métodos de interpretação constitucional. Teoria da norma constitucional: eficácia e aplicabilidade . Estrutura jurídica das normas constitucionais: a Constituição como sistema aberto de regras e princípios. Formas de positivação e funções das normas constitucionais. Vigência, eficácia, aplicabilidade e efetividade. A eficácia jurídica e aplicabilidade das normas constitucionais. Classificação das normas quanto à eficácia e aplicabilidade. Teoria do Poder Constituinte . Noções preliminares. O Poder Constituinte. Características. Natureza jurídica. Distinções entre poder constituinte formal e material. Titularidade. Formas de manifestação. A crise do Poder Constituinte e o problema da legitimidade da Constituição. O Poder de Reforma da Constituição (Poder Constituinte Derivado). Conceito, características e funções. Delimitação terminológica (reforma, revisão, emendas). Limites formais, temporais e circunstanciais. Os limites materiais implícitos e expressos. Significado e alcance das "cláusulas pétreas". O Poder Constituinte Decorrente (O Poder Constituinte dos Estados na Federação: uma introdução). Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 21 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2017. 1524 p. ISBN 978-85-472-1751-8.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2018. 988 p. ISBN 978-85-97-01620-8.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 41. ed. rev. e atual.. São Paulo, SP: Malheiros, 2018. 936 p. ISBN 978-85-392-0399-4.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva educação, 2018. 592 p. ISBN 978-85-472-2835-4.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003?. 1522 p. ISBN 978-972-40-2106-5.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 40. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 448 p. ISBN 978-8502-61703-2.

GALANTE, Marcelo. **Direito Constitucional**. São Paulo, SP: Barros, Fischer & Associados, 2005. 255 p. ISBN 85-88749-81-5.

GALVÃO, Vitor Cruz. **Constituição federal: anotada para concursos: atualizado até a EC 76/2013**. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Ferreira, 2014. 793 p. (Concursos). ISBN 978-85-7842-282-0.

Nome da disciplina: Economia

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 2º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa:

Introdução à Microeconomia: Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado; Eficiência de Mercado: Excedentes do Produtor e Consumidor; Estruturas de Mercado; Introdução à Macroeconomia: Contas Nacionais e o Fluxo Circular de Renda; Sistema Monetário; Mercado de Trabalho; Economias Abertas; Crescimento e Desenvolvimento Econômico no Curto e Longo Prazo: Oferta e Demanda Agregada.

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. Tradução da 5ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. T. (Orgs.) **Manual de Economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Introdução à Economia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PASSOS, O.; NOGAMI, C. R. M. **Princípios de Economia**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. T. (Orgs.) **Introdução à Economia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: micro e macro**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Introdução à Economia**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Nome da disciplina: Antropologia e Cultura Africana e Afro-Brasileira

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 2º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Antropologia: definições. Antropologia social e cultural. Mundo Simbólico e conceito. Cultura. Desenvolvimento da Antropologia e das correntes antropológicas. Cultura Brasileira. Cultura e Culturas Jurídicas. Etnocentrismo. Preconceito e Identidade. Multiculturalismo. Etnografia aplicada ao Direito: Gênero e Sexualidade. Violência. Família. Discussão das relações étnico-raciais no Brasil (Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Conselho nacional de Educação). Antropologia e profissões jurídicas. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 20. ed. Rio de Janeiro:ZAHAR, 2006.

ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega.

Bibliografia Complementar:

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988. ISBN 8511070303

NOVAES, Regina Reyes; LIMA, Roberto Kant de (Org.). **Antropologia e direitos humanos**. Niterói: EDUFF, 2001. (Coleção Antropologia e Ciência Política ; v. 30).

OLIVEIRA, Luís Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo; UNESP, 2006.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Conceito de homem: mais humano, mais transpessoal**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Nome da disciplina: Teoria Geral do Direito Civil

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 2º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Pessoas naturais: Personalidade e Capacidade. Direitos da Personalidade. Ausência. Domicílio. Bens. Negócio Jurídico. Prescrição e Decadência. Da prova. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil:** parte geral. 47ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil 1 - Parte Geral** - 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil I – Parte Geral.** 15ª ed., São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar:

FACHIN, Luiz Edson. **Teoria crítica do direito civil:** à luz do novo código civil brasileiro. 3ª ed., 2012.

FIUZA, César. **Direito civil:** curso completo. 18ª ed., rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil. Parte Geral**, v.1,18 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2007.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil:** introdução ao direito civil constitucional. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2007.

TEPEDINO, Gustavo (Org). **A Parte Geral do Novo Código Civil.** 3ª ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2007.

Nome da disciplina: Português II

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 2º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Linguagem e argumentação. Conceitos básicos sobre argumentação. Tipologia textual dissertativo-argumentativa. Comunicação e expressão oral. Argumentação na oralidade.

Bibliografia Básica:

PLANTIN, Christian. **A argumentação: história, teorias, perspectivas**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008. 149 p. (Na ponta da língua). ISBN 978-85-88456-90-7.

NASCIMENTO, Edmundo Dantes. **Linguagem Forense: a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva 2013. ISBN 9788502130005.

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 13 ed. Cotia, SP: Atelie Editorial, 2009. 144 p. ISBN 978-85-85851-81-1.

Bibliografia Complementar:

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 27. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2010. 548 p. ISBN 978-85-225-0831-0.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2017. 220 p. ISBN 978-85-7244-423-1.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296 p. ISBN 978-85-88456-74-7. 11^a reimpressão.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental: ajustada ao novo acordo ortográfico da língua portuguesa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 442 p. ISBN 978-85-224-5458-7. Contém técnicas de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

TRUBILHANO, Fábio; HENRIQUES, Antônio. **Linguagem jurídica e argumentação**. 6.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2019.

Nome da disciplina: Teoria Geral do Processo

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 3º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Direito processual: Propedêutica. Princípios processuais. Jurisdição. Ministério público. Ação e exceção. Processo e procedimento. Arbitragem.

Bibliografia Básica:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**, vol. I. 25ª. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.

DIDIER JR., Fredie. **Sobre a teoria geral do processo, essa desconhecida**. Salvador: Edições JusPODIVM.

COLUCCI, Maria da Glória, ALMEIDA, José Maurício Pinto de. **Lições de Teoria Geral do Processo**. 4ª Edição - 3ª Tiragem. Curitiba: Juruá.

Bibliografia Complementar:

CALAMANDREI, Piero. **Eles, os juízes, vistos por um advogado**. 2ª ed., 2015.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. **Teoria Geral do Processo**. 31ª ed., São Paulo: Malheiros, 2015.

DINAMARCO, Cândido R. **A instrumentalidade do processo**. 15ª ed., São Paulo: Malheiros, 2013.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na constituição federal**. 13ª.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria geral do processo**. 10ªed. São Paulo: Atlas, 2009.

Nome da disciplina: Direito Constitucional I

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 3º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: 1. Princípios constitucionais fundamentais . Conceito, características, funções e classificação dos princípios constitucionais fundamentais . 2. Direitos e garantias fundamentais . Direitos Fundamentais: origens, evolução e a problemática das gerações (dimensões). A fundamentalidade formal e material dos direitos fundamentais na ordem constitucional. O conceito materialmente aberto de Direitos Fundamentais. Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais. Titularidade dos direitos e garantias fundamentais. Eficácia, aplicabilidade e interpretação dos princípios e direitos fundamentais como problema específico: análise do alcance e significado do artigo 5º, parágrafo 1º, da Constituição Federal. Limites e restrições dos direitos fundamentais. Alguns princípios e direitos em espécie. Garantias individuais. Direitos sociais. 3.1 Direitos da nacionalidade. Direitos políticos. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. Noção, evolução, modalidades. Controle difuso. Controle concentrado genérico. ADIN. ADC. ADPF. Controle concentrado por omissão. Reclamação. Representação interventiva. AÇÕES CONSTITUCIONAIS. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de Injunção. . Ação Popular. Ação Civil Pública. .As ações constitucionais na justiça eleitoral. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 21 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2017. 1524 p. ISBN 978-85-472-1751-8.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2018. 988 p. ISBN 978-85-97-01620-8.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 41. ed. rev. e atual.. São Paulo, SP: Malheiros, 2018. 936 p. ISBN 978-85-392-0399-4.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva educação, 2018. 592 p. ISBN 978-85-472-2835-4.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003?. 1522 p. ISBN 978-972-40-2106-5.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 40. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 448 p. ISBN 978-8502-61703-2.

GALANTE, Marcelo. **Direito Constitucional**. São Paulo, SP: Barros, Fischer & Associados, 2005. 255 p. ISBN 85-88749-81-5.

GALVÃO, Vitor Cruz. **Constituição federal: anotada para concursos: atualizado até a EC 76/2013**. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Ferreira, 2014. 793 p. (Concursos). ISBN 978-85-7842-282-0.

Nome da disciplina: Teoria Geral das Obrigações

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 3º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Conceito. Evolução histórica. Elementos essenciais. Fontes. Obrigação propriamente dita. Obrigação Real. Obrigação propter rem. Modalidades de obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil - Obrigações**. Vol. II, 19ª ed., Editora Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações**. Vol. II, 14ª ed., Editora Saraiva, 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. II. 27ª ed. Editora Forense, 2015.

Bibliografia Complementar:

DINIZ, Maria Helena, **Curso de Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações**, Vol. II, 30ª ed., Editora Saraiva, 2015.

LOPES, Miguel Maria de Serpa, **Curso de Direito Civil**, Vol. II, Editora Freitas Bastos, 2000.

NADER, Paulo, **Curso de Direito Civil: Obrigações**, Vol. II, 7ª ed., Editora Forense, 2013.

RODRIGUES, Sílvio, **Curso de Direito Civil: Parte Geral das Obrigações**, Vol. II, 30ª ed., Editora Saraiva, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo, **Direito Civil**, Vol. II, 15ª ed., Editora Atlas, 2015

Nome da disciplina: Direito Penal I

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 3º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Introdução ao estudo do Direito Penal. Princípios Fundamentais do Direito Penal. Garantismo Penal. Teoria da Norma Penal. Teoria Geral do Crime. Infrações Penais. Tipicidade. Ilicitude. Culpabilidade. Responsabilidade Penal. Tentativa. Consumação. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal - Parte Geral** – Vol. 1 - 18ª Ed. 2017.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro - Volume 1** – 15ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios Básicos de Direito Penal**. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. V.1., Parte Geral**, 23ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – Parte Geral – V. 1.** 20ª ed., São Paulo; Impetus, 2018.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal - Parte Geral - Arts. 1º A 120 do Cp - Vol. 1 - 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Individualização da pena.** 6ª ed., São Paulo; Revista dos Tribunais, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral - Vol. 1** - 12ª Ed. 2018

Nome da disciplina: Sociologia Jurídica

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 3º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Sociologia jurídica e sociologia geral. Os Clássicos da Sociologia e sua abordagem sobre o Direito: Durkheim, Marx e Weber. Conceitos fundadores da sociologia jurídica e seus principais fundadores. Teorias críticas do Direito, Direito Alternativo e novas teorias sociológicas sobre o Direito. Sociologia jurídica aplicada: alguns casos de aplicação do método de pesquisa sociológico em questões jurídicas. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico.** (trad. Fernando Tomaz) 5ª ed. Rio de Janeiro: Almedina, 2011.

FARIA, José Eduardo & CAMPILONGO, Celso. **A Sociologia Jurídica no Brasil.** Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1991.

SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim. **Sociologia e Direito: Textos Básicos para a Disciplina de Sociologia Jurídica.** 28. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

Bibliografia Complementar:

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O direito na sociedade complexa.** 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

CORREAS, Óscar. **Introdução à Sociologia Jurídica.** Porto Alegre: Crítica Jurídica, 1996.

FARIA, José Eduardo (org.). **Direito e Justiça: a função social do judiciário.** 3a. ed. São Paulo: Ática, 1997.

LÉVY-BRUHL, Henri. **Sociologia do Direito.** 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SABADELL, Ana Lúcia. **Manual de Sociologia Jurídica, Introdução a uma leitura externa do Direito,** 6ª ed., São Paulo, 2014.

Nome da disciplina: Psicologia Jurídica

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 3º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Introdução à Psicologia Jurídica e seu desenvolvimento histórico. Relações da Psicologia com o campo jurídico. Psicologia Jurídica e Direito Penal. Psicopatologia e processos jurídicos. Contribuições da Psicologia Jurídica às áreas Cível e Criminal.

Bibliografia Básica:

BANACO, R. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**. São Paulo: Arbytes, 1997.

BRITO, L. M. T. **Psicologia e instituições de direito: a prática em questão**. Rio de Janeiro: CRP-Comunicarte, 1992.

VARGAS, H. S. **Manual de psicologia forense**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990.

Bibliografia Complementar:

BRITO, L. M. T. **Se-pa-ran-do: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 1993.

FREITAS, M. C. **História social da infância no Brasil**. 8ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 36ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREUD, S. **A psicanálise a determinação de fatos nos processos jurídicos**. In:

Obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

GIAMBERARDINO, André; PAVARINI, Massimo. **Teoria da Pena e Execução Penal: Uma introdução crítica**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

Nome da disciplina: Teoria Geral dos Contratos

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 4º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Relação entre negócios jurídicos e contratos. Sistematização da matéria contratual. Formação dos contratos. Da proteção do devedor na relação contratual. Limites da autonomia privada. Contratos em favor de terceiros. Fonte e conteúdo dos deveres contratuais. Remédios cabíveis ao credor em caso de inadimplemento do devedor. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

FIUZA, César. **Direito civil: curso completo**. 17ª ed., rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil - Contratos Teoria Geral** - Vol. 4. 11ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

TARTUCE, Flavio. **Direito Civil - Vol. 3 - Teoria Geral Dos Contratos e Contratos em Espécie**. 10ª Ed. São Paulo; Método, 2015.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Álvaro Villaça; TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **Comentários ao Novo Código Civil Vol. VII - Das Várias Espécies de Contrato Arts. 481 a 532**. São Paulo; Forense, 2012.

CHINELLATO, Silmara Juny; Machado, Costa. **Código Civil Interpretado** - Artigo Por Artigo, Parágrafo Por Parágrafo. 8ª Ed. São Paulo; Manole, 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil 4 - Contratos - Teoria Geral e Contratos Em Espécie**. 5ª Ed. São Paulo; Atlas, 2015.

IRINEU JÚNIOR; RIBEIRO, Marcia Carla. **Teoria Geral Dos Contratos** - Contratos Empresariais e Análise Econômica. 2ª Ed. São Paulo; Revista dos Tribunais, 2015.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil - Vol. II - Teoria Geral Das Obrigações e Teoria Geral Dos Contratos**. 15ª Ed. São Paulo; Atlas, 2015.

Nome da disciplina: Direito Constitucional II

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 3º

Carga horária: 66h/a

Número de aulas: 4

Ementa: 1. Organização do Estado .Federação. União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Competências e sua distribuição. Competências privativas. Competências comuns e concorrentes. Intervenção Federal e Estadual. Organização dos Poderes. Separação dos

Poderes. Poder Legislativo. Funções, Estrutura e Competências. Imunidades Parlamentares. Processo Legislativo. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. Poder Executivo. Funções, Estrutura e Competências. Eleição e Mandato do Chefe do Poder Executivo. Responsabilidade do Chefe do Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Ministério Público. Advocacia Pública e Privada. Defensoria Pública. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Forças Armadas. Segurança Pública. Tributação e Orçamento. Sistema Tributário Nacional (linhas gerais). Finanças Públicas (linhas gerais). Ordem Econômica e Financeira. Política Urbana e Política Fundiária. Sistema Financeiro Nacional. Seguridade Social. Educação, Cultura e Desporto. Ciência, Tecnologia e Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso. Índios. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 21 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2017. 1524 p. ISBN 978-85-472-1751-8.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2018. 988 p. ISBN 978-85-97-01620-8.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 41. ed. rev. e atual.. São Paulo, SP: Malheiros, 2018. 936 p. ISBN 978-85-392-0399-4.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva educação, 2018. 592 p. ISBN 978-85-472-2835-4.

GALANTE, Marcelo. **Direito Constitucional**. São Paulo, SP: Barros, Fischer & Associados, 2005. 255 p. ISBN 85-88749-81-5.

GALVÃO, Vitor Cruz. **Constituição federal: anotada para concursos: atualizado até a EC 76/2013**. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Ferreira, 2014. 793 p. (Concursos). ISBN 978-85-7842-282-0.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 803 p. ISBN 978-85-02-13426-3.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 12.ed. revista e atual. São Paulo, SP: SaraivaJur; IDP, 2017. 1576 p. ISBN 978-85-472-1481-4.

Nome da disciplina: Direito Penal II

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 4º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Concurso de pessoas. Teoria geral da pena. Sanções penais. Teoria das circunstâncias, aplicação e cálculo das penas. Concurso de infrações penais. Limite das penas. Suspensão condicional da pena. Juizados especiais criminais: modelo de justiça negociada. Suspensão condicional do processo. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Prescrição em matéria penal. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

BOSCHI, José Antônio Paganella. **Das Penas e seus critérios de aplicação**. 7ª. Edição. Livraria do Advogado Editora, 2014.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal - Parte Geral** – Vol. 1 - 18ª Ed. 2017.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro - Volume 1** – 15ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. V.1., Parte Geral**, 23ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – Parte Geral – V. 1**. 20ª Ed., São Paulo: Impetus, 2018.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal - Parte Geral - Arts. 1º A 120 do Cp** - Vol. 1 - 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Individualização da pena**. 6ª ed., São Paulo; Revista dos Tribunais, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral** , 3ª Ed. 2017

Nome da disciplina: Direito processual Civil I

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 4º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Normas processuais civis. Função jurisdicional. Sujeitos do Processo. Atos Processuais. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil - Anotado 2015**. São Paulo; Saraiva, 2015.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil Vol. 1. Reescrito conforme o novo CPC**. 20ª Ed. São Paulo; Juspodivum, 2018.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil - Vol. I**. 58ª Ed. São Paulo; Forense, 2017.

Bibliografia Complementar:

BAHIA, Alexandre Melo Franco; NUNES, Dierle; PEDRON, Flávio Quinaud; THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Novo CPC - Fundamentos e Sistematização**. 2ª Ed. São Paulo; Forense; 2015.

BUENO Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único**. São Paulo; Saraiva, 2015

DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurelio; TARTUCE, Fernanda. **Manual de Prática Civil**. 11ª Ed. São Paulo; Método, 2015.

DIDIER JR., Fredie; PEIXOTO, Ravi Medeiros. **Novo Código De Processo Civil - Estudo Comparativo Com o Código de 1973**. São Paulo; Juspdvum, 2015.

TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil - Vol. 1**. 15ª Ed. São Paulo; Revista dos Tribunais; 2015.

Nome da disciplina: Direito Administrativo I

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 4º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Direito Administrativo: fontes, princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e constitucionais. Sujeitos do Direito Administrativo. Pessoas Administrativas. A

Administração Pública: Direta, Indireta e Fundacional. Princípios Constitucionais de atuação da Administração Pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Serviço Público. Poder de Polícia. Agentes Administrativos. Processo Administrativo. Atividades Administrativas. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 32ªEd., São Paulo: Atlas, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 32ª ed., São Paulo: Malheiros, 2015.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BLANCHET, Luiz Alberto. **Curso de direito administrativo**. 5ª ed. Curitiba: Juruá, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 28ª ed., São Paulo: Atlas, 2015.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17ª ed., rev. a atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 19ª ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Nome da disciplina: Ética

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 4º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa:

A crise dos paradigmas éticos e a emergência da Ética holística. A relação entre moral (justiça) e Direito. A objetividade da moral. Princípios jurídicos e a moral. Algumas situações problemáticas: genética e novas tecnologias; os limites da vida; os limites da autonomia e da intervenção do Estado e da sociedade. Ética ambiental. Ética (deontologia) das profissões jurídicas. O Código de Ética da advocacia. Fundamentos da Ética profissional na advocacia. Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/1994). Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

BARONI, Robison. **Cartilha de ética profissional do advogado**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2001.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Comentários ao novo estatuto da advocacia e da OAB**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. 12ª ed., São Paulo: Rt, 2015.

Bibliografia Complementar:

ADEODATO, João Maurício. **Ética e retórica: para uma teoria da dogmática jurídica**. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 11ª ed., rev. São Paulo: Saraiva, 2014.

CASTRO, Carlos Fernando Correa; CAMPELLO, Maria Adélia. **Ética, Disciplina e Processo**. Curitiba: OAB-PR, 2007.

LANGARO, Luiz Lima. **Curso de Deontologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1996.

NOVAES, Adauto (org.). **Ética**. São Paulo: Secretaria M/Cultura/Cia das Letras, 1992.

Nome da disciplina: Direito Administrativo II

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 5º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Intervenção do Estado na propriedade privada. Delegação do serviço público. Disposições constitucionais sobre agentes públicos: regime constitucional e previdenciário próprio. Legislação sobre a atividade contratual e licitatória da Administração Pública. Controle da Administração Pública. Responsabilidade extracontratual do Estado: histórico, responsabilidade objetiva, responsabilidade por omissão, regresso. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 28ªEd., São Paulo: Atlas, 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 41ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 32ª ed., São Paulo: Malheiros, 2015.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BLANCHET, Luiz Alberto. **Curso de direito administrativo**. 5ª ed. Curitiba: Juruá, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 28ª ed., São Paulo: Atlas, 2015.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17ª ed., rev. a atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 19ª ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Nome da disciplina: Direito Penal III

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 5º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Introdução à parte especial. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Volume 2. 15ª ed., São Paulo: Saraiva: 2015.

NUCCI, Guilherme. **Código Penal Comentado**. 15ª ed., São Paulo: RT, 2015.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. Volume 2. 11ª ed., São Paulo: RT. 2013.

Bibliografia Complementar:

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de Direito Penal**. Vol. 2. 17ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FRANCO, Alberto Silva, et al. **Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial**. São Paulo: RT, 2010.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Vol. 2. 12ª ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal**. Vol. 2. 32ª ed., São Paulo: Atlas, 2015.

PIERANGELI, José Henrique Manoel de. **Direito penal brasileiro: parte especial**. São Paulo: RT, 2007.

Nome da disciplina: Direito Empresarial I

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 5º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Teoria da empresa. O empresário. O estabelecimento empresarial. A atividade empresarial. Noções gerais. Títulos de Crédito. Análise dos principais requisitos da Letra de Câmbio, Nota Promissória, Cheque e Duplicata Mercantil e sua interdisciplinaridade com outros conteúdos. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Curso avançado de direito comercial**. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

CAMPINHO, Sérgio. **O direito de empresa à luz do novo código civil**. 13ª ed., Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2014.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. 19ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015. v. 1.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das sociedades comerciais**: (direito de empresa). 20ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 14ª ed., rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2015.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários ao código civil**: parte especial, do direito de empresa, da sociedade personificada. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Manual de direito comercial**: apontamentos. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2003.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa**. 12ª ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015. V.1.

Nome da disciplina: Direito processual Civil II

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 5º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Tutela Provisória. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento e cumprimento da sentença. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

Bueno, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil** - Anotado 2015. São Paulo; Saraiva, 2015.

TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil** - Vol. 2. 15ª Ed. São Paulo; Revista dos Tribunais, 2015.

THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil** - Vol. I. 49ª Ed. São Paulo; Forense, 2014.

Bibliografia Complementar:

BAHIA, Alexandre Melo Franco; NUNES, Dierle; PEDRON, Flávio Quinaud; THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Novo CPC - Fundamentos e Sistematização**. 2ª Ed. São Paulo; Forense; 2015.

DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurélio; TARTUCE, Fernanda. **Manual de Prática Civil**. 11ª Ed. São Paulo; Método, 2015.

DIDIER JR., Fredie; PEIXOTO, Ravi Medeiros. **Novo Código De Processo Civil** - Estudo Comparativo Com o Código de 1973. São Paulo; Juspdivm, 2015.

FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima; SÁ, Renato Montans de. **Processo Civil II** - Col. Saberes do Direito - Vol. 23. São Paulo; Saraiva, 2012.

SINDOU, Maria Jose Othon. **Processo Civil Comparado**. São Paulo; Forense Universitária.

Nome da disciplina: Direito Contratual

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 5º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Contratos em espécie: Compra e venda, contrato estimatório, contrato de troca, contrato de doação. Contrato de prestação de serviços, contrato de empreitada, contrato de doação. Locação. Empréstimo. Mandato, comissão, agência, distribuição e contrato de transporte; seguro, constituição de renda, jogo e aposta, fiança, transação, compromisso. Franquia. *Leasing*. Arrendamento Mercantil. Contratos Mercantis. Contratos eletrônicos. Contratos inominados. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

LOPEZ, Teresa Ancona; AZEVEDO, Antônio Junqueira de (Coord.). **Comentários ao código civil: parte especial, das várias espécies de contratos**. São Paulo: Saraiva, 2003. v.7

LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Contratos no Novo Código Civil : teoria geral e contratos em espécie**. 3ª ed. São Paulo: Método, 2008.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: contratos em espécie**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2015. v.3

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Álvaro Villaça; TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). **Comentários ao novo código civil: das várias espécies de contrato, da compra e venda**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2012. v.7

DELGADO, José Augusto; TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). **Comentários ao novo código civil: das várias espécies de contrato, da constituição de renda, do jogo e da aposta, da fiança, da transação, do compromisso**. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v.11

DINIZ, Maria Helena. **Tratado teórico e prático dos contratos**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 5 v.

SOUZA, Sylvio Capanema de; TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). **Comentários ao novo código civil: das várias espécies de contrato, da troca ou permuta, do contrato estimatório, da doação, da locação de coisas**. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v.8

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie**. 10ª ed., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2013. v.3.

Nome da disciplina: Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 6º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Crise do sistema judicial tradicional e acesso à justiça. Lide. Métodos consensuais de solução de conflitos. Resolução 125 do CNJ e o novo CPC. Conciliação. Mediação. Arbitragem. Técnicas autocompositivas de solução de conflitos. Princípio da autonomia da vontade. Cláusula compromissória. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

FISCHER, Roger. **Como chegar ao sim**; Rio de Janeiro: Imago, 1994.

SIX, Jean-François. **Dinâmica da Mediação**. Tradução de Giselle Groeninga de Almeida, Águida Arruda Barbosa e Eliana Riberti Nazareth. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 55ª ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, André Felipe Gomma de; BARCELLAR, Roberto Portugal (Organizadores). **Manual de autocomposição judicial**. Brasília: grupos de pesquisa da UNB, 2007. Disponível em http://www.trf4.jus.br/trf4/upload/editor/dpn_ManualdeAutocomposicaoJudicial.pdf, acesso em 14/01/2012.

BRAGA NETO, Adolfo; SAMPAIO, Lia Regina Castaldi. **O que é mediação de conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CAHALI, Francisco José. **Curso de Arbitragem**. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Arbitragem**; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

SALES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da Silva. **Negociação, Mediação e Arbitragem**. São Paulo. Ed. método. Gen, 2013.

Nome da disciplina: Direito Penal IV

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 6º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da justiça. Legislação extravagante: Crimes contra o sistema financeiro. Lei de drogas. Organizações criminosas. Lei 7.716/1999 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal. Parte Especial**. 15ª ed., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015, v2.

GOMES, Mariangela Gama de Magalhães. **Teoria geral da parte especial do direito penal**. São Paulo: Atlas, 2014.

GIMBERNAT ORDEIG, Enrique. **Conceito e método da ciência do direito penal**. São Paulo: RT, 2002.

Bibliografia Complementar:

DELMANTO, Celso. **Código Penal comentado**. 8ª ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CUNHA, Rogério Sanches. **Código penal para concursos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2015.

GRECO, Rogério. **Código Penal comentado**. 9ª ed., Niterói: Impetus, 2015.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial**. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

JESUS, Damasio Evangelista. **Direito penal. Parte especial: Dos crimes contra a fé pública e dos crimes contra a administração pública**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Nome da disciplina: Direito Processual Civil III

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 6º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Processo de execução. Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

Bueno, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil - Anotado 2015**. São Paulo; Saraiva, 2015.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil - Vol. III**. 21ª Ed. São Paulo; Atlas, 2014.

THEODORO JR, Humberto. **Processo de Execução e Cumprimento da Sentença**. 28ª Ed. São Paulo; LEUDD, 2014.

Bibliografia Complementar:

BAHIA, Alexandre Melo Franco; NUNES, Dierle; PEDRON, Flávio Quinaud; THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Novo CPC - Fundamentos e Sistematização**. 2ª Ed. São Paulo; Forense; 2015.

DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurelio; TARTUCE, Fernanda. **Manual de Prática Civil**. 11ª Ed. São Paulo; Método, 2015.

DIDIER JR., Fredie. **Leituras Complementares de Processo Civil**. 9ª Ed. São Paulo; Juspodivm, 2011.

DIDIER JR., Fredie; PEIXOTO, Ravi Medeiros. **Novo Código De Processo Civil - Estudo Comparativo Com o Código de 1973**. São Paulo; Juspdvnm, 2015.

Nome da disciplina: Direito Empresarial II

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 6º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Noções gerais. Sociedades anônimas. Sociedades limitada. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade em comandita por ações. I – transformação. Incorporação. Fusão. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

ANDRADE JR., Attila de Souza Leão. **Comentários ao Novo Código Civil - Direito das sociedades**. São Paulo: Forense, 2002.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa**. 19ª ed., Volume 02. São Paulo: Saraiva, 2015.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O Poder de controle na sociedade anônima**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das sociedades comerciais: direito de empresa**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 14ª ed., rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2015.

FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto. **Deliberações de Sociedades Comerciais**. São Paulo: Almedina, 2005.

GOMES, Fátima. **O Direito aos Lucros e o Dever de Participar nas Perdas nas Sociedades Anônimas**. São Paulo: Almedina, 2011.

PITA, Manuel António. **O Regime da Sociedade Irregular e a Integridade do Capital Social**. São Paulo: Almedina, 2004.

Nome da disciplina: Direitos Reais

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 6º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Introdução aos Direitos Reais. Posse. Propriedade. Direitos reais sobre coisas alheias. Direitos reais de garantia. Direito real do promitente comprador. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

FARIAS, Cristiano Chaves e ROSENVALD, Nelson. **Direitos Reais**. 14ª ed., Salvador: Juspodium, 2015.

GOMES, Orlando, **Direitos Reais**, 19ª Ed. Atualizada por Luiz Edson Fachin, Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PEREIRA, Caio Mário da Silva, **Instituições de Direito Civil - Direitos Reais**, 23ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Bibliografia Complementar:

CHINELLATO, Silmara Juny; MACHADO, Costa. **Código Civil Interpretado** - Artigo Por Artigo, Parágrafo Por Parágrafo. 8ª Ed. São Paulo; Manole, 2015.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direitos Reais**. São Paulo; Atlas, 2011.

MATHIAS, Maria Ligia Coelho. **Direito Civil - Direitos Reais**. 4ª Ed. São Paulo; Atlas, 2011.

VENOSA, Silvio de Salvo, **Direito Civil - Vol. V - Direitos Reais** - 15ª Ed., São Paulo: Atlas, 2015.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Direitos Reais**, São Paulo: Saraiva, 2008.

Nome da disciplina: Filosofia do Direito

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 6º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Filosofia do Direito: história e problemas. Ontologia jurídica: direito natural, positivismo, realismo e teoria tridimensional. A distinção entre direito e moral. A pessoa na contemporaneidade. Justiça, igualdade e equidade. Direito e normatividade. Sanção e coerção. Tolerância. Interpretação e argumentação. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

FARALLI, Carla. **A filosofia contemporânea do direito: temas e desafios**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

KAUFMANN, Arthur. **Filosofia do Direito**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. 4ª Ed. São Paulo; Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

ATIENZA, Manuel. **El derecho como argumentación**. Barcelona: Book Print, 2006.

GARGARELLA, Roberto. **As teorias da justiça depois de Rawls**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

PERELMAN, Chaïm. **Ética e Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RAWLS, John. **Justiça como equidade: uma reformulação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003.

RICOEUR, Paul. **O justo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

Nome da disciplina: Direito Internacional Público I

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 6º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Histórico, princípios e conceitos fundamentais. Normas internacionais: o tratado internacional, o costume internacional. Sujeitos do Direito Internacional Público: O Estado contemporâneo. As Organizações Internacionais e o papel da ONU. Relação entre Direito Internacional e Direito Interno. O Indivíduo e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Bibliografia Básica:

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 9ª Ed. São Paulo; RT, 2015.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. 5ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 21ªEd. São Paulo: Saraiva, 2014 -atualizado por G.E. Do Nascimento e Silva e Paulo Borba Casella.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 13ª Ed. São Paulo;LTR, 2015.

Legislação de Direito Internacional. 8ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 6ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

REZEK, José Francisco. **O Direito Internacional no Século XXI**. São Paulo; Saraiva, 2002.

Nome da disciplina: Direito Internacional Público II

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 7º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Jurisdição internacional. Solução internacional dos conflitos. Direito Humanitário e o Direito dos Refugiados: o papel das ONGs e da Cruz Vermelha. Formas de Regulação Econômica Internacional.

Bibliografia Básica:

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 9ª Ed. São Paulo; RT, 2015.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. 5ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 21ªEd. São Paulo: Saraiva, 2014 -atualizado por G.E. Do Nascimento e Silva e Paulo Borba Casella.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 13ª Ed. São Paulo;LTR, 2015.

Legislação de Direito Internacional. 8ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 6ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

REZEK, José Francisco. **O Direito Internacional no Século XXI**. São Paulo; Saraiva, 2002.

Nome da disciplina: Direito Processual Penal I

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 7º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Introdução ao Estudo do Direito Processual Penal; Investigação Preliminar: O Inquérito Policial; Ação Penal e Ação Civil "ex delicti"; Questões e Procedimentos Incidentes. Competência. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

LOPES JR. Aury. **Direito Processual Penal**. 12ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 19ª ed., Atlas, 2015.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 35ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013. V1.

Bibliografia Complementar:

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen; LOPES JR., Aury. **Investigação Preliminar no Processo Penal**. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

GRECO Filho, Vicente. **Manual de Processo Penal**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNIOR, Salah Hassan Khaled, **A busca da verdade no Processo Penal: Para além da ambição inquisitorial**. Atlas, 2013.

QUEIJO: Maria Elizabeth. **O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio nemo tenetur se detegere e suas decorrências no processo penal**. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 10ª ed., Salvador: JusPodivm, 2015.

Nome da disciplina: Direito do Trabalho I

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 7º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Origem e evolução histórica do Direito do Trabalho. Caracterização do Direito do Trabalho: denominação, definição, conteúdo, função, autonomia e relações com outros ramos e disciplinas jurídicas. Fontes do Direito do Trabalho. Princípios Trabalhistas. Interpretação, integração e aplicação do Direito do Trabalho. Prescrição e decadência. Relação de trabalho e relação de emprego. Empregado. Empregador. Terceirização trabalhista. Responsabilização trabalhista. Contrato de trabalho. Remuneração e salário. Duração do Trabalho. Períodos de descanso. Interrupção, suspensão e término do contrato de trabalho. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 31ª Ed. São Paulo; Atlas, 2015.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 14ª ed., São Paulo: Ltr. 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. **Curso de Direito do Trabalho**. 29ª ed., São Paulo: Saraiva. 2014.

Bibliografia Complementar:

BOMFIM, Vólia. **Vade Mecum – Trabalho**. São Paulo; Método, 2014.

CAIRO JR, José. **Curso de Direito do Trabalho**. 10ª Ed. São Paulo; Juspodivm, 2015.

CLT Saraiva & Constituição Federal. 44ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

DIAS, Ricardo Resende. **Direito do Trabalho – Esquematizado**. 5ª Ed. São Paulo; Método, 2015.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. 6ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015

Nome da disciplina: Capacitação em Mediação, Conciliação e arbitragem

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 7º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Cultura do consenso. Justiça Conciliativa e Restaurativa. Técnicas autocompositivas de solução de conflitos. Capacitação de Mediadores e Conciliadores. Técnicas da Mediação e da Conciliação. Novo CPC. Resolução n. 125 do CNJ. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

CALMON Filho, Petrônio. **Fundamentos da Mediação e da Conciliação**. São Paulo: Ed. Forense, 2007

FISCHER, Roger. **Como chegar ao sim**; Rio de Janeiro: Imago, 1994.

SIX, Jean-François. **Dinâmica da Mediação**. Tradução de Giselle Groeninga de Almeida, Águida Arruda Barbosa e Eliana Riberti Nazareth. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, André Felipe Gomma de; BARCELLAR, Roberto Portugal (Organizadores). **Manual de autocomposição judicial**. Brasília: grupos de pesquisa da UNB, 2007. Disponível em

http://www.trf4.jus.br/trf4/upload/editor/dpn_ManualdeAutocomposicaoJudicial.pdf, acesso em 14/01/2012.

BRAGA NETO, Adolfo; SAMPAIO, Lia Regina Castaldi. **O que é mediação de conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CAHALI, Francisco José. **Curso de Arbitragem**. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini; LAGRASTA NETO, Caetano; WATANABE, Kazuo (coordenadores). **Mediação e Gerenciamento do Processo – Revolução na Prestação Jurisdicional**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007-a.

SALES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antonio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da Silva. **Negociação, Mediação e Arbitragem**. São Paulo. Ed. método. Gen, 2013.

Nome da disciplina: Direito de Família

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 7º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Casamento. Relações de parentesco. Poder familiar. Regime de bens entre os cônjuges. Direito – dever aos alimentos. Alimentos e indignidade. Bem de família. Tutela. Curatela. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito Das Famílias**. São Paulo; Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Vol. 5 - Direito de Família**. 30ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil - Direito de Família - Vol. 6**. 5ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

BODIN DE MORAES, Maria Celina. **Na Medida da Pessoa Humana: Estudos de Direito Civil-Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

DUBY, Georges; ARIES, Philippe; VEYNE, Paul. **História da Vida Privada**. Vol. 1-5. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**, Vol. V. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família**. Vol. V. São Paulo: Método, 2014.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Família e Sucessões**. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Nome da disciplina: Direito Empresarial III

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 7º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Recuperação Judicial, Extrajudicial e da Falência do Empresário e da Sociedade Empresária. Recuperação judicial. Meios de recuperação da empresa. Falência. Estado da falência. Processo falimentar. Administração da falência. Classificação e habilitação dos créditos. Encerramento da falência. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

ANDRADE JR., Attila de Souza Leão. **Comentários ao Novo Código Civil - Direito das sociedades**. São Paulo: Forense, 2002.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa**. 19ª ed., Volume 02. São Paulo: Saraiva, 2015.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O Poder de controle na sociedade anônima**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das sociedades comerciais:** direito de empresa. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário.** 14ª ed., rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2015.

FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto. **Deliberações de Sociedades Comerciais.** São Paulo: Almedina, 2005.

GOMES, Fátima. **O Direito aos Lucros e o Dever de Participar nas Perdas nas Sociedades Anônimas.** São Paulo: Almedina, 2011.

PITA, Manuel António. **O Regime da Sociedade Irregular e a Integridade do Capital Social.** São Paulo: Almedina, 2004.

Nome da disciplina: Prática Jurídica Simulada I

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 7º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Prática jurídica civil. Discussão de processos judiciais. Solução de Litígios Perante o Poder Judiciário. Litigância Estratégica. Audiência de Mediação ou de Conciliação. Procedimento Comum: Postulatória, Saneadora, Instrutória e Decisória. Processo de Execução e Fase de Cumprimento de Sentença. Procedimentos Especiais. Recursos. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

Bueno, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil - Anotado 2015.** São Paulo; Saraiva, 2015.

TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil - Vol. 2.** 15ª Ed. São Paulo; Revista dos Tribunais, 2015.

THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil - Vol. I.** 49ª Ed. São Paulo; Forense, 2014.

Bibliografia Complementar:

BAHIA, Alexandre Melo Franco; NUNES, Dierle; PEDRON, Flávio Quinaud; THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Novo CPC - Fundamentos e Sistematização**. 2ª Ed. São Paulo; Forense; 2015.

DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurélio; TARTUCE, Fernanda. **Manual de Prática Civil**. 11ª Ed. São Paulo; Método, 2015.

DIDIER JR., Fredie; PEIXOTO, Ravi Medeiros. **Novo Código De Processo Civil** - Estudo Comparativo Com o Código de 1973. São Paulo; Juspdivm,

2015.FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima; SÁ, Renato Montans de. **Processo Civil II** - Col. Saberes do Direito - Vol. 23. São Paulo; Saraiva, 2012.

SINDOU, Maria Jose Othon. **Processo Civil Comparado**. São Paulo; Forense Universitária.

Nome da disciplina: Direito das Sucessões

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 8º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Sucessão em geral. Sucessão Legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil - Direito Das Sucessões** - Vol. 7. 2ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito das Sucessões**. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil** - Vol. VII - Direito Das Sucessões. 15ª Ed. São Paulo; Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar:

DIAS, Maria Berenice. **Manual Das Sucessões**. 3ª Ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 6º. Vol Direito das sucessões. 29ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito Civil Aplicado** - Vol.6 - Direito Das Sucessões. 3ª Ed. São Paulo; Revista dos Tribunais, 2013.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Sucessões**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TARTUCE, Flávio. **Direito das Sucessões**. 8ª Ed. São Paulo: Método, 2015

Nome da disciplina: Direito Tributário I

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 8º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Direito Tributário. Sistema Tributário Nacional. Tributo e suas espécies. Competência tributária. Princípios constitucionais tributários. Fontes formais. Interpretação, integração e correção (hermenêutica tributária). Teorias sobre a relação jurídico-tributária. Obrigação tributária e seus elementos. Sujeição passiva tributária. Crédito tributário: surgimento (teorias); lançamento: conceito, natureza, princípios e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 26ª ed., São Paulo: Sairava, 2014.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

Bibliografia Complementar:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

ICHIHARA, Yoshiaki. **Direito Tributário: uma introdução**. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MACHADO, Hugo Brito. **Curso de Direito Tributário**. 36ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual de Direito Tributário**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Nome da disciplina: Direito do Trabalho II

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 8º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Direito coletivo do Trabalho. Princípios do direito coletivo do trabalho. Direito coletivo e sindicato. Negociação coletiva trabalhista. Arbitragem e Mediação. Greve no direito coletivo. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 31ª Ed. São Paulo; Atlas, 2015.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 14ª ed., São Paulo: Ltr. 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. **Curso de Direito do Trabalho**. 29ª ed., São Paulo: Saraiva. 2014.

Bibliografia Complementar:

BOMFIM, Vólia. **Vade Mecum – Trabalho**. São Paulo; Método, 2014.

CAIRO JR, José. **Curso de Direito do Trabalho**. 10ª Ed. São Paulo; Juspodivm, 2015.

CLT Saraiva & Constituição Federal. 44ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

DIAS, Ricardo Resende. **Direito do Trabalho – Esquematizado**. 5ª Ed. São Paulo; Método, 2015.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. 6ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

Nome da disciplina: Direito Processual Penal II

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 8º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Do Processo e dos Procedimentos. Atos Processuais e Nulidades. Sentença. Recursos e Ações Impugnativas. Execução Penal. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 19ª ed., Atlas, 2015.

LOPES JR. Aury. **Direito Processual Penal**. 12ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 35ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013. VI.

Bibliografia Complementar:

BONFIM, Edilson Mougnot. **Código de Processo Penal Anotado**. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

GRECO Filho, Vicente. **Manual de Processo Penal**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

GRINOVER, Ada Pellegrini, CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, DINAMARCO, Cândido Rangel. **As Nulidades no Processo Penal**. 9ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas - Vol. 1 - 8ª Ed.** . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 10ª ed., Salvador: JusPodivm, 2015.

Nome da disciplina: Direitos Humanos

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 8º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Ideia de gerações e suas críticas. Universalidade X Relatividade. A Constituição Brasileira de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. Direitos Civis e Políticos. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Violência. Direitos Humanos e Inovação. Direitos Humanos e Meio Ambiente. Educação ambiental como Direito Fundamental. O papel da sociedade civil na promoção. Novos atores. Novos temas. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. **Tratado de direito internacional de direitos humanos**. Vol. I. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 9ª ed., São Paulo: Saraiva: 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e direito constitucional internacional**. 15ª ed., São Paulo: Saraiva. 2015.

Bibliografia Complementar:

- DORNELLES, João Ricardo. **O que são direitos humanos?** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GALINDO, George Rodrigo Bandeira. **Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Constituição Brasileira.** Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2002.
- LAFER, Celso. **Reconstrução dos direitos humanos – um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.
- LIMA JÚNIOR, Jayme Benvenuto. **Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- PIOVESAN, Flávia “Os direitos humanos da mulher na Ordem Internacional”. In: PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** São Paulo: Max Limonad, 2003.
-

Nome da disciplina: Prática Jurídica Simulada II

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 8º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Prática no Inquérito policial. Ação Penal. Procedimentos no Processo Penal. Medidas cautelares pessoais e reais no processo penal. Recursos ordinários. Recursos aos Tribunais Superiores. Ações Impugnativas. Habeas Corpus. Revisão Criminal. Execução Penal. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal.** 19ª ed., Atlas, 2015.

LOPES JR. Aury. **Direito Processual Penal.** 12ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal.** 35ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013. V1.

Bibliografia Complementar:

BONFIM. Edilson Mougnot. **Código de Processo Penal Anotado.** 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

CAMPOS, Walfredo Cunha. **Tribunal do Júri - Teoria e Prática.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GRECO Filho, Vicente. **Manual de Processo Penal.** 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

GRINOVER, Ada Pellegrini, CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, DINAMARCO, Cândido Rangel. **As Nulidades no Processo Penal**. 9ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

NOVAES, Felipe; BELLO, Rodrigo. **Manual de Prática Penal - 5ª Ed.** São Paulo: GEN Editora 2018

Nome da disciplina: Práticas extensionistas interdisciplinares

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 8º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Contextualização da Extensão: conceito e história da extensão universitária, a extensão universitária nas IES, o papel da extensão universitária na sociedade e universidade; análise e debate sobre os projetos de extensão aprovados no Campus Rio Pomba (objetivos, metodologias e resultados apresentados). A importância da extensão para difusão da pesquisa e a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos. Abordar a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, principalmente as iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena. Realização de desenvolvimento de atividades, elaboração de estudos de casos, debates, atividades de reflexão e discussão individual/coletiva, oficinas, seminários, bem como o levantamento de temas das ações a serem desenvolvidas no decorrer do curso.

Bibliografia Básica:

CALDERÓN, Adolfo. **Educação Superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Xamã, 2006.

JEZINE, Edineide Mesquita. **A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006.

POSSOBON, Maria Elizete. BUSATO, Maria Assunta (orgs.). **Extensão Universitária: reflexão e ação**. Chapecó: Editora Argos, 2009.

Bibliografia Complementar:

CALDERÓN, Adolfo. SAMPAIO, Helena. **Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras.** São Paulo: Editora Olho d' Água, 2002.

FARIA, Doris Santos de. (org.) **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina.** 1ª edição. Brasília: Editora UNB, 2001.

CABRAL NETO, Antônio (organizador). **Flexibilização Curricular: cenários e desafios** /– Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2004.

SÍVERES, Luiz (org.). **A Extensão Universitária como um Princípio de Aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

VALÉRIO M; BAZZO, W. A. **O papel da divulgação científica em nossa sociedade de risco: Em prol de uma nova ordem de relações entre ciência, Tecnologia e sociedade.** Revista de Ensino de Engenharia: n 1, 2006

Nome da disciplina: Projeto de Pesquisa

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 9º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Elementos Fundamentais de um projeto de pesquisa. Interação entre marco teórico e problema, hipótese, métodos e revisão da literatura. Marco teórico e produção crítica de um problema pesquisável e de uma hipótese consistente. Estruturas metodológicas.

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo C. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e pratica da monografia para cursos de direito.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

LAMY, Marcelo. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: técnicas de investigação argumentação e redação.** São Paulo: Elsevier, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: para curso de direito.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar:

BARROS, A. J. da S. **Fundamentos de Metodologia.** 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

GIL, A. C.. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Nome da disciplina: Direito Ambiental I

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 9º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Introdução ao Direito Ambiental. Princípios do Direito Ambiental. A tutela constitucional do meio ambiente. Competências em matéria ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Avaliação de impactos e licenciamento ambiental – EIA/RIMA. Responsabilidade civil ambiental: o dano ambiental e a sua reparação. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 13ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, José Afonso. **Direito Ambiental Constitucional**. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Bibliografia Complementar:

CANOTILHO, Joaquim José Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GOLEMAN, Daniel: **Inteligência Ecológica: o impacto do que consumimos e as mudanças que podem melhorar o planeta**. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 6ª Ed. São Paulo: RT,2014.

SILVA, Leandro Ribeiro da. **Propriedade Rural**. Rio de Janeiro: Lúmen júris, 2008.

Nome da disciplina: Direito Processual do Trabalho

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 9º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho; Organização da Justiça do Trabalho; Acesso à Justiça e Jurisdição Trabalhista; Ministério Público do Trabalho; Competência da Justiça do Trabalho; Ação Trabalhista; Processo e Procedimento; Atos, Termos, Prazos Processuais e Processo Informatizado; Nulidades Processuais; Partes e Procuradores; Intervenção de Terceiros; Petição Inicial; Audiência; Resposta do Réu; Das Provas no Processo do Trabalho; Da Suspensão do Processo; Razões Finais, Sentença, Despesas Processuais e Coisa Julgada; Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas; Teoria Geral da Execução Trabalhista. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 13ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

GIGLIO, Wagner D. **Direito processual do trabalho**. 16ª ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. 29ª ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, André Luiz Paes de. **Prática Trabalhista**. 8ª Ed. São Paulo; Método, 2015.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 3ªed., São Paulo: Forense, 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 36ª ed., São Paulo: Atlas, 2015.

PEREIRA, Leone. **Manual de Processo do Trabalho**. 3ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2014.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2009.

Nome da disciplina: Direito Internacional Privado

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 9º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Histórico, princípios e conceitos fundamentais. Codificações e tentativas de codificação. Lei de Introdução ao Código Civil. Conflitos interestaduais, normativos e jurisdicionais. Aplicação, prova e interpretação do Direito Estrangeiro. Condição Jurídica do Estrangeiro: pessoas, bens, casamento e divórcio.

Bibliografia Básica:

AMORIM, Edgar Carlos de; OLIVEIRA JÚNIOR, Vicente de Paulo Augusto de. **Direito internacional privado**. 13ª Ed. São Paulo; JH MIZUNO, 2014.

ARAUJO, Nadia de. **Direito internacional privado: teoria e prática brasileira**. 3.ed., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2006.

CASTRO, Amilcar de. **Direito internacional privado**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense.

Bibliografia Complementar:

BASSO, Maristela. **Direito Internacional Privado**. São Paulo; Atlas, 2009.

DEL 'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de Direito Internacional Privado**. 11ª Ed. Rio de Janeiro; Forense, 2015

Diniz, Maria Helena. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro Interpretada**. 18ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2013.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado - Parte Geral**. 11ª Ed. Rio de Janeiro; Forense, 2014.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado - Teoria e Prática**. 16ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2013.

Nome da disciplina: Direito Tributário II

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 9º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Tributos em espécie: federais, estaduais e municipais. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração tributária: Fiscalização e Certidões. Dívida ativa e sua cobrança. Processo Tributário. Execução fiscal. Ações de extensão.

Bibliografia Básica

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 26ª ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

Bibliografia Complementar:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

ICHIHARA, Yoshiaki. **Direito Tributário: uma introdução**. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MACHADO, Hugo Brito. **Curso de Direito Tributário**. 36ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual de Direito Tributário**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Nome da disciplina: Propriedade industrial e inovação

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 9º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Propriedade Intelectual: Direitos de autor e conexos. Sistema internacional propriedade intelectual. Defesa dos Direitos Autorais. Inovação e Propriedade Industrial: Patentes, Marcas, Indicações Geográficas, Desenhos Industriais. Proteção Sui Generis. Direito concorrencial. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

NALINI, José Renato. **Propriedade Intelectual**. Editora: RT. 2013.

PAESANI, Liliana Minardi. **O direito na sociedade da informação**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVEIRA, Newton. **Propriedade Intelectual**. 5.ed. São Paulo: Macedo, 2015

Bibliografia Complementar:

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Breves Observações ao Projeto de Substitutivo da Lei de Direitos Autorais, Direito da Internet e da Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2002.

BARBOSA, Denis Borges. **Tratado da Propriedade Intelectual**. Lumen Juris, 2010.

BASSO, Maristela. **O direito internacional da propriedade intelectual**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

DIAS, José Carlos Vaz e; MÜLLER, Juliana Martins de Sá; PORTILHO, Raphaela Magnino Rosa (Orgs.). **A propriedade intelectual e os dez anos da lei de inovação: conflitos e perspectivas**. Rio de Janeiro, RJ: Gramma, 2015

PAESANI, Liliana Minardi. **Manual de Propriedade Intelectual**. São Paulo; Atlas, 2012.

Nome da disciplina: Prática Jurídica Simulada III

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 9º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Principais Peças Trabalhistas. O Procedimento na justiça do Trabalho. Da Prova. Recursos Trabalhistas. Execução Trabalhista. Tópicos Especiais. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 13ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

GIGLIO, Wagner D. **Direito processual do trabalho**. 16ª ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. 29ª ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, André Luiz Paes de. **Prática Trabalhista**. 8ª Ed. São Paulo; Método, 2015.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 3ªed., São Paulo: Forense, 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 36ª ed., São Paulo: Atlas, 2015.

PEREIRA, Leone. **Manual de Processo do Trabalho**. 3ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2014.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2009.

Nome da disciplina: Direito Financeiro e Econômico

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 10º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: O Estado, as necessidades públicas e atividade financeira estatal. O orçamento público. Receitas e despesas públicas. Planejamento orçamentário. Fiscalização e controle da execução orçamentária. Precatórios. Histórico do Direito Econômico. Teoria geral do direito Econômico. Constituição econômica. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Institutos de Direito Econômico. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito Econômico: do direito nacional ao supranacional**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

OLIVEIRA, Regis Fernandes. **Curso de Direito Financeiro**. 6ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Benedito Antônio; GOMES, Sebastiao Edilson. **Direito Financeiro Esquemático**. São Paulo; Lumen Juris, 2012.

CORREA, Leonardo Alves. **Direito Econômico e desenvolvimento: uma interpretação a partir da constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito econômico**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

LENZA, Pedro; RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. **Direito Financeiro Esquemático**. São Paulo; Saraiva, 2015.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia: introdução ao direito econômico**. 9ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015

Nome da disciplina: Direito Previdenciário

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 10º

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: O Estado e a proteção social do trabalhador. Evolução da proteção social no Brasil. O Direito Previdenciário. Aplicação das normas de Direito Previdenciário. Princípios do Direito Previdenciário. Seguridade Social: organização, custeio, contribuintes. Segurados do Regime Geral de Previdência Social. Manutenção e perda da qualidade de segurado. Dependentes. Benefícios em espécie e serviços. Carência. Cálculo do valor do benefício. Acidente do Trabalho e doenças ocupacionais. Ações previdenciárias. Seguridade Social e Direitos Humanos. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

LENZA Pedro; SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito Previdenciário Esquemático**. 5ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto Martins. **Legislação Previdenciária**. 21ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 20ª Ed. São Paulo; Impetus, 2015.

Bibliografia Complementar:

AMADO, Frederico. **Curso de Direito e Processo Previdenciário**. 6ª Ed. São Paulo; Juspodivm, 2015.

FELIPE, Jorge Franklin Alves. **Teoria e Prática do Direito Previdenciário**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

LAZZARI, Joao Batista; CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; DUARTE, Maria Raquel. **Vade Mecum Previdenciário**. 3ª Ed. Rio de Janeiro; Forense, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 35ª Ed., Sao Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, Lucas Gonçalves da; ZAINAGHI, Domingos Sávio; SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. **Temas de Direito do Trabalho e Seguridade Social**. São Paulo; LTR, 2013.

Nome da disciplina: Teoria da Responsabilidade Civil

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 10º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Conceito. Espécies de responsabilidade. Distinção entre responsabilidade civil e penal. Efeitos da responsabilidade criminal na esfera cível. Distinção entre responsabilidade

negocial e extra negocial. Evolução da responsabilidade civil. Teoria do Risco. Fundamento e funções da responsabilidade civil. Pressupostos da responsabilidade civil. Responsabilidade subjetiva. Ato ilícito. Culpa. Abuso de direito. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade civil do incapaz. Responsabilidade civil por fato de terceiro, de coisa e de animal. Teoria da guarda. Dano. Caracterização e liquidação dos danos materiais. Dano moral e estético. Legitimados para reparar e para exigir a reparação de danos. Nexos de causalidade. Causas excludentes da responsabilidade civil. O inadimplemento como fato gerador de responsabilidade civil no âmbito contratual. Responsabilidade civil pré e pós-contratual. Cláusulas negociais limitativas e excludentes da obrigação de indenizar. Noção geral da responsabilidade civil nas relações de consumo. Limites e horizontes da responsabilidade civil. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

FIUZA, Cesar. **Direito civil: curso completo**. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

PERLINGIERI, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

TEPEDINO, Gustavo et alli. **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. v. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

Bibliografia Complementar:

FACHIN, Luiz Edson. **Teoria crítica do direito civil: à luz do novo código civil brasileiro**. 3ª ed., 2012.

FIUZA, César. **Direito civil: curso completo**. 17ª ed., rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil. Parte Geral**, v.1,18 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2007.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2007.

TEPEDINO, Gustavo (Org). **A Parte Geral do Novo Código Civil**. 3ª ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2007.

Nome da disciplina: Direito Processual Constitucional

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 10º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Processo e Constituição. Ações destinadas à tutela dos Direitos Fundamentais. Remédios Constitucionais. Tutela Coletiva e Processo Coletivo. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

DIDIER Jr., Fredie e ZANETI Jr., Hermes. **Curso de Direito Processual Civil - Processo Coletivo**, 9ª ed., volume 4. Salvador: Juspodivm, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil**, vol. 1 (Teoria Geral do Processo). 8ª ed., São Paulo, RT, 2014.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Ações constitucionais**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Ação Civil Pública**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris.

GUEDES, Clarissa Diniz. **Legitimidade ativa e representatividade na ação civil pública**. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2012.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **Direito Processual Constitucional**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. **Ações coletivas no direito comparado e nacional**. 4ª ed., São Paulo: Editora RT, 2014.

MENDES, G.F.; GONET BRANCO, P.G.; **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo, Saraiva, 10ª edição, 2015.

Nome da disciplina: Direito do Consumidor

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 10º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Sociedade de Consumo e Direitos do Consumidor. Intervenção do Estado nas relações de consumo. Definição de consumidor e fornecedor. Da Política nacional de relações de consumo. Dos Direitos básicos do consumidor. Da qualidade de produtos e serviços. Da prevenção e da reparação dos danos. Das práticas comerciais. Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Comércio Eletrônico. Da coisa julgada. Do sistema nacional de defesa do Consumidor. Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, João Batista de. **Manual de Direito do Consumidor**. 6 Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

AZEVEDO, Fernando Costa de. **Defesa do Consumidor e Regulação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Curso Fundamental de Direito do Consumidor**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, João Batista de. **A Proteção Jurídica do Consumidor**. 7 Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Cláudia Lima e BESSA, Leonardo. **Manual de Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direitos do consumidor: Código de Defesa do Consumidor**. 16ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2013.

NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor: com exercícios**. 8.ed., rev., mod. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. **Cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor**. 6 Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Nome da disciplina: Direito Ambiental II

Natureza: Obrigatória

Período no qual será ofertada: 10º

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Tutela Jurídica do meio ambiente. O Processo Ambiental e os Termos de compromisso e ajustamento de conduta – TAC. Infrações administrativas e crimes ambientais. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81). Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98). Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97). Licitações Sustentáveis (Lei 8.666/93). Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985/00). Código Florestal (Lei 12.651/12). Controle de produtos tóxicos. Agrotóxicos. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10). Política Energética Nacional (Lei nº 9.478/97). Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/09). Ações de Extensão.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 13ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, José Afonso. **Direito Ambiental Constitucional**. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Bibliografia Complementar:

CANOTILHO, Joaquim José Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GOLEMAN, Daniel: **Inteligência Ecológica: o impacto do que consumimos e as mudanças que podem melhorar o planeta**. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 6ª Ed. São Paulo: RT, 2014.

SILVA, Leandro Ribeiro da. **Propriedade Rural**. Rio de Janeiro: Lúmen júris, 2008.

Nome da disciplina: Direito Agrário

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: História do Direito Agrário no Mundo. Direito Agrário no Brasil. A reforma agrária no contexto jurídico Constitucional brasileiro. Definição. Conceitos e história. Função social da propriedade. Estatuto da Terra. Módulo rural. Propriedade rural. Das ações agrárias no código de Processo Civil. Contratos agrários. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

CASSETTARI, Christiano. **Direito Agrário**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RIZZARDO, Arnaldo. **Curso de Direito Agrário**. 2.ed. Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário**. Vol. 1. 9.ed. Livraria do Advogado, 2015.

BARROSO, Lucas Abreu; MIRANDA, Alcir Gursen de; SOARES, Mário Lúcio Quintão. **O Direito Agrário na Constituição**. 3.ed. Forense, 2013

FERRETTO, Vilson. **Contratos Agrários - aspectos polêmicos**. São Paulo: Saraiva.

OPTIZ, Silvia C. B.; OPTIZ, Oswaldo. **Curso completo de direito agrário**. 6.ed. Saraiva:2012.

SODERO, Fernando Pereira. **Direito Agrário e Reforma Agrária**. 2ª Ed. OAB/SC, 2006.

Nome da disciplina: Direito Eleitoral

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Democracia. Teorias e princípios. Modelos de democracia. Representação. Modelos de mandato. Direitos políticos. Sistemas eleitorais. Justiça eleitoral brasileira. Organização e competência. Partidos políticos. Processo eleitoral. Controle da legitimidade das eleições.

Bibliografia Básica:

CANDIDO, Joel José. **Direito Eleitoral Brasileiro**. 15ª. ed. São Paulo: Edipro, 2012.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 11ª Ed. São Paulo; Atlas, 2015.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Lei de Inelegibilidade Comentada**. São Paulo; Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

BISPO, Charles Emerson. **Ação de impugnação de mandato eletivo**. 2ª Ed. São Paulo; Editora de Direito, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 22ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 30ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

SALGADO, Eneida Desiree. **Sistemas Eleitorais - Experiências Iberoamericanas e Características do Modelo Brasileiro**. São Paulo; Fórum, 2012.

Vade Mecum. 19ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

Nome da disciplina: Direito da Criança e do Adolescente

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Direito da Criança e Adolescente. A realidade social e a situação da infância no Brasil. A Constituição Federal de 1988, a Legislação Civil, Penal, Trabalhista e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. O Direito Comparado. O ECA: estudo sistemático de seus institutos. Medidas de proteção sócio educativas. A criação dos Conselhos Tutelares. A justiça da infância e da juventude. Os crimes e as infrações administrativas. Questões polêmicas: trabalho infantil, prostituição infantil, tráfico de crianças. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

BARROS, Guilherme. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Col. Leis Especiais Para Concursos - Vol. 2.** 9ª Ed. São Paulo; Juspodivm, 2015.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente.** 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente - Aspectos Teóricos e Práticos.** 8ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente.** 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ELIAS, Roberto Joao. **Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente.** São Paulo; Saraiva, 2005.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Comentado.** São Paulo; Forense, 2014.

TAVARES, José de Farias. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente.** 8º.ed., Rio de Janeiro: Forense, 2012.

TRINDADE, Jorge. **Direito da Criança e do Adolescente - Uma Abordagem Multidisciplinar.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

Nome da disciplina: Biodireito

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Bioética, Biodireito e Biossegurança. Direitos Humanos Fundamentais à Vida e à Saúde: Repercussões Sócio Jurídicas. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

CONTI, Matilde Carone Slaibi. **Biodireito: A Norma da Vida**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SÁ, Maria de Fátima Freire de & NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. (coord) **Bioética, Biodireito e Código Civil de 2002**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

Bibliografia Complementar:

BARBOZA, Heloisa Helena & BARRETO, Vicente de Paula. **Do Biodireito e Bioética**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BRAUNER, Maria Claudia Crespo. **Direito, Sexualidade e Reprodução Humana: Conquistas Médicas e o Debate Bioético**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

DIAFÉRIA, Adriana. **Clonagem Aspectos Jurídicos e Bioéticos**. São Paulo: EDIPRO, 2004.

FERRAZ, Sérgio. **Manipulações Biológicas e Princípios Constitucionais**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2003.

SAUWERI, Regina Fiusa *et alli*. **O Direito *in Vitro*: da Bioética ao Biodireito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

Nome da disciplina: Tópicos em Licitações e Contratos Administrativos

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Licitação: conceito. Entes Obrigados a Licitar. Modalidades. Objeto. Processo Administrativo: princípios norteadores. Possibilidade de Contratação sem Licitação: modalidades e etapas. Contrato Administrativo: peculiaridades, cláusulas exorbitantes, posição de supremacia da Administração Pública e suas consequências. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 28ªEd., São Paulo: Atlas, 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 41ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 32ª ed., São Paulo: Malheiros, 2015.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BLANCHET, Luiz Alberto. **Curso de direito administrativo**. 5ª ed. Curitiba: Juruá, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 28ª ed., São Paulo: Atlas, 2015.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17ª ed., rev. a atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 19ª ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Nome da disciplina: Libras

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Noções e aprendizado básico de Libras. Características fonológicas. Noções de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Prática de Libras: desenvolvimento da expressão visual- espacial e ampliação do conhecimento dos aspectos da cultura do mundo surdo.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, F. **Dicionário ilustrado de LIBRAS: língua brasileira de sinais**. 1. ed. São Paulo: Global, 2011.

LACERDA, C. B. F. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à libras e educação de surdos**. 1. ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2013.

RAPHAEL, W. D.; CAPOVILLA, F. C. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira, v.2 - artes e cultura, esportes e lazer**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

Bibliografia Complementar:

KOJIMA, C. K. **A imagem do pensamento: libras**. 1. ed. São Paulo: Escala Educacional, 2012.

MANTOAN, M. T. E.; SANTOS, M. T. C. T. **Atendimento educacional especializado (AEE) - políticas públicas e gestão nos municípios**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2011.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MURAD, M. **Sociologia e Educação Física – diálogos, linguagens do corpo, esporte**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PEREIRA, M. C. C. **Libras: conhecimento além dos sinais**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

Nome da disciplina: Oratória

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: A comunicação no Direito. Teoria e Prática da Oratória. Processo de construção e comunicação dos argumentos. Técnicas de apresentação. Os elementos retóricos e o discurso no direito. Técnicas de apresentação e expressão (voz, fala, respiração e postura). Controle do auditório. O discurso no júri. A sustentação oral nos tribunais.

Bibliografia Básica:

POLITO, Reinaldo. **A influência da emoção do orador no processo de conquista dos ouvintes**. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2001.

CARRASCO, M.C.O. E COLUCCI, E. **Argumentação Jurídica: Comunicação, Oratória e Ferramenta estratégica para o Operador do Direito**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2009

RODRIGUEZ, Victor Gabriel. **Argumentação Jurídica** 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Bibliografia Complementar:

CHALITA, Gabriel. **A sedução no discurso** : o poder da linguagem nos tribunais de júri. 4. ed. rev. — São. Paulo : Saraiva, 2007.

WESTON, Anthony. **A Arte de argumentar**. 2a. ed. Lisboa: Gradiva, 1996.

SCHAUER, Frederick. **Pensar Como Un Abogado**: Una nueva introducción al razonamiento jurídico. Buenos Aires: Marcial Pons, 2013.

SHECAIRA, Fábio P; STRUCHINER, Noel. **Teoria da Argumentação Jurídica**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2016.

KUSHNER, Malcolm. **Como falar em público: para Dummies**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Nome da disciplina: Inglês instrumental

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Abordagem integrada dos níveis de compreensão de leitura, suas estratégias e aspectos léxico-gramaticais. Ensino da língua inglesa através de literaturas técnico-científicas interdisciplinares. Técnicas do inglês instrumental.

Bibliografia Básica:

OXFORD. **Dicionário para estudantes brasileiros.** . Nova York: Oxford University Press. 2005

SOUZA, A. G. F. et al. **Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental.** . São Paulo: Disal. 2005.

SWAN, M. **Practical English Usage.** 3. ed. Nova York: Oxford University Press. 2005.

Bibliografia Complementar:

HUTCHINSON, T.; WATERS, A.. **English for Specific Purposes.** . Cambridge: Cambridge University Press. 2006

MUNHOZ, R. **Inglês Instrumental. Estratégias de leitura..** . São Paulo: Texto Novo. 2004

MARQUES, A.; CARDOSO, C.. **Learn and share in English: língua estrangeira moderna: inglês.** . São Paulo: Ática. 2016

MARINOTTO, D.. **Reading on info tech: inglês para informática.** . São Paulo: Novatec. 2003

OXFORD. **Dictionary of Synonyms and Antonyms.** . Oxford University Press. 2005

Nome da disciplina: Contabilidade Geral

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Aspectos Introdutórios. Princípios e normas contábeis. Procedimentos contábeis básicos. Variação do Patrimônio. Operações com Mercadorias. Demonstrações Contábeis. Tópicos Especiais.

Bibliografia Básica:

MARION, J. C.. **Contabilidade Básica**. 10. Atlas. 2009

NEVES, S.; VICECONTI, P. E. V.. **Contabilidade Básica**. 14. Frase. 2009

USP. Equipe de Professores da USP. **Contabilidade Introdutória**. 11. Atlas. 2010.

Bibliografia Complementar:

CREPALDI, S. A.. **Curso Básico de Contabilidade**. 6. Atlas. 2010

GELBCKE, E. R.. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7. Atlas. 2007

IUDÍCIBUS, S.. **Teoria da Contabilidade**. 10. Atlas. 2010 Livro IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.;

MARION, J. C.. **Contabilidade Empresarial**. 15. Atlas. 2009

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.. **Manual de Contabilidade Societária**. . Atlas. 2010

Nome da disciplina: Informática Jurídica

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: O profissional de computação na sociedade. Análise do código de Ética da Sociedade Brasileira de Computação. Bloqueio de aplicativos, liberdade de comunicação e ética. Análise da privacidade e liberdade no ciberespaço. A Construção do Marco Civil da Internet. Proteção de dados pessoais e captura indevida. Desinformação e notícias falsas (fake news).

Bibliografia Básica:

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento**. . Gen-Forense: Rio de Janeiro. 2019

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 11. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014

SOUZA, Carlos Affonso; LEMOS, Ronaldo. **Marco civil da internet: construção e aplicação**. . Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda. 2016

Bibliografia Complementar:

BRASIL, **código de Ética da Sociedade Brasileira de Computação**. 2013

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

VALENTE, Mariana et al. **O Corpo é o Código: estratégias jurídicas de enfrentamento ao revenge porn no Brasil**. . São Paulo: Internet Lab. 2016

RAMALHO, Rogério Aparecido Sá. **Tecnologia e Sociedade Responsabilidades e Desafios na Era da Informação Digital**. . São Paulo: UAB-UFSCar. 2013.

VELHO, Jesus Antônio. **Tratado de computação forense**. 1ª ed. São Paulo: Millennium, 2016.

Nome da disciplina: Sistemas Adequados de Solução de Conflitos Trabalhistas

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Os Métodos Adequados de Solução de Conflitos. Convenções Processuais no Processo do Trabalho. Negócios Jurídicos Processuais Atípicos no CPC/2015 e sua aplicação nos conflitos trabalhistas. Prevalência do Negociado sobre o Legislado. A Efetividade do Acordo Extrajudicial Trabalhista. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 31ª Ed. São Paulo; Atlas, 2015.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 14ª ed., São Paulo: Ltr. 2015.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. São Paulo: Método, 2015,

Bibliografia Complementar:

BOMFIM, Vólia. **Vade Mecum – Trabalho**. São Paulo; Método, 2014.

CAIRO JR, José. **Curso de Direito do Trabalho**. 10ª Ed. São Paulo; Juspodivm, 2015.

CLT Saraiva & Constituição Federal. 44ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

DIAS, Ricardo Resende. **Direito do Trabalho – Esquematizado**. 5ª Ed. São Paulo; Método, 2015.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. 6ª Ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

Nome da disciplina: Medicina Legal

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Introdução a Medicina Legal. Tanatologia forense. Traumatologia Médico-Legal. Sexologia forense. Toxicologia forense. Psiquiatria Forense. Perícia médico-legal. Imputabilidade Penal e Capacidade Civil. Criminalística, e Perinecropsopia.

Bibliografia Básica

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal** 11. ed. Rio de Janeiro: GEN Editora, 2017

FRANÇA, Genival Veloso de. **Fundamentos de Medicina Legal** 3. ed. Rio de Janeiro: GEN Editora, 2018

HÉRCULES, Hygino de Carvalho. **Medicina Legal – Texto e atlas** 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

Bibliografia Complementar

CROCE, Delton; CROCE JUNIOR, Croce. **Manual de Medicina Legal** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

GALVÃO, Luis Carlos Cavalcante. **Medicina Legal** 2. ed. Santos – SP: Santos Editora, 2013

GREGO, Rogério. Medicina legal à luz do direito penal e processual penal; Niterói: Ímpetus, 2013.

COSTA, Luís Renato da Silveira; COSTA, Bruno Miranda. A Perícia Médico-Legal Aplicada à Área Criminal 2. ed. Campinas – SP: Millennium, 2015

PEREIRA, Gerson Odilon. Tanatologia – Desmistificação da Morte e do Morrer. São Paulo: Sarvier, 2019

Nome da disciplina: Mediação e Conciliação Judiciais e Extrajudiciais

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Os meios alternativos de solução de conflitos. Acesso à Justiça. Heterocomposição e autocomposição. Heterocomposição: a arbitragem. A lei n. 9.307/96. Justiça Conciliativa e Restaurativa Fundamentos da Justiça conciliativa. Negociação, conciliação e mediação: distinção. O Novo CPC e a Lei de Mediação. Resolução n. 125 do CNJ. O Modelo de Justiça Multiportas no Brasil. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

CALMON Filho, Petrônio. **Fundamentos da Mediação e da Conciliação**. São Paulo: Ed. Forense, 2007

FISCHER, Roger. **Como chegar ao sim**; Rio de Janeiro: Imago, 1994.

SIX, Jean-François. **Dinâmica da Mediação**. Tradução de Giselle Groeninga de Almeida, Águida Arruda Barbosa e Eliana Riberti Nazareth. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, André Felipe Gomma de; BARCELLAR, Roberto Portugal (Organizadores). **Manual de autocomposição judicial**. Brasília: grupos de pesquisa da UNB, 2007. Disponível em http://www.trf4.jus.br/trf4/upload/editor/dpn_ManualdeAutocomposicaoJudicial.pdf, acesso em 14/01/2012.

BRAGA NETO, Adolfo; SAMPAIO, Lia Regina Castaldi. **O que é mediação de conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CAHALI, Francisco José. **Curso de Arbitragem**. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini; LAGRASTA NETO, Caetano; WATANABE, Kazuo (coordenadores). **Mediação e Gerenciamento do Processo – Revolução na Prestação Jurisdicional**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007-a.

SALES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antonio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da Silva. **Negociação, Mediação e Arbitragem**. São Paulo. Ed. método. Gen, 2013.

Nome da disciplina: Empreendedorismo Jurídico

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Conceitos de Empreendedorismo e Empreendedor. Características, tipos e habilidades do empreendedor jurídico. Empreendedorismo no Brasil e no Mundo. Prática Empreendedora e Carreira Jurídica. Mercado Jurídico e Gestão na advocacia Privada. Prática Estratégica de negociação. Plano de Negócios –etapas, processos e elaboração. Empreendedorismo no Direito. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. São Paulo, SP: Atlas, 2012

DORNELAS, José. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 6. ed. São Paulo, SP: GEN; Atlas; Empreende, 2016.

DRUCKER, Peter F.. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios**. Tradução de Carlos J. Malferrari. São Paulo: Cengage Learning, 1986

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; ALYRIO, Rovigati Danilo; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. **Princípios de negociação: ferramentas e gestão**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

CLEMENTE, Armando (Org.). **Planejamento do negócio: como transformar idéias em realizações**. Rio de Janeiro, RJ: SEBRAE, 2004.

CHÉR, Rogério. **Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante**. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, SEBRAE, 2008.

HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. **Administração Estratégica**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SELEM, Lara; BERTOZZI, Rodrigo. **A nova reinvenção da advocacia: a bíblia da gestão legal no Brasil**. 1ªed. São Paulo: Juruá, 2014.

Nome da disciplina: Marketing e Direito

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: A Comunicação no Direito. Visão geral da área de marketing no processo gerencial. Conceitos fundamentais de marketing. Contribuições da área de marketing para o exercício da Responsabilidade Social Corporativa. Pilares do marketing jurídico: Autoconhecimento, ética e competência. Planejamento estratégico no Marketing Jurídico. Como construir uma carteira de clientes. O Marketing Digital e os limites Impostos pelo Estatuto da OAB.

Bibliografia Básica:

ASENSI, Felipe Dutra . **Marketing jurídico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013

ROCHA, A.; FERREIRA, J. B.; SILVA, J. F. **Administração de Marketing: Conceitos, Estratégias, Aplicações**. São Paulo: Atlas, 2012.

KOTLER, P. ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. 12. ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.

Bibliografia Complementar:

ASENSI, FELIPE DUTRA . **Precisamos de marketing jurídico (ou não?)**. In: Pedro Fortes. (Org.). A formação da advocacia contemporânea. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2014, v. 1, p. 135-142.

MOTTA, Alexandre; FARIA, Lucas dos Santos. **Marketing Jurídico — Os dois lados da moeda**. São Paulo: Ed. Amaral Gurgel, 2013.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

BERTOZZI, Rodrigo; BOCCO, Renata. **Marketing Jurídico: O Poder das Novas Mídias & Inteligência Artificial**. Curitiba: Juruá, 2016. Revista Brasileira de Marketing (e-ISSN 2177-5184)

CROOCO, L.; et al. **Fundamentos de Marketing: conceitos básicos**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009.

Nome da disciplina: Direito e Internet

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Códigos de ética profissionais na área de computação. Direito para startups: Noções de Legislação Trabalhista, Comercial e Fiscal. Tipos de Sociedades. Propriedade Intelectual, Patentes, Direitos autorais e Licenciamento de software. Responsabilidades e Desafios na Era da Informação Digital. Crimes digitais. O Processo Penal na era midiática.

Bibliografia Básica:

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento**. Gen-Forense: Rio de Janeiro. 2019

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**.. 12. ed. São Paulo, SP: Atlas. 2012

RAMALHO, Rogério Aparecido Sá. **Tecnologia e Sociedade Responsabilidades e Desafios na Era da Informação Digital**. São Paulo:UAB-UFSCar. 2013

Bibliografia Específica:

CASARA, Rubens Roberto Rebello. **A espetacularização do processo penal**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 24, n. 122, p. 309-318, ago. 2016.

GOMES, Luiz Flávio; ALMEIDA, Débora de Souza de. **Populismo penal midiático: caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PIMENTA, Eduardo Goulart, FONSECA, Maurício Leopoldino da. (Orgs.). **Legal Talks: Startups à luz do direito brasileiro**. [recurso eletrônico].. Porto Alegre, RS: Editora Fi. 2017

RAMALHO, Rogério Aparecido Sá. **Tecnologia e Sociedade Responsabilidades e Desafios na Era da Informação Digital**. São Paulo:UAB-UFSCar. 2013

VIEIRA, Lucas Bezerra. **Direito para startups: manual jurídico para empreendedores**. Natal, RN: Edição do autor. 2017

Nome da disciplina: Direito Registral e Notarial

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Direito Notarial e Registral. Registros Públicos. Atividade notarial. Registro civil das pessoas naturais. Registro civil das pessoas jurídicas. Registro de títulos e documentos. Registro de imóveis. Protesto de títulos. Processo de registro. Responsabilidade notarial. Legislação específica.

Bibliografia Básica:

CHALHUB, Melhim Namem. **Incorporação Imobiliária**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019.

ALVIM, Arruda. [et. al.] **Lei de Registros Públicos comentada - Lei 6.015/1973**. 2ª ed. Rio de Janeiro, GEN - Forense, 2019.

SCAVONE JR, Luiz Antonio. **Direito Imobiliário - Teoria e Prática**. 15.ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019

Bibliografia Complementar:

DEBS, Martha. **Vade Mecum Notarial e Registral: Coletânea de Leis Para Cartórios**. Salvador: JusPodivm, 2019

BALBINO FILHO, Nicolau. **Contratos e notificações no Registro de Títulos e Documentos**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

KORENCHENDLER, Ana Sara (org). **Direito registral e notarial. Legislação federal específica e complementar para registradores e notários**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros Públicos: Teoria e Prática**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019.

SOUZA, Eduardo Pacheco Ribeiro. **Noções fundamentais de direito registral e notarial**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Nome da disciplina: Processo Administrativo Disciplinar

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Características do Processo Administrativo - Lei nº 9.784/99. Princípios que regem o Processo Administrativo. Processo Administrativo Disciplinar e suas Características. Sindicância. Procedimento do PAD. Nulidades no PAD. Penas Aplicáveis. Prescrição.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Controladoria Geral da União**. Corregedoria da União. Manual de Processo Administrativo Disciplinar. Brasília: CGU, 2019

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 28ªEd., São Paulo: Atlas, 2015.

Osório, Fábio Medina. **Direito administrativo sancionador** - 6 Ed. Revista, Atualizada e Ampliada. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019

Bibliografia Complementar:

BACELAR FILHO, Romeu Felipe e MARTINS, Ricardo Marcondes, **Ato Administrativo e Procedimento Administrativo**, in DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Coord.), Tratado de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 28ª ed., São Paulo: Atlas, 2015.

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Processo Administrativo Federal: Comentários À Lei 9.784, De 29.1.1999**. 5ªEd., São Paulo: Atlas, 2013.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 19ª ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo** - 5ª Ed. Malheiros, 2017.

Nome da disciplina: Prática Constitucional

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Processo Constitucional. Constituição e Processo. Garantias Constitucionais Processuais. Ações Constitucionais. Prática Processual e Procedimento: Ação Civil Pública. Ação Civil de Improbidade Administrativa. Ação Popular. Habeas Data. Mandado de Segurança Individual. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção. Controle de Constitucionalidade: Ação Direta de Inconstitucionalidade por ação e por omissão. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

Bibliografia Básica:

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 21 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2017. 1524 p. ISBN 978-85-472-1751-8.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2018. 988 p. ISBN 978-85-97-01620-8.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 41. ed. rev. e atual.. São Paulo, SP: Malheiros, 2018. 936 p. ISBN 978-85-392-0399-4.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso e direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva educação, 2018. 592 p. ISBN 978-85-472-2835-4.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003?. 1522 p. ISBN 978-972-40-2106-5.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 40. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 448 p. ISBN 978-8502-61703-2.

GALANTE, Marcelo. **Direito Constitucional**. São Paulo, SP: Barros, Fischer & Associados, 2005. 255 p. ISBN 85-88749-81-5.

GALVÃO, Vitor Cruz. **Constituição federal**: anotada para concursos: atualizado até a EC 76/2013. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Ferreira, 2014. 793 p. (Concursos). ISBN 978-85-7842-282-0.

Nome da disciplina: Tópicos especiais em Direito Constitucional

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Controle de Constitucionalidade e Constitucionalismo no direito comparado. Hermenêutica constitucional. Interpretação das normas constitucionais: Interpretativismo, positivismo, pós-positivismo, minimalismo, realismo e originalismo. Neoconstitucionalismo. Constitucionalismo Latino Americano. Judicialização da Política. Ativismo Judicial. Diálogo Constitucional e Teoria Deliberativa. Debates contemporâneos: Constitucionalismo Feminista, Gênero e Justiça Racial. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. **Os onze: O STF, seus bastidores e suas crises**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BARROSO, Luis Roberto. **A Judicialização da Vida e o Papel do Supremo Tribunal Federal**. Belo Horizonte: Fórum, 2018

CAMPOS, Carlos Alexandre de. **Dimensões do Ativismo Judicial do STF**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALEXY, Robert. **Constitucionalismo Discursivo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

DWORKIN, Ronald. **O Direito de Liberdade. A leitura moral da Constituição norte-americana**. São Paulo. Martins Fontes, 2006.

MIRANDA NETTO, Fernando Gama de; PEREIRA, Daniel Nunes. **Supremacia Judicial e Superego na Justiça Constitucional**. Libertas, v. 1, p. 114-143, 2014.

MOREIRA, Adilson José. **Pensando como um Negro. Ensaio de Hermenêutica Jurídica**. São Paulo: Contracorrente, 2019.

SILVA, Christine Oliveira Peter da. **Constitucionalismo Feminista: Expressão Das Políticas Públicas Voltadas À Igualdade De Gênero**. Salvador: JusPodivm, 2020

Nome da disciplina: Tópicos especiais I

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: A ser definida pelo Colegiado do Curso no momento da oferta da disciplina

Bibliografia Básica: A ser definida pelo Colegiado do Curso no momento da oferta da disciplina

Bibliografia Complementar: A ser definida pelo Colegiado do Curso no momento da oferta da disciplina

Nome da disciplina: Tópicos especiais II

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: A ser definida pelo Colegiado do Curso no momento da oferta da disciplina

Bibliografia Básica: A ser definida pelo Colegiado do Curso no momento da oferta da disciplina

Bibliografia Complementar: A ser definida pelo Colegiado do Curso no momento da oferta da disciplina

Nome da disciplina: Seminários de Pesquisa

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: A ser definida pelo Colegiado do Curso no momento da oferta da disciplina

Bibliografia Básica: A ser definida pelo Colegiado do Curso no momento da oferta da disciplina

Bibliografia Complementar: A ser definida pelo Colegiado do Curso no momento da oferta da disciplina

Nome da disciplina: Direito e Literatura

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Relação entre Direito e Literatura. Direito na literatura. Direito como literatura. Direito da literatura. Interpretação e hermenêutica na literatura. O papel da Literatura na construção do sujeito. Aplicação do direito na literatura. Literatura e os Direitos Humanos. A Literatura nos Tribunais. Ações de extensão.

Bibliografia Básica:

DWORKIN, Ronald.. **De que maneira o Direito se assemelha à Literatura.** In:

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio.** São Paulo: Martins Fontes. 2008

SHECAIRA, Fábio Perin Shecaira. **Direito e Literatura.** 1 ed. Curitiba: Alteridade: 2019.

Bibliografia Complementar:

ARENDDT, Hannah, Eichmann em Jerusalém, **Um relato sobre a banalidade do mal.** Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HUGO, Vitor. **O Último Dia de Um Condenado.** Digital. Le Livros. 2012

LIMA, Carla Sales Serra de; CHAVES, Glenda Rose Gonçalves. **Dom Casmurro de Machado de Assis: Uma Interface entre Direito e Literatura.** Revista Ética e Filosofia Política. Nº 14. Volume: Outubro de 2011

SHECAIRA, Fábio Perin Shecaira. **A Importância da Literatura para Juristas (Sem Exageros).** In: Anamorphosis ? Revista Internacional de Direito e Literatura v. 4, n. 2, julho-dezembro 2018

TRINDADE, André Karam; STRECK, Lênio Luiz. **Direito e literatura: da realidade da ficção a ficção da realidade.** São Paulo: Atlas. 2013.

Nome da disciplina: Direito imobiliário

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Direito imobiliário. Parcelamento do solo urbano. Empreendimentos imobiliários. Negócios jurídicos imobiliários. Sistema registral.

Bibliografia Básica:

AVVAD, Pedro Elias. **Direito imobiliário: teoria geral e negócios imobiliários**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros públicos: teoria e prática**. 8. ed. rev. atual. ampl. 2 tiragem. Salvador: JusPODIVM, 2017.

SALLES, Venício. **Direito registral imobiliário**. 3. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia Complementar:

FARIA, Renato Vilela. CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes. Coordenadores. **Operações imobiliárias: Estruturação e Tributação**. São Paulo: Saraiva, 2016.

PEIXOTO, Ulisses Vieira Moreira. **Direito imobiliário: Doutrina e Prática**. 3ª . ed. São Paulo: JH Mizuno, 2020.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Condomínio e Incorporações** 13.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SCAVONE JR, Luiz Antônio. **Direito Imobiliário - Teoria e Prática**. 15.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SILVA, Bruno Mattos e. **Compra de imóveis: aspectos jurídicos, cautelas devidas e análise de riscos**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Nome da disciplina: Análise do discurso aplicada ao direito

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Introdução à Análise do Discurso francesa. O discurso como objeto científico. Língua, discurso e sentido. Formação social. Formação Ideológica. Formação discursiva. Formação Imaginária. O sujeito em Análise do Discurso. As formas-sujeito e o sujeito de direito. As posições discursivas. Sujeito e sentido.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. 2ª ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos**. 12 ed. São Paulo: Pontes Editores, 2015 [1999].

VARGAS, Fabio de Oliveira. **Sobre Centauros e homens-bomba: o sujeito transexual no discurso dos tribunais brasileiros**. São Paulo: Pontes Editores, 2019.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orient.). Bolsista de Iniciação Científica: Ana Boff de Godoy et al. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

FLORENCIO, Ana Maria Gama et al. **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Maceió: Edufal, 2009.

PECHÊUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 1997 [1988].

_____, FUCHS, Catherine. **A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas** (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

_____. **Análise automática do discurso**. In: GADET, Françoise, HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

Nome da disciplina: Direito urbanístico e planejamento urbano

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Direito urbanístico: conceito, princípios, autonomia do campo. Direito à cidade. Função social da cidade, da propriedade urbana e da posse. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Instrumentos de política urbana.

Bibliografia Básica:

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

FURTADO, F., BIASOTTO, R. e MALERONKA, C. **Outorga Onerosa do Direito de Construir: caderno técnico de regulamentação e implementação. Coleção Cadernos Técnicos de Regulamentação e Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade.** V. 1. Brasília: Ministério das Cidades, 2012.

FURTADO, F.; RABELLO, S.; BACELLAR, I. **Transferência do Direito de Construir: caderno técnico de regulamentação e implementação.** Versão jul. 2016.

Bibliografia Complementar:

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Carta Mundial pelo Direito à Cidade.** V Fórum Social Mundial, Porto Alegre, jan. 2005.

JARAMILLO GOZÁLEZ, Samuel. **Hacia una teoría de la renta del suelo urbano.** 2ed. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, CEDE, Ediciones Uniandes, 2009.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade.** Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

SILVA, J. A. **Direito Urbanístico Brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Disciplina: Tópicos Especiais em Administração Pública

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: Administração pública: fundamentos da organização burocrática, divisão administrativa e divisão política. Reforma Administrativa e Administração Pública Gerencial. Estado e a formação da vontade política. Governo, desenvolvimento e políticas públicas. Modelos de análise das Políticas públicas. Arranjos institucionais e organização dos sistemas de política pública. Direito regulatório: atuação, regulação e desregulação da atividade econômica e dos serviços públicos. Controle Administrativo da Administração Direta e entidades da Administração Indireta. Obrigação de prestar contas (accountability). Governança Corporativa e o funcionamento do *Compliance* na Gestão Pública.

Bibliografia Básica

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. São Paulo. Malheiros. 1996.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Poder, Direito e Estado. O direito administrativo em tempos de globalização** – in memoriam de Marcos Juruena Villela Souto. Belo Horizonte. Forum. 2011

Bibliografia Complementar:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico**. Rio de Janeiro. Forense. 2006.

BINENBOJM, Gustavo. **Uma Teoria do Direito Administrativo: Direitos fundamentais, democracia e constitucionalização**. – Rio de Janeiro: Renovar. 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **A Teoria do Estado entre o jurídico e o político. In Teoria do Estado: sentidos contemporâneos**. São Paulo: Saraiva, 2018.

COUTINHO, Diogo R. **O Direito nas políticas públicas**. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (eds.). *Política Pública como Campo Disciplinar*. São Paulo: Unesp, 2013.

FRANCO, Isabel (Org). **Guia prático de Compliance** 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Disciplina: Laboratório de práticas jurídicas I

Natureza: Optativa

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Atividades de práticas jurídica.

Bibliografia Básica:

CALMON Filho, Petrônio. **Fundamentos da Mediação e da Conciliação**. São Paulo: Ed. Forense, 2007

DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurélio; TARTUCE, Fernanda. **Manual de Prática Civil**. 11ª Ed. São Paulo; Método, 2015.

THEODORO JR, Humberto. **Código de Processo Civil Anotado** - Vol. I. 23ª Ed. São Paulo: Forense, 2020.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO JUNIOR, Gediél. **Prática no Direito de Família**. 12ª Ed. São Paulo: Atlas, 2020

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela de Urgência e Tutela de Evidência: Soluções Processuais diante do Tempo da Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Processo Coletivo**. Salvador: Juspodivm, 2020.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. São Paulo: Método, 2015.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 10ª Ed. São Paulo: Método. 2020.

Disciplina: Laboratório de práticas jurídicas II

Natureza: Optativa

Carga horária: 66 h/a

Número de aulas: 4

Ementa: Atividades de práticas jurídica.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, André Luiz Paes de. **Prática Trabalhista**. 8ª Ed. São Paulo; Método, 2015.

AMADO, Frederico. **Prática Previdenciária Administrativa na Agência do INSS e no CRPS**. Salvador: Juspodivm, 2020.

BELLO, Rodrigo; NOVAES, Felipe. **Manual de Prática penal**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

Bibliografia complementar:

CAMPOS, Walfredo Cunha. **Tribunal do Júri - Teoria e Prática**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **A Fazenda Pública em Juízo**. 17ª ed. São Paulo: Gen, 2020

JUNIOR, Gediel Claudino De Araujo. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3ª ed. São Paulo: Método, 2019

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. 11ª Ed. São Paulo: Forense, 2019.

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Prática Jurídica Constitucional** .12. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

Disciplina: Teoria Geral da Interpretação Jurídica

Natureza: Optativa

Carga horária: 33 h/a

Número de aulas: 2

Ementa: A noção de Sistema Jurídico. Classificação dos Métodos de Interpretação da lei. Métodos interpretativos. Escolas Hermenêuticas. O Direito como Sistema Lógico.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. **Hermenêutica e argumentação: uma contribuição ao estudo do direito**. 3.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

HERKENHOFF, João Baptista. Como aplicar o direito: à luz de uma perspectiva axiológica, fenomenológica e sociológico-política. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Bibliografia complementar:

ATIENZA, Manuel. As razões do direito: teorias da argumentação jurídica. 3.ed. São Paulo: Landy, 2013. 238p.
FREITAS, Juarez. **A interpretação sistemática do direito**. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
FRIEDE, Reis. **Ciência do direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
HENRIQUES, Antonio. **Argumentação e discurso jurídico**. São Paulo: Atlas, 2008.
KOLM, Serge-Christophe. **Teorias modernas da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

APÊNDICE 4: REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º. Este regulamento normatiza as Atividades Complementares como componente curricular do Curso de Bacharel em Direito do IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba.

Art. 2º. A integralização das Atividades Complementares no curso de Bacharel em Direito deverá ocorrer durante o período em que o estudante estiver regularmente matriculado.

Art. 3º. As Atividades Complementares são obrigatórias, devendo ser cumpridas em um total de 200 horas, no decorrer do curso, como requisito para a colação de grau.

Art 4º. As Atividades Complementares constituem-se em parte integrante, indissociável e essencial do projeto político pedagógico do curso de bacharel em Direito e visam garantir a interação teoria-prática, contemplando as especificidades do curso, além de contribuir para o desenvolvimento das habilidades e das competências inerentes ao exercício das atividades profissionais do graduando.

Art. 5º. É de responsabilidade exclusiva dos discentes a escolha das atividades complementares, cuja realização possui a finalidade de enriquecer o currículo e garantir a pluralidade na formação do mesmo, ampliando os conhecimentos por meio de atividades extracurriculares cujas temáticas tenham relação com o curso de Direito.

Parágrafo único: É vedado ao discente cumprir toda a carga horária com apenas uma modalidade de atividade, sendo obrigatório que realize, no mínimo, três tipos de atividades distintas.

Art 6º . As atividades complementares podem ser desenvolvidas no próprio Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, em outras IES e em programações promovidas por outras entidades.

Art. 7º. São consideradas Atividades Complementares:

- I- Estágios extracurriculares (não obrigatórios), até o 6º período, em instituições previamente conveniadas com o IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba, podendo ser de até 30 horas por semestre, limitando-se a 90 horas totais para atividades vinculadas ao conhecimento científico do curso e a 30 horas totais para atividades não vinculadas ao conhecimento científico do curso ;

- II- Trabalho com vínculo empregatício na área, podendo ser de até 30 horas por semestre, limitando-se a 90 horas;
- III- Participação em sessões de defesa de trabalho acadêmico (TCC, Dissertação, tese) na área do curso, mediante apresentação de relatório de 1 até 3 laudas e certificação do presidente da banca examinadora, sendo 15 horas por semestre até o limite de 45 horas;
- IV- Participação em grupos de estudo na área do curso sob supervisão de professor do IF Sudeste MG no limite de 15 horas por semestre, até o total de 45 horas;
- V- Participação como membro de Conselho de Sentença junto ao Tribunal do Júri, limitando-se ao máximo de 15 horas;
- VI- Representação de turma (titular ou suplente), limitando-se a um semestre letivo e ao total de 15 horas;
- VII- Representação discente em órgãos colegiados, em comitês ou em comissões de trabalhos e em entidades estudantis, no limite de 30 horas, sendo computadas 15 horas por semestre;
- VIII- Organização de eventos técnicos científicos tais como seminários, simpósios, conferências, congressos, jornadas, visitas técnicas e outros da mesma natureza, na área do curso, devidamente registrados no âmbito do IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba, no limite máximo de 30 horas;
- IX- Monitorias em disciplinas do curso de bacharelado em Direito, independentemente de bolsa, no limite de 30 horas por semestre, até o total de 90 horas;
- X- Participação em cursos de curta duração na área jurídica, no limite de 30 horas;
- XI- Publicações em periódicos ou em anais de eventos técnico-científicos, na área do curso, sendo computadas 5 horas para resumos, 10 horas para resumos expandidos e 15 horas para artigos, até o limite máximo de 45 horas;
- XII- Apresentação de trabalhos em eventos técnicos-científicos na área do curso, sendo 10 horas por trabalho apresentado, até o limite de 45 horas ;
- XIII- Projetos e programas de pesquisa na área do curso, até o limite de 15 horas por semestre, totalizando, no máximo, 45 horas;
- XIV- Participação em projetos de ensino na área do curso, até o limite de 15 horas por semestre, totalizando, no máximo, 45 horas;

- XV- Disciplina eletiva cursada além daquelas necessárias para atendimento ao limite mínimo exigido no projeto político pedagógico, até o limite de 33 horas por semestre, totalizando, no máximo, 66 horas;
- XVI- Atividades em programas e projetos de extensão na área do curso, até o limite de 15 horas por semestre, totalizando, no máximo, 45 horas;
- XVII- Participação em eventos técnicos científicos, tais como seminários, simpósios, conferências, congressos, jornadas, visitas técnicas e outros da mesma natureza, todos na área jurídica, até o limite de 5 horas por evento ou dia de evento até a carga horária máxima de 90 horas;
- XVIII- Estudo de língua estrangeira, computando-se, no máximo, 30 horas por semestre, até o limite de 90 horas, sendo permitida apenas uma língua por semestre, não sendo aceitas declarações firmadas apenas por professores particulares;
- XIX- Certificados de proficiência em língua estrangeira oficialmente reconhecidos, equivalendo a 30 horas;
- XX- Ações voluntárias em matérias pertinentes ao curso, tais como comissário de menores, mesário em eleições, entre outros, até o limite de 15 horas.
- XXI- Atividades como mediador, conciliador, árbitro e negociador junto a Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania instituídos pelos Tribunais de Justiça e Câmaras privadas, podendo ser de até 30 horas por semestre, limitando-se a 90 horas.

Art 8º. Ao final do curso o estudante entregará a documentação comprobatória ao coordenador do curso, que fará o registro em formulário próprio.

Art 9º. Após avaliação da documentação, o colegiado do curso emitirá o parecer, deferindo ou indeferindo o pedido do estudante, que será enviado à secretaria para devido registro.

Art. 10. Os casos omissos serão levados ao colegiado do curso, que tomará as decisões cabíveis.

APÊNDICE 5 - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com a elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharel em Direito, do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba. Parágrafo único. A aprovação no TCC é indispensável para a colação de grau de qualquer aluno matriculado no curso de Bacharel em Direito do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba.

Art. 2º. O TCC consiste em pesquisa individual orientada, relatada em qualquer área do conhecimento jurídico, no âmbito do curso de Bacharelado em Direito.

Art. 3º. Os objetivos gerais do TCC são os de propiciar aos alunos do curso de Bacharel em Direito a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica do Direito.

CAPÍTULO II

DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 4º. O TCC é desenvolvida sob a orientação de um professor do curso de graduação em Direito.

Art. 5º. Cabe ao aluno escolher o professor orientador, devendo, para esse efeito, realizar o convite, levando em consideração os prazos estabelecidos neste Regulamento para a entrega do projeto de TCC.

§ 1º. Ao assinar o projeto de TCC, o professor está aceitando a sua orientação.

§ 2º. Pode o aluno contar com a colaboração de outro professor do Campus Rio Pomba, ou de profissional externo, atuando como coorientador, desde que obtenha a aprovação de seu orientador.

§ 3º. O nome do coorientador deve constar dos documentos e relatórios entregues pelo aluno.

Art. 6º. Na situação em que o aluno não encontre nenhum professor que se disponha a assumir a sua orientação, cabe ao Coordenador de Curso decidir a respeito.

Parágrafo único. Na indicação de professores orientadores, o Coordenador de Curso deve levar em consideração, sempre que possível, a distribuição de acordo com as áreas de interesse dos docentes, bem como a distribuição equitativa de orientandos entre eles.

Art. 7º. A substituição de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa do professor substituído.

Art. 8º. O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I - frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso;

II - atender seus alunos orientandos, em horário previamente fixado;

III - analisar e avaliar os relatórios que lhes forem entregues pelos orientandos;

IV - participar das defesas para as quais estiver designado;

V - assinar, juntamente com os demais membros das bancas examinadoras, as atas de defesa de TCC;

VI - requerer ao Coordenador de Curso a inclusão do TCC de seu orientando na pauta de defesa;

VII - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 9º. A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto no artigo 10 deste Regulamento autoriza o professor a desligar-se dos cargos de orientação, por meio de comunicação oficial ao Coordenador de Curso.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES DOS ALUNOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TCC

Art. 10. O aluno em fase de realização do TCC tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I - frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso ou pelo seu orientador;

II - manter contatos com o professor orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;

III - cumprir o calendário divulgado pelo Coordenador de Curso para entrega de projetos, relatórios parciais e versão final da monografia;

IV - entregar ao orientador relatórios sobre as atividades desenvolvidas;

V - elaborar a versão definitiva de seu TCC, de acordo com o presente Regulamento e as instruções de seu orientador e do Coordenador de Curso;

VI - entregar ao Coordenador de Curso, três cópias de seu TCC, devidamente assinadas pelo orientador;

VII - comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o TCC;

VIII - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO IV DOS PRÉ-REQUISITOS

Art. 11. Considera-se em fase de realização do TCC o discente devidamente matriculado na disciplina Projeto de Pesquisa, com orientação já formalmente aceita, e que já tenha cumprido 2.673 horas do curso, incluindo, neste montante, a carga horária de disciplinas obrigatórias e eletivas previstas na grade curricular do curso.

Parágrafo único. A defesa do TCC só ocorrerá quando houver sido integralizada (ou esteja em vias de integralização) a carga horária total do curso.

CAPÍTULO V DO PROJETO DE TCC

Art. 12. O aluno deve elaborar seu projeto de TCC de acordo com este Regulamento, bem como em consonância com o Regulamento de TCC do IFSUDESTEMG.

Parágrafo único. A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas pertinentes da ABNT, no que forem aplicáveis.

Art. 13. Será considerado apto o Projeto que obtiver aprovação na disciplina de Projeto de Pesquisa, cujos critérios serão estabelecidos pelo professor responsável pela respectiva matéria.

Art. 14. Aprovado o projeto de TCC, a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

I - ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a quinze dias, contados da data de início do período letivo;

II - haver a aprovação do professor orientador;

III - existir a concordância do professor orientador em continuar com a orientação, ou concordância expressa de outro docente em substituí-lo;

Parágrafo único. Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, desde que autorizadas pelo orientador.

CAPÍTULO VI DAS MODALIDADES

Art. 15. São modalidades de TCC:

I – TCC de Procedimento Monográfico (Monografia). Trata-se de trabalho de caráter individual, resultante de pesquisa fundamentada nos diferentes processos de investigação metodológica, versando sobre assunto relevante para o conhecimento jurídico, que deve ser antecedida da Elaboração de Projeto e executada nos termos da Norma Brasileira de Referência 14724, de 2011, e suas atualizações.

II – Artigo Científico publicado ou aceito para publicação em Periódico ou Revista indexada reconhecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo menos no nível QUALIS B5.

a) Cuida-se de produção acadêmica elaborada pelo aluno, com orientação de Professor Orientador que poderá figurar como co-autor da publicação:

b) Em situações excepcionais, serão aceitos trabalhos publicados em outros periódicos a critério do Colegiado do Curso.

c) O aluno que escolher esta modalidade, deverá apresentar a publicação ou aceite para publicação até a data limite de depósito do TCC constante no cronograma da disciplina, sob pena de impossibilidade de depósito do trabalho; é permitido ao aluno, ainda dentro do prazo mencionado, o depósito de trabalho em outra modalidade prevista neste regulamento.

III – Trabalho de Conclusão de Atividade em Projeto de Extensão. Refere-se a produção acadêmica elaborada de forma individual contendo os principais resultados sistematizados em Relatório Acadêmico, elaborado nos termos da Norma Brasileira de Referência aplicável, atendidos os parâmetros a serem definidos pelo Colegiado do Curso.

a) O aluno deverá comprovar, por meio de documento reconhecido pelo Colegiado do Curso de Direito, que houve a participação efetiva no referido Projeto de Extensão, devendo, para tanto, valer-se de relatório diverso do já apresentado na DIREXT.

Parágrafo único. O aluno poderá escolher livremente a modalidade de TCC a ser elaborada e apresentada. Tal escolha deve ser realizada ao longo das atividades desenvolvidas nas disciplinas de Metodologia de Pesquisa e de Projeto de Pesquisa.

CAPÍTULO VII DA ELABORAÇÃO

Art. 16. O TCC deve ser elaborado considerando-se:

I - na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas pertinentes da ABNT;

II - no conteúdo, as finalidades estabelecidas neste Regulamento e a vinculação direta de seu tema com um dos ramos do conhecimento na área do Direito.

III – para a Monografia: os limites de no mínimo 40 e, no máximo, de 60 páginas, desconsiderando os elementos pré e pós-textuais.

IV - para o artigo científico: os limites de no mínimo 20 e, no máximo, de 30 páginas, ressalvando as regras próprias do periódico.

V - para o relatório de atividade de extensão: os limites de no mínimo 20 e, no máximo, de 40 páginas de texto escrito.

Art.17. O TCC que extrapolar o limite máximo estabelecido no artigo 16 deve, para apresentação, possuir a aprovação do professor orientador.

Art. 18. O aluno deverá entregar as três cópias de seu TCC para o Coordenador de Curso, com no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da defesa.

CAPÍTULO VIII DA APRESENTAÇÃO/AVALIAÇÃO

Art. 19. As sessões de defesa de TCC são públicas.

Parágrafo único. Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos TCC's antes de suas defesas.

Art. 20. Na defesa, o aluno tem vinte minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora até dez minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de dez minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 21. A avaliação do TCC constituirá na apresentação escrita e defesa oral diante de uma banca examinadora composta pelo professor-orientador, um professor do departamento e um avaliador convidado, que poderá ser um docente pertencente ou não à Instituição ou um profissional convidado que pertença à área do trabalho.

Art. 22. A avaliação será definida em termos de reprovado, aprovado sem restrições ou aprovado com restrições.

§1º Em caso de aprovação sem restrições, o termo de aprovação será assinado pelo orientador/coorientador(es) e pelos demais membros da banca de avaliação do TCC.

§2º Em caso de aprovação com restrições, o termo será assinado apenas pelos dois membros convidados para compor a banca, ficando a assinatura do orientador condicionada à conclusão adequada das correções sugeridas, que deverá ocorrer no prazo definido no calendário acadêmico. Somente após esta etapa será dada sequência ao processo de certificação do aluno, quando a Coordenação de Curso encaminhará à Coordenação de Registros Acadêmicos ou órgão equivalente o termo de aprovação assinado.

Art. 23. Após a avaliação final do TCC e a assinatura do termo de aprovação, o autor deverá entregar ao Coordenador do Curso 01 (uma) cópia impressa devidamente encadernada, que será encaminhada para a biblioteca, e 01 (uma) cópia eletrônica em formato PDF (Acrobat Reader) da versão final com termo de utilização de divulgação de TCC assinado.

Art. 24. Todos os professores do curso de Bacharelado em Direito podem ser convocados para participar das bancas examinadoras, mediante indicação do professor orientador e aprovação do Coordenador de Curso.

Parágrafo único. Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras.

Art. 25. Não há recuperação da nota atribuída ao TCC, sendo a reprovação, nos casos em que houver, definitiva.

§ 1º Se reprovada, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema de pesquisa constante do seu projeto de TCC e com o mesmo orientador.

§ 2º Optando por mudança de tema, deve o aluno reiniciar todo o processo para elaboração do TCC, desde a elaboração do projeto de pesquisa.

CAPÍTULO IX

DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA

Art. 26 A entrega da versão definitiva do TCC é requisito para a colação de grau e deve ser efetuada conforme as normas estabelecidas para tal entrega.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Compete ao colegiado do Curso de Direito dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

APÊNDICE 6 - REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA E DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º - Este Regulamento rege as atividades do Laboratório de Prática Jurídica – LPJ do curso de Bacharel em direito do campus Rio Pomba do IFSUDESTEMG, abrangendo as atividades de Estágio Interno e as de Estágio Externo.

§1º. Entende-se por Estágio Interno aquele desenvolvido pelo aluno junto ao LPJ.

§2º. Entende-se por Estágio Externo aquele desenvolvido pelo aluno em órgãos públicos ou privados, legitimamente reconhecidos, desde que desenvolvam atividade jurídica e/ou voltada para a resolução adequada de conflitos, e estejam credenciados junto à Instituição, mediante convênio, com observância dos requisitos legais.

§3º. O Estágio obedecerá às normas e às disposições definidas por esta Instituição, assim como às diretrizes constantes neste Regulamento.

§4º. O Estágio realizado junto ao LPJ visa proporcionar aos alunos o Estágio curricular de prática jurídica, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho e seu desenvolvimento ético-profissional.

§5º. O Estágio, sempre que possível, deve ser norteado pela integração entre o campus Rio Pomba do IFSUDESTEMG e a comunidade em que o mesmo se insere.

Art. 2º - As atividades de Estágio são essencialmente práticas e devem proporcionar ao estudante a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, além da análise crítica daquelas.

Art. 3º - As atividades de Estágio devem buscar, em todas as suas variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Art. 4º - O estudo da Ética Profissional e sua prática devem perpassar todas as atividades vinculadas ao Estágio.

CAPÍTULO II DO LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 5º - O Laboratório de Prática Jurídica – LPJ é o órgão encarregado de supervisionar o Estágio dos alunos do curso de graduação em Direito, realizando atividades de prática real e simulada, com serviços de atendimento jurídico à população carente, desenvolvimento de práticas de resolução adequada de conflitos, bem como de prática do processo judicial eletrônico, sem qualquer tipo de ônus para as partes assistidas pelo referido órgão, cujas demandas serão selecionadas conforme a relevância acadêmica do assunto.

§1º. Caberá ao LPJ coordenar e integrar o Estágio Interno e o Estágio Externo, assim como as demais atividades práticas e teóricas necessárias à implementação do Estágio Obrigatório.

§2º. O Estágio Obrigatório do curso de Bacharel em Direito possui carga horária total mínima de 300 (trezentas) horas, que deverá, necessariamente, ser cumprida entre o 7º e 10º períodos.

§3º. Para os efeitos deste Regulamento, considera-se no 7º período o aluno aprovado em todas as disciplinas do 6º período, perfazendo a carga horária mínima de 1.980 horas já cursadas.

§4º. O cumprimento do Estágio Obrigatório poderá ocorrer durante um ou mais períodos, desde que dentre aqueles mencionados no §2º e obedecida a carga horária mínima exigida.

§5º. O cumprimento do Estágio Obrigatório poderá se dar de duas maneiras: ou integralmente através da modalidade de Estágio Externo, ou de maneira mista, caso em que será prestado nas modalidades de Estágio Externo e Estágio Interno.

§6º. Na hipótese de realização de Estágio antes dos períodos mencionados neste artigo, assim como sem o prévio convênio com o campus Rio Pomba do IFSUDESTEMG, não haverá cômputo na carga horária do Estágio Obrigatório.

Art. 6º - O Laboratório de Prática Jurídica, além de englobar o Estágio Interno e o Estágio Externo, desenvolverá atividades voltadas para os métodos adequados de solução de conflitos, assim como atividades de extensão.

§1º. A arbitragem, enquanto método adequado de solução de conflitos, será desenvolvida desde que presentes as condições necessárias para tanto, dependendo da formação e disponibilidade dos docentes envolvidos.

§2º. As atividades de extensão desenvolvidas através do LPJ devem estar devidamente registradas no setor competente.

Art. 7º - Para cumprimento do Estágio Obrigatório, conforme já mencionado nos §§ 2º e 5º do artigo 5º deste Regulamento, o aluno deverá optar pelo formato desejado.

§1º. No caso de cumprimento do Estágio Obrigatório na modalidade mista, o aluno deverá matricular-se na(s) disciplina(s) optativa(s) de Estágio Interno, com carga horária de 66h (sessenta e seis horas) cada uma, de acordo com critérios de seleção estabelecidos e de disponibilidade de vagas para cada modalidade de Estágio, devendo complementá-lo com o Estágio Externo, para cumprimento da carga horária total exigida.

§2º. O Estágio Obrigatório deve abranger os conteúdos essenciais de Ética Profissional, Estatuto de Advocacia da OAB, Organização Judiciária e metodologias preparatórias para atividade prática.

Art. 8º - A avaliação e respectiva aprovação nas disciplinas de Estágio Obrigatório dar-se-ão nos termos das normas pertinentes ao assunto, estabelecidas pelo IFSUDESTEMG, assim como ao disposto nos artigos 28 e seguintes deste Regulamento.

§1º. No caso do Estágio Interno, a avaliação do aluno ocorrerá segundo as normas acima mencionadas e critérios estabelecidos pelo LPJ, dentre os quais frequência e participação nas atividades propostas, segundo as determinações pelo professor-orientador.

§2º. No caso do Estágio Externo, a avaliação ocorrerá de acordo com as normas estabelecidas pelo LPJ e Setor de Estágio do Campus Rio Pomba do IFSUDESTEMG, dentre as quais a confecção de Relatório de Estágio.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DO LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 9º - São órgãos do Laboratório de Prática Jurídica: a Coordenação de Estágios e a Secretaria.

§1º. A Coordenação de Estágios é exercida pelo Coordenador do Laboratório de Prática Jurídica.

§2º. A Secretaria é exercida por profissional designado pelo Coordenador do Laboratório de Prática Jurídica.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES

DA COORDENAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 10 - O Coordenador do Laboratório de Prática Jurídica será eleito entre os professores efetivos da área de Direito do curso de Bacharel em Direito do campus Rio Pomba do IFSUDESTEMG, com atuação no referido órgão, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§1º. O Coordenador do LPJ é substituído, em suas faltas e impedimentos eventuais, por um professor do curso de Direito, designado pelo Coordenador do Curso.

§2º. O professor designado para exercer a Coordenação do LPJ computará em sua carga horária semanal o tempo destinado às atividades administrativas do referido laboratório.

Art. 11 - Compete ao Coordenador do Laboratório de Prática Jurídica:

I – planejar, organizar e gerir todas as atividades do LPJ e do Estágio Interno, devendo praticar os atos necessários ao bom andamento e funcionamento daquele órgão;

II – requisitar o material necessário ao funcionamento do LPJ;

III – propor ao Coordenador do Curso projetos de trabalho interdisciplinar, a serem desenvolvidos em conjunto com outros cursos ou programas da instituição, assim como com outras instituições;

IV – emitir parecer sobre a exequibilidade didática e prática dos projetos alternativos de Estágio, encaminhados pelos professores-orientadores de Estágio;

V – encaminhar ao Coordenador do Curso propostas de convênios para realização de Estágio, apresentadas por escritório de advocacia, órgão ou empresa pública ou privada;

VII – aprovar a composição de equipes e escalas de horário dos estagiários, de forma a manter uma distribuição equitativa de acadêmicos nos diversos horários de funcionamento do LPJ;

IX – aprovar escala dos professores-orientadores de Estágio, para atuação nas audiências realizadas nos períodos de férias escolares e no atendimento dos plantões;

X – apresentar, semestralmente, ao Coordenador do Curso, relatório das atividades do Laboratório de Prática Jurídica e do Estágio Interno;

XI – tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento;

XII – elaborar normas para o funcionamento da Secretaria de Estágios;

XIII – participar, juntamente com o Coordenador de Curso, de todas as atividades relacionadas à avaliação do curso de Direito;

XIV – fazer observar o regime de funcionamento, o respeito à programação e à correta realização dos trabalhos do LPJ;

XV – exercer o poder disciplinar, representando o Coordenador do curso em sua ausência;

XVI – propor modificações a este Regulamento;

XVII – enviar à Secretaria ou ao Coordenador do curso, quando solicitado, as informações necessárias à expedição de certidões e/ou declarações atinentes ao Estágio

XVIII – informar ao Coordenador do curso qualquer intercorrência relativa ao Estágio.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES

DA SECRETARIA DO LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 12 - A Secretaria do Laboratório de Prática Jurídica tem como principal função prestar o apoio logístico e administrativo para desenvolvimento das atividades daquele órgão, cabelhe, ainda:

I – manter arquivos de toda a correspondência recebida e expedida, bem como de toda a documentação e legislação referentes ao Estágio;

- II – expedir todas as declarações e certidões pertinentes aos estágios, respeitadas as competências específicas do Coordenador do Curso, previstas na legislação e normas vigentes;
- IV – divulgar as ofertas de estágio extracurricular;
- V – distribuir as tarefas aos estagiários;
- VI – manter arquivo com cópias de todos os processos ajuizados, que devem ser atualizados pelos estagiários;
- VII – manter cadastro de clientes, que deve ser atualizado com base nos dados fornecidos pelos estagiários a cada novo atendimento ou ato processual;
- VIII – fazer a inscrição e o encaminhamento das partes ao atendimento pelos estagiários, respeitando a proporcionalidade por equipe;
- IX – manter uma agenda das audiências referentes aos processos ajuizados, a ser atualizado pelos estagiários;
- X – acompanhar, juntamente com os estagiários, as publicações oficiais;
- XI – desempenhar as demais atividades de sua competência e as que lhes forem determinadas pelo Coordenador do Laboratório de Prática Jurídica, na forma deste Regulamento;
- XII – informar ao Coordenador do LPJ qualquer intercorrência relativa ao Estágio.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

DOS PROFESSORES-ORIENTADORES DE ESTÁGIO

Art. 13 - Cabe ao Coordenador de Curso designar, semestralmente, os professores destinados à orientação dos estagiários, atribuindo-lhes a jornada semanal adequada para tal atividade, levando-se em consideração a quantidade de alunos matriculados.

§1º. O Estágio Interno deve ser obrigatoriamente lançado na carga horária de ensino docente, por constituir-se como disciplina, tendo em vista suas peculiaridades, sobretudo por exigir o acompanhamento deste para seu desenvolvimento e execução.

§2º. O Estágio Externo não deve ser lançado na carga horária de ensino docente, por não exigir a presença do docente para sua realização, bastando o seu lançamento em carga horária de orientação de Estágio.

Art. 14 - Aos professores designados na forma do artigo anterior, compete, principalmente:

- I – orientar, supervisionar e avaliar as visitas e atividades simuladas e reais das equipes de estagiários sob sua responsabilidade, atribuindo-lhes a respectiva nota;
- II – realizar o controle de frequência dos estagiários pertencentes às equipes pelas quais for responsável;
- III – acompanhar as atividades forenses atribuídas aos alunos;
- IV – juntamente com o Coordenador do LPJ, selecionar e distribuir os casos que serão acompanhados por aquele órgão, observando sempre a melhor aprendizagem dos alunos;
- V – orientar os alunos acerca da pesquisa de bibliografia, de jurisprudência, de doutrina e de legislação, instruindo-os a respeito do ingresso na advocacia;
- VI – orientar a respeito da Organização Judiciária e facilitar o contato dos estagiários com juízes, representantes do Ministério Público, autoridades administrativas e serventuários da Justiça;
- VII – redigir, com os alunos, peças processuais, orientando-os com relação ao estilo forense;
- VIII – orientar os alunos com relação aos métodos adequados de solução de conflitos, bem como com relação ao início, formação, suspensão e fim do processo judicial, inclusive quanto

a audiências, provas, despachos, sentenças e recursos, priorizando, sempre que possível, as soluções consensuais em detrimento do processo litigioso;

IX – apresentar ao Coordenador do LPJ, em cada período letivo, relatório das atividades executadas pelos estagiários;

X – avaliar a participação das equipes de estagiários pelas quais for responsável, tanto junto aos processos encaminhados ao Poder Judiciário, assim como nas demais atividades destinadas à solução de conflitos;

XI – apresentar, para análise, propostas de alteração da pauta de visitas e atividades simuladas, constantes dos planos de ensino das respectivas disciplinas;

XII – supervisionar a aplicação, por parte das equipes, dos critérios constantes do roteiro de atendimento de clientes;

XIII – exigir das equipes relatórios das audiências realizadas;

XIV – exigir das equipes relatórios das sentenças dos processos findos;

XV – exigir das equipes relatórios dos litígios resolvidos através dos métodos adequados de solução de conflitos;

XVI – zelar pela ética profissional, orientando os estagiários em todos os aspectos relacionados ao correto exercício das profissões jurídicas e atividades que visam solucionar os conflitos de interesses; e

XVII – exercer outras atribuições que lhes forem conferidas;

XVIII – informar ao Coordenador do curso qualquer intercorrência relativa ao Estágio.

§1º. Todas as atividades de orientação, supervisão, acompanhamento, avaliação e coordenação atinentes ao Estágio realizado junto ao LPJ são consideradas atividades docentes, cujo exercício privativo cabe aos membros do corpo docente do Curso de Bacharel em Direito do campus Rio Pomba do IFSUDESTEMG.

§2º. A escala de trabalho dos professores responsáveis pela orientação de estagiários será aprovada pelo Coordenador do Curso, ouvido o Coordenador do LPJ.

§3º. As escalas deverão sempre garantir o bom andamento e funcionamento do LPJ, assim como a manutenção das demais atividades a serem desenvolvidas pelos docentes.

Art. 15 - As atividades de Estágio devem atender aos padrões e indicadores de qualidade, fixadas pelo MEC.

CAPÍTULO VII DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 17 - São considerados estagiários os alunos matriculados na(s) disciplina(s) de Laboratório de Prática Jurídica I ou de Laboratório de Prática Jurídica II e inscritos no LPJ nos períodos de realização de estágio, de acordo com o disposto nos §2º e §3º do artigo 5º desta norma, os quais devem, obrigatoriamente estar inscritos perante a OAB, competindo-lhes principalmente:

I – realizar as visitas orientadas e atividades simuladas, de acordo com o programa do Estágio;

II – cumprir seus plantões junto ao LPJ;

III – preencher fichas de atendimento de todos os clientes que forem atendidos no LPJ, encaminhando-as à Secretaria do Laboratório de Prática Jurídica para cadastramento, na forma do roteiro de atendimento;

IV – entregar periodicamente, ao professor-orientador de estagiários responsável pela equipe, relatório detalhado de todas as atividades realizadas durante o período respectivo;

- V – redigir, juntamente com o professor orientador, as petições de todos os processos nos quais participaram ativamente, delas fazendo constar a identificação da respectiva equipe, e assiná-las em conjunto com aquele docente;
- VI – comparecer, ao menos um estagiário da equipe, aos atos processuais decorrentes dos processos sob sua responsabilidade;
- VII – acompanhar as publicações oficiais, juntamente com a Secretaria, visando manter atualizada a agenda de audiência e demais atos processuais;
- VIII – informar à Secretaria, com antecedência mínima de três dias, as datas, horários e locais das audiências de suas equipes;
- IX – cumprir as intimações que forem efetuadas nos processos sob sua responsabilidade;
- X – agir de acordo com a ética profissional e zelar pelo bom nome da Instituição e do Curso;
- XI – comparecer às audiências trajados de acordo com a orientação dos professores-orientadores;
- XII – restaurar os processos sob sua responsabilidade, na eventualidade de perda ou extravio;
- XIII – manter cópias de todas as peças processuais produzidas nos processos encaminhados ao Poder Judiciário por intermédio do LPJ;
- XIV – cumprir este Regulamento e as demais determinações e normas legais referentes ao Estágio;
- XV – observar demais determinações e solicitações necessárias ao bom andamento dos processos e desenvolvimento dos métodos adequados de solução de conflitos;
- XVI – providenciar a documentação necessária para a realização do Estágio;
- XVII – informar ao professor-orientador, por escrito e em até 03 (três) dias úteis, qualquer intercorrência ou eventualidade ocorrida no período de Estágio;
- XVIII – aprimorar-se na qualidade dos trabalhos executados e prestados;
- XIX – abster-se de atos perturbadores da ordem;
- XX – manter sigilo, quando necessário, das informações levadas ao seu conhecimento em razão de sua atuação junto ao LPJ;
- XXI – cumprir as atribuições que lhes forem destinadas;
- XXII – ter acesso aos autos de seu interesse, acaso destinados a outros estagiários.
- Parágrafo único. No caso de infringência às normas que regulamentam o Estágio, assim como ao Estatuto da OAB e ao Código de Ética, devem ser observados os respectivos procedimentos, aplicando-se, ainda, as sanções previstas no Regimento da Instituição e no Regulamento de Conduta Discente, assegurado amplo direito de defesa.

CAPÍTULO VIII DO ESTÁGIO INTERNO

Art. 18 - Para fins de cumprimento do Estágio Interno, o aluno deverá estar matriculado na respectiva disciplina, para o que será necessário se inscrever em processo seletivo, em razão da limitação do número de vagas ofertadas e da qualidade do serviço realizado.

§1º. O Estágio Interno será oferecido através de duas disciplinas optativas, com a carga horária de 66h (sessenta e seis horas) cada uma.

§2º. A aprovação em uma das disciplinas de Estágio Interno não garante que o aluno curse ambas, devendo ser aprovado individualmente em cada uma delas.

§3º. O máximo de carga horária de Estágio Interno será de 132h (cento e trinta e duas horas), devendo ser somado ao Estágio Externo, para cumprimento do Estágio Obrigatório.

§4º. No caso de reprovação no Estágio Interno, o aluno poderá se submeter a novo processo seletivo para disputa de vaga ou optar pelo Estágio integralmente Externo.

Seção I

DAS VISITAS ORIENTADAS

Art. 19 - A carga horária das visitas orientadas será utilizada para o cumprimento da pauta de visitas supervisionadas por professores orientadores de Estágio.

§1º. A pauta de visitas orientadas deve abranger os diversos órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias e outras instituições que desenvolvam atividades jurídicas, judiciárias ou não judiciárias, em todos os seus níveis, devendo abranger, ainda, a observação de audiência e sessões reais.

§2º. Após realizadas as visitas orientadas, devem ser redigidos relatórios, os quais devem ser encaminhados à Coordenação do LPJ, por intermédio dos professores-orientadores de Estágio.

CAPÍTULO IX

DO ESTÁGIO EXTERNO

Art. 20 - Para fins de cumprimento do Estágio Externo, após assinado o respectivo Termo de Compromisso e eleito um professor-orientador, o discente poderá escolher uma das seguintes opções de Estágio: junto aos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais, em escritório e serviços de advocacia e consultoria jurídicas, desde que envolvam atividades de natureza jurídica ou voltadas para a solução adequada de conflitos, e estejam credenciados junto à Instituição, mediante convênio.

§1º. O credenciamento, para fins de Estágio Externo, obedece ao disposto neste Regulamento, assim como às diretrizes pertinentes estabelecidas pelo IFSUDESTEMG, além das demais legislações e normas vigentes sobre convênios para realização de estágios curriculares.

CAPÍTULO X

DO ESTÁGIO PROFISSIONAL DE ADVOCACIA

Art. 21 - O Estágio profissional de advocacia, previsto na Lei nº 8.906/94, de caráter extracurricular, inclusive para graduados, pode ser oferecido pela Instituição, por intermédio do Laboratório de Prática Jurídica, em convênio com a OAB, complementando-se a carga horária efetivamente cumprida no Estágio com atividades práticas típicas de advogado e do estudo do Estatuto de Advocacia e da OAB e do Código de Ética e Disciplina.

Parágrafo único – O Estágio Profissional deve sempre observar os princípios da conveniência e da oportunidade.

CAPÍTULO XI

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 22 - São direitos e deveres dos estagiários com atuação junto ao LPJ:

I – aplicar-se, com a máxima diligência, no estudo e no desenvolvimento dos casos que lhes forem distribuídos;

II – observar o regime instituído neste Regimento;

III – observar a frequência exigida no LPJ;

IV – aprimorar-se na qualidade dos trabalhos;

V – abster-se de atos perturbadores da ordem;

VI – cumprir as atribuições que lhe forem cometidas;

- VII – ter acesso aos casos de seu interesse, embora distribuídos a outro estagiário;
- VIII – manter sigilo com relação aos dados e informações que lhes forem confiadas em razão do Estágio;
- IX – apresentar às partes interessadas os métodos adequados de solução de conflitos, fazendo uso dos mesmos sempre que possível, dando-lhes prioridade, em detrimento dos meios litigiosos.

CAPÍTULO XII DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Art. 23 - O Laboratório de Prática Jurídica, observadas suas possibilidades e conveniências, prestará serviços gratuitos às pessoas que preencham os requisitos legais para se valerem dos benefícios da Assistência Judiciária.

§1º. Caberá aos professores-orientadores, juntamente com o Coordenador do LPJ, selecionar as causas e litígios a serem patrocinados pelo LPJ.

§2º. As partes assistidas pelo LPJ não terão qualquer ônus no que tange às atividades prestadas pelo referido órgão.

§3º. O LPJ poderá prestar assessoria, consultoria, orientação jurídica, assistência jurídica, devendo, em suas atividades, priorizar os métodos adequados de resolução de conflitos, em detrimento das formas contenciosas.

Art. 24 - Na hipótese de pagamento de honorários de qualquer natureza, sucumbenciais ou não, em favor de professores que compõem o corpo de Docentes do campus Rio Pomba do IFSUDESTEMG, em razão de sua atuação perante o LPJ, tais valores serão recolhidos na forma de lei, e deverão ser revertidos para o Laboratório de Prática Jurídica.

CAPÍTULO XIII DOS MANDATÁRIOS

Art. 25 - Das procurações que forem outorgadas pelos assistidos, constarão, como mandatários, os professores com atuação perante o LPJ e os estagiários indicados para o acompanhamento do caso.

§1º. Será prestada assistência, prioritariamente, na área cível.

§2º. Havendo interesse de algum professor orientador quanto à assistência em outras áreas, a procuração deverá ser outorgada exclusivamente em nome do mesmo, que ficará responsável pelo acompanhamento do feito até seu término.

CAPÍTULO XIV DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 26 - O Laboratório de Prática Jurídica funcionará, diariamente, no período das 13h (treze horas) às 17h (dezessete horas).

§1º. O horário estabelecido poderá ser modificado, se assim o exigir o desenvolvimento dos trabalhos.

§2º. Nos períodos de férias escolares, haverá plantão, em horário fixado pelo Coordenador do LPJ, com a finalidade de prestar assistência de urgência e acompanhar os processos em andamento.

CAPÍTULO XV DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 27 - A avaliação das atividades do Estágio Interno, realizado junto ao LPJ, será realizada mediante a atribuição de notas, de 0 (zero) a 10 (dez), nos termos das normas estabelecidas para Estágio pelo IFSUDESTEMG, levando em consideração o trabalho desenvolvido pelos discentes, assim como os relatórios das visitas orientadas e o desempenho das atividades, além de outros indicadores e instrumentos que constem dos respectivos planos de ensino.

§1º. Os professores orientadores, ouvida a secretaria, avaliarão o aluno nos seguintes requisitos: pontualidade; frequência; aproveitamento; interesse; conduta individual; postura no grupo; entrega mensal das tarefas.

§2º. No caso de reprovação, o aluno deverá matricular-se novamente, inclusive submetendo-se ao processo seletivo.

Art. 28 - Para a aprovação no Estágio será exigido a frequência em, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de todas as atividades propostas, conforme determinado pelo professor-orientador, assim como a média 6 (seis) na(s) respectiva(s) disciplina(s).

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 - O presente Regulamento só poderá ser alterado através do voto da maioria absoluta dos membros do Colegiado do curso de Bacharel em Direito do campus Rio Pomba do IFSUDESTEMG.

Art. 30 - Compete ao Colegiado do curso dirimir dúvidas referentes à aplicação deste Regulamento, bem como suprir suas lacunas ou omissões, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Parágrafo único. Das decisões do Colegiado, nesta matéria, cabe recurso ao órgão superior do campus Rio Pomba do IFSUDESTEMG.

APÊNDICE 7 - REGULAMENTO DO NÚCLEO DE APOIO AO DISCENTE - NAD

CAPÍTULO I

Art. 1º - O Núcleo de Apoio ao Discente - NAD é uma unidade de apoio vinculada à Coordenação do Curso de Direito em articulação com a Coordenação Geral de Assistência Estudantil (CGAE) e a Coordenação do Núcleo de Ações Inclusivas (NAI), que visa o apoio multidisciplinar do discente com vistas a contribuir para a permanência e êxito do estudante de Direito no curso.

CAPÍTULO II

Art. 2º – O NAD será formado por uma equipe multidisciplinar composta pelos professores do curso de Direito, profissionais da área da Psicologia, Pedagogia e/ou Serviço social e profissionais do Núcleo de ações inclusivas (NAI).

Parágrafo Único: A Coordenação do Curso de Direito será responsável por coordenar o atendimento no NAD.

CAPÍTULO III

Art. 3º - As orientações e aconselhamentos realizados pelo NAD visam auxiliar os alunos nas dificuldades de aprendizagem e estudo, aperfeiçoando o processo de encaminhamento para profissionais e serviços especializados, visando remediar as dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;

CAPÍTULO IV

Art. 4º - São atribuições do NAD:

- I - Planejar e diagnosticar os problemas envolvendo o processo psicopedagógico de ensino-aprendizagem dos discentes;
- II - Acompanhar o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes;
- III - Atendimento e acompanhamento de casos relativos a discentes PCD com o apoio do NAI;
- IV - Atendimento à Pessoa com Déficit de Atenção (TDAH), Deficiência Intelectual (DI) e Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o apoio do NAI, contribuindo para integração e qualidade de ensino da instituição;
- V - Auxiliar os alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.
- VI - Elaborar o Plano de Ação Semestral do NAD, tendo como linha estrutural os diferentes programas temáticos de apoio;

- VII - Realizar reuniões com o CGAE e NAI, a fim de identificar problemas e apresentar alternativas de solução para as vulnerabilidades discentes detectadas;
- VIII - Manter articulação com a Comissão Própria de Avaliação- CPA e com o NAI, com a finalidade de integrar ações;
- IX - Elaborar Relatório Semestral das ações desenvolvidas pelo NAD.

Art. 5º - São objetivos específicos do NAD:

- I - Identificar e minimizar as lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior, promovendo mecanismos de nivelamento;
- II - Acompanhar os alunos ao longo do curso, assistindo-os em suas dúvidas e ansiedades, favorecendo o desenvolvimento pessoal, social e cultural essenciais à formação deste futuro profissional, possibilitando-lhe uma participação efetiva na melhoria da qualidade de ensino;
- III - Investir nas competências e habilidades evidenciadas pelos alunos, por meio do estímulo à canalização desse diferencial em monitorias de ensino;
- IV - Identificar e tentar minimizar os problemas de ordem psicológica ou psicopedagógica que interfiram na aprendizagem, por meio de ações de aconselhamento, espaços para reflexão e debate e encaminhamento para clínicas, se for o caso;
- V - Oferecer um acolhimento especial aos alunos novos, ingressantes por processo seletivo ou por transferência, viabilizando sua integração ao meio universitário;
- VI - Incluir os alunos com necessidades educacionais especiais advindas de deficiências físicas, visuais e auditivas, por meio de ações específicas em parceria com o NAI;
- VII- Disponibilizar serviços de orientação profissional e vocacional, através de visitas, palestras, oficinas, aplicação e análise de testes vocacionais com o apoio da Diretoria de Extensão;
- VIII- Contribuir com o atendimento e dar encaminhamento para o aluno com Déficit de Atenção (TDAH), Deficiência Intelectual (DI) e Transtorno do Espectro Autista (TEA), a fim de auxiliar no atendimento de suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar juntamente com o NAI;
- IX – Buscar auxílio para os alunos em dificuldade socioeconômica por meio da concessão de bolsas nas modalidades disponibilizadas pela Coordenação Geral de Assistência Estudantil (CGAE), quando possível;
- IX- Orientar os alunos concluintes do curso de graduação para inserção no mercado de trabalho por meio de oficinas sobre planejamento de carreira, orientações sobre a elaboração do Curriculum Vitae, preparação para entrevista de emprego e outras atividades relacionadas às demandas dos concluintes, juntamente com a Diretoria de Extensão;
- XI- Enfatizar a participação discente no processo de autoavaliação institucional utilizando seus resultados como forma de articulação do apoio que necessitam.

CAPÍTULO V

Art. 6º - As solicitações de atendimento ao NAD serão dirigidas ao Coordenador do NAD e registradas diretamente em formulário específico (manual e digitalmente), quando da solicitação por meio telefônico, digital e/ou pessoalmente.

§1º - O atendimento deverá ser registrado em uma ficha individual de atendimento e registro que consiste em documento obrigatório a todo e qualquer atendimento, ao qual são anexados todos os documentos solicitados durante o trâmite para solucionar o caso atendido.

§2º - Caberá aos profissionais que atuam no NAD, a responsabilidade pela manutenção do sigilo profissional quanto aos atendimentos e documentação, observando-se os seguintes parâmetros:

I - Os relatórios não deverão identificar os atendidos, em respeito ao sigilo das sessões, sendo relacionados apenas numericamente e de forma ampla, os atendimentos individuais e em grupo;

II - Os prontuários dos atendidos devem ser guardados e mantidos sob sigilo;

§ 3º – Deverão ser resguardados o sigilo e privacidade das informações prestadas pelo corpo docente e discente, especialmente no que se refere às sessões de aconselhamento e atendimento individual feitas pelos profissionais de psicologia, conforme as normas e resoluções do Profissional.

CAPÍTULO VI

Art. 7º – O NAD deverá funcionar em local reservado, visando preservar a privacidade de seus usuários, cujo encaminhamento para atendimento poderá ocorrer nas seguintes condições:

I - Demanda espontânea dos alunos;

II - Encaminhamento pelos professores:

a) em situação de sala de aula, quando reconhecerem parâmetros de dificuldades de aprendizagem mais severos que os comuns;

b) quando o aluno apresentar comportamentos de ordem emocional e/ou social que sejam destoantes do modo habitual e que interfiram nas relações interpessoais estabelecidas em sala de aula.

III – Encaminhamento pela Coordenação do Curso, quando identificada alguma dificuldade nas interações interpessoais e no processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo único - O docente ou integrante da coordenação que identificar a necessidade de atendimento de algum aluno, deverá buscar o responsável do NAD para identificação do problema e encaminhamento para futura solicitação de comparecimento do discente.

CAPÍTULO VII

Art. 8º – Ao final de cada semestre letivo, o Coordenador do NAD juntamente com a CGAE e o NAI deverão elaborar um relatório conjunto com a finalidade de sistematizar os dados de atendimento e compor documento que relacione, qualitativa e quantitativamente, as atividades exercidas pelo NAD.

CAPÍTULO VIII

Art. 9º - Este regulamento se aplica ao curso de Bacharelado em Direito do IF Sudeste MG - Campus de Rio Pomba e a sua divulgação será feita pelo NAD.

Art. 10 – Os casos omissos desse regulamento deverão ser discutidos com os membros do NAD e em última instância com a Direção Geral.

CAPÍTULO IX

Art. 11 - Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas todas as demais disposições em contrário.

APÊNDICE 8 – PROJEÇÃO DE CARGA HORÁRIA.

1º SEMESTRE (1º PERÍODO)				
PROFESSOR	CURSO	DISCIPLINA	Nº de aulas (semanal)	Nº total de aulas (Semanal)
Camila Bernardino de Oliveira Lamas	Bacharel em Direito	Metodologia da Pesquisa	2	10
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito do Trabalho - Prática Trabalhista	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Previdenciário	2	
	Técnico em Segurança do Trabalho	Direito Aplicado II	2	
Cintia Fernandes Marcellos	Bacharel em Administração	Metodologia Científica Aplicada a Administração	4	12
	Licenciatura em Educação Física	Psicologia da Aprendiz. e Desenv. Aplic. a Ed. Fís.	4	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Psicologia Organizacional	2	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Psicologia Organizacional	2	
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	Bacharel em Direito	Introdução a Filosofia	2	8
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	

	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
	Licenciatura em Educação Física	Filosofia Geral e Educação	2	
Gustavo Vieira Silva	Bacharel em Direito	Política - Teoria do Estado	4	8
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Administrativo	2	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Legislação e Política Ambiental	2	
	Bacharel em Direito	Português I	4	
Marcela Zambolim de Moura	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	3	17
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	2	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	3	
	Bacharel em Zootecnia	Produção de Textos Técnico-Científicos	2	
	Técnico Integrado em Informática	Inglês Técnico	2	
	Técnico Integrado em Alimentos	Produção de Texto	1	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Empresarial e Tributário	4	
Marlene de Paula Pereira	Bacharel em Administração	Direito Empresarial e Tributário	4	12
	Curso Técnico em Administração	Instituições de Direito Público e Privado	4	
Paula Vieira Silva e Fidélis	Bacharel em Direito	Introdução ao Estudo do Direito	4	6
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Ética e Legislação Aplicada a Informática	2	

Tharcísio Alexandrino Caldeira	Bacharel em Administração	Estatística Aplicada à Administração	4	4
	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
Urias Couto Gonçalves	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	14
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	

Virgínia Maria Canônico Lopes	Bacharel em Direito	História do Direito	4	12
	Técnico em Serviços Jurídicos	Prática de Processo Civil e Penal	2	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Serviços Notariais e Registrais	4	
	Bacharel em Ciência da Computação	Ética e Responsabilidade Social	2	

2º SEMESTRE (2º PERÍODO)				
PROFESSOR	CURSO	DISCIPLINA	Nº de aulas (semanal)	Nº total de aulas (Semanal)
Camila Bernardino de Oliveira Lamas	Curso Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Civil e Penal	4	10
	Bacharel em Administração	Direito do Trabalho e Previdenciário	4	
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Direito Aplicado I	2	
Cintia Fernandes Marcellos	Bacharel em Administração	Psicologia Organizacional e do Trabalho	4	8
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Psicologia Aplicada à Segurança do Trabalho	2	
	Curso Técnico em Vendas	Psicologia Organizacional	2	
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	2º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	10
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Filosofia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	

	Bacharel em Administração	Filosofia e Ética	2	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Filosofia	1	
Gustavo Vieira Silva	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Legislação e Política Ambiental	2	6
	Curso Técnico em Serviços Jurídicos	Teoria Geral do Processo	2	
	Bacharel em Zootecnia	Legislação Ambiental e Agrária	2	
Marcela Zambolim de Moura	Bacharel em Direito	Português II	4	18
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Inglês Técnico	2	
	1 ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Produção de Textos Técnico-Científicos	2	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	
	1 ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	1	
	Bacharel em Direito	Teoria da Constituição	4	
Marlene de Paula Pereira	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Constitucional	2	9
	Bacharel em Agroecologia	Políticas e Legislações Agrícolas e Agrárias	3	

Paula Vieira Silva e Fidélis	Bacharel em Direito	Teoria Geral do Direito Civil	4	8
	Técnico em Serviços Jurídicos	Introdução ao Estudo do Direito	2	
	Bacharelado em Administração	Instituições de Direito	2	
Tharcísio Alexandrino Caldeira	Bacharel em Direito	Economia	4	20
	Bacharel em Administração	Contabilidade Geral	4	
	Bacharel em Ciência da Computação	Contabilidade Geral	4	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Contabilidade Geral	4	
	Bacharel em Administração	Economia II	4	
Urias Couto Gonçalves	Bacharel em Direito	Antropologia e Cultura Africana e Afro-Brasileira	3	13
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	Bacharel em Administração	Sociologia Aplicada a Administração	2	

Virgínia Maria Canônico Lopes	Técnico em Serviços Jurídicos	Relações Humanas	2	2
-------------------------------	-------------------------------	------------------	---	---

3º SEMESTRE (3º PERÍODO)				
PROFESSOR	CURSO	DISCIPLINA	Nº de aulas (semanal)	Nº total de aulas (Semanal)

Camila Bernardino de Oliveira Lamas	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito do Trabalho - Prática Trabalhista	4	8
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Previdenciário	2	
	Técnico em Segurança do Trabalho	Direito Aplicado II	2	
Cintia Fernandes Marcellos	Bacharel em Direito	Psicologia Jurídica	2	14
	Bacharel em Administração	Metodologia Científica Aplicada a Administração	4	
	Licenciatura em Educação Física	Psicologia da Aprendiz. e Desenv. Aplic. a Ed. Fís.	4	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Psicologia Organizacional	2	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Psicologia Organizacional	2	
	Bacharel em Direito	Introdução a Filosofia	2	
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	8
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	

Gustavo Vieira Silva	Licenciatura em Educação Física	Filosofia Geral e Educação	2	8
	Bacharel em Direito	Teoria Geral do Processo	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Administrativo	2	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Legislação e Política Ambiental	2	
Marcela Zambolim de Moura	Bacharel em Direito	Português I	4	17
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	3	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	2	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	3	
	Bacharel em Zootecnia	Produção de Textos Técnico-Científicos	2	
	Técnico Integrado em Informática	Inglês Técnico	2	
	Técnico Integrado em Alimentos	Produção de Texto	1	
Marlene de Paula Pereira	Bacharel em Direito	Direito Constitucional I	4	12
	Bacharel em Administração	Direito Empresarial e Tributário	4	
	Curso Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Empresarial e Tributário	4	
Paula Vieira Silva e Fidélis	Bacharel em Direito	Teoria Geral das Obrigações	4	10
	Curso Técnico em Administração	Instituições de Direito Público e Privado	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Notarial e Registral	2	
Rafael Bitencourt Carvalhaes	Bacharel em Direito	Direito Penal I	4	10
	Bacharel em Direito	Sociologia Jurídica	2	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Prática de Processo Civil e Penal	4	

Tharcísio Alexandrino Caldeira	Bacharel em Administração	Estatística Aplicada à Administração	4	4
	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
Urias Couto Gonçalves	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	15
	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	

Virgínia Maria Canônico Lopes	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	9
	MBA Gestão	Legislação e Proc de abertura de empresas	3	
	Técnico em Vendas	Legislação Aplicada	4	
	Bacharel em Ciência da Computação	Ética e Responsabilidade Social	2	

4º SEMESTRE (1º E 4º PERÍODO)

PROFESSOR	CURSO	DISCIPLINA	Nº de aulas (semanal)	Nº total de aulas (Semanal)
Camila Bernardino de Oliveira Lamas	Curso Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Civil e Consumidor	4	12
	Bacharel em Administração	Direito do Trabalho e Previdenciário	4	
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Direito Aplicado I	2	
	Bacharel em Direito	Metodologia	2	
Cintia Fernandes Marcellos	Bacharel em Administração	Psicologia Organizacional e do Trabalho	4	8
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Psicologia Aplicada à Segurança do Trabalho	2	
	Curso Técnico em Vendas	Psicologia Organizacional	2	
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	2º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	10
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Filosofia	1	

	2º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	Bacharel em Administração	Filosofia e Ética	2	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Filosofia	1	
	Bacharel em Direito	Teoria Geral do Estado	4	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Legislação e Política Ambiental	2	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente - EAD	Legislação e Política Ambiental	3	
Gustavo Vieira Silva	Curso Técnico em Serviços Jurídicos	Teoria Geral do Processo	2	19
	Bacharel em Administração	Direito Ambiental e Sustentabilidade	2	
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Legislação Ambiental	2	
	Bacharel em Zootecnia (opt)	Legislação Ambiental e Agrária	2	
	Agroecologia (opt)	Perícia Ambiental	2	
	Bacharel em Direito	Português II	4	
Marcela Zambolim de Moura	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	18
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Inglês Técnico	2	

	1 ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Produção de Textos Técnico-Científicos	2	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	
	1 ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	1	
Marlene de Paula Pereira	Bacharel em Direito	Direito Constitucional II	4	15
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Administrativo Constitucional	4	
	Agroecologia	Políticas Públicas Agrícolas e Agrárias	3	
	Bacharel em Administração	Direito Empresarial e Tributário	4	
Paula Vieira Silva e Fidélis	Bacharel em Direito	Teoria Geral dos Contratos	4	16
	Bacharel em Direito	Direito Processual Civil I	4	
	Bacharel em Direito	Ética	4	
	Bacharelado em Administração	Instituições de Direito	4	
Rafael Bitencourt Carvalhaes	Bacharel em Direito	Direito Penal II	4	14
	Bacharel em Direito	IED	4	
	Técnico em Serviço Jurídico	IED	2	
	Técnico em Serviço Jurídico	Noções de Direito Penal	4	
Tharcísio Alexandrino Caldeira	Bacharel em Direito	Economia	4	20
	Bacharel em Administração	Contabilidade Geral	4	
	Bacharel em Ciência da Computação	Contabilidade Geral	4	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Contabilidade Geral	4	

Urias Couto Gonçalves	Bacharel em Administração	Economia II	4	13
	Bacharel em Direito	Antropologia e Cultura Africana e Afro-Brasileira	3	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
Virgínia Maria Canônico Lopes	Bacharel em Administração	Sociologia Aplicada a Administração	2	10
	Técnico em Serviços Jurídicos	Ética e Relações Humanas	2	
	Bacharel em Direito	História do Direito	4	
	Bacharel em Direito	Direito Administrativo I	4	

5º SEMESTRE (2º E 5º PERÍODO)

PROFESSOR	CURSO	DISCIPLINA	Nº de aulas (semanal)	Nº total de aulas (Semanal)
Camila Bernardino de Oliveira Lamas	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito do Trabalho e Previdenciário	4	10

	Técnico em Administração	Instituições do Direito Público e Privado	4	
	Técnico em Compras	PROEJA	2	
	Técnico em Segurança do Trabalho	Direito Aplicado II	2	
	Bacharel em Direito	Psicologia Jurídica	2	
	Bacharel em Administração	Metodologia Científica Aplicada a Administração	4	
Cintia Fernandes Marcellos	Licenciatura em Educação Física	Psicologia da Aprendiz. e Desenv. Aplic. a Ed. Fís.	4	14
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Psicologia Organizacional	2	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Psicologia Organizacional	2	
	Bacharel em Direito	Introdução a Filosofia	2	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	8
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
	Licenciatura em Educação Física	Filosofia Geral e Educação	2	
	Agroecologia	Perícia Ambiental	2	
Gustavo Vieira Silva	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Ambiental e Sustentabilidade	2	12
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Notarial e Registral	2	

	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente - EAD	Legislação e Política Ambiental	3	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Legislação e Política Ambiental	3	
	Bacharel em Direito	Português I	4	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	3	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	2	
Marcela Zambolim de Moura	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	3	17
	Bacharel em Zootecnia	Produção de Textos Técnico-Científicos	2	
	Técnico Integrado em Informática	Inglês Técnico	2	
	Técnico Integrado em Alimentos	Produção de Texto	1	
	Bacharel em Direito	Teoria da Constituição	4	
	Agroecologia	Políticas Públicas Agrícolas e Agrárias	3	
Marlene de Paula Pereira	Bacharel em Administração	Direito Empresarial e Tributário	4	15
	Curso Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Empresarial e Tributário	4	
	Bacharel em Direito	Teoria Geral do Direito Civil	4	
	Bacharel em Direito	Direito Contratual	4	
Paula Vieira Silva e Fidélis	Bacharel em Direito	Direito Processual Civil I	4	16
	Técnico em Serviços Jurídicos	Métodos Adequados de Solução de Conflitos	2	
	Bacharel em Direito	Direito Penal III	4	
Rafael Bitencourt Carvalhaes	Técnico em Serviços Jurídicos	Prática Processual	4	8

Tharcísio Alexandrino Caldeira	Bacharel em Administração	Estatística Aplicada à Administração	4	4
	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
Urias Couto Gonçalves	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	15
	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	

	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
Virgínia Maria Canônico Lopes	Bacharel em Direito	Direito Empresarial I	4	13
	Bacharel em Direito	Direito Administrativo II	4	
	MBA Gestão	Legislação e Procedimento de Abertura de Empresas	3	
	Bacharel em Ciência da Computação	Ética e Responsabilidade Social	2	

6º SEMESTRE (1º, 3º E 6º PERÍODO)

PROFESSOR	CURSO	DISCIPLINA	Nº de aulas (semanal)	Nº total de aulas (Semanal)
Camila Bernardino de Oliveira Lamas	Bacharel em Direito	Metodologia	4	16
	Bacharel em Direito	Processo Civil III	4	
	Bacharel Administração	Direito do Trabalho e Previdenciário	4	
	Técnico em Compras	PROEJA	2	
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Direito Aplicado I	2	
Cintia Fernandes Marcellos	Bacharel em Administração	Psicologia Organizacional e do Trabalho	4	8
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Psicologia Aplicada à Segurança do Trabalho	2	
	Curso Técnico em Vendas	Psicologia Organizacional	2	
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	Bacharel em Direito	Filosofia do Direito	2	14
	2º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	

	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Filosofia	1
	2º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1
	2º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1
	2º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Filosofia	1
	Bacharel em Administração	Filosofia e Ética	2
	Bacharel em Direito	Teoria Geral do Processo	4
	Bacharel em Direito	Teoria do Estado	4
Gustavo Vieira Silva	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Legislação e Política Ambiental	2
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente EAD	Legislação e Política Ambiental	3
	Curso Técnico em Serviços Jurídicos	Teoria Geral do Processo	2
	Bacharel em Administração	Direito Ambiental e Sustentabilidade	2

	Agroecologia	Perícia Ambiental	2	
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Legislação Ambiental	2	
	Bacharel em Zootecnia	Legislação Ambiental e Agrária	2	
	Bacharel em Direito	Português II	4	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Inglês Técnico	2	
Marcela Zambolim de Moura	1 ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	18
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Produção de Textos Técnico-Científicos	2	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	
	1 ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	1	
	Bacharel em Direito	Direito Constitucional I	4	
	Bacharel em Direito	Direito Internacional Público	2	
	Bacharel em Administração	Direito Empresarial e Tributário	2	
Marlene de Paula Pereira	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Administrativo e Constitucional	2	15
	Bacharel em Agroecologia	Políticas e Legislações Agrícolas e Agrárias	3	
	Bacharel em Administração	Instituições do Direito	2	
	Bacharel em Direito	Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	2	
Paula Vieira Silva e Fidélis	Bacharel em Direito	Teoria Geral das Obrigações	4	14
	Bacharel em Direito	Direitos Reais	4	

	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Civil e Consumidor	2	
Rafael Bitencourt Carvalhaes	Bacharel em Direito	Introdução ao Direito	4	18
	Bacharel em Direito	Direito Penal I	4	
	Bacharel em Direito	Direito Penal IV	2	
	Bacharel em Direito	Sociologia do Direito	2	
	Bacharel em Direito	Filosofia do Direito	2	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Introdução ao Estudo do Direito	2	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Penal	2	
Tharcísio Alexandrino Caldeira	Bacharel em Direito	Economia	4	20
	Bacharel em Administração	Contabilidade Geral	4	
	Bacharel em Ciência da Computação	Contabilidade Geral	4	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Contabilidade Geral	4	
	Bacharel em Administração	Economia II	4	
Urias Couto Gonçalves	Bacharel em Direito	Antropologia e Cultura Africana e Afro-Brasileira	3	13
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	

	1º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	Bacharel em Administração	Sociologia Aplicada a Administração	2	
Virgínia Maria Canônico Lopes	Bacharel em Direito	Direito Empresarial II	2	8
	Bacharel em Direito	História do Direito	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Ética e Relações Relações Humanas	2	

7º SEMESTRE (2º, 4º, E 7º PERÍODO)

PROFESSOR	CURSO	DISCIPLINA	Nº de aulas (semanal)	Nº total de aulas (Semanal)
Camila Bernardino de Oliveira Lamas	Bacharel em Direito	Direito do Trabalho I	4	16
	Bacharel em Direito	Prática Jurídica Simulada I	2	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito do Trabalho e Previdenciário	4	
	Técnico em Compras	PROEJA	2	
	Técnico em Administração	Instituições de Direito Público e Privado	2	
	Técnico em Segurança do Trabalho	Direito Aplicado II	2	
Cintia Fernandes Marcellos	Bacharel em Direito	Psicologia Jurídica	2	14
	Bacharel em Administração	Metodologia Científica Aplicada a Administração	4	
	Licenciatura em Educação Física	Psicologia da Aprendiz. e Desenv. Aplic. a Ed. Fís.	4	

	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Psicologia Organizacional	2	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Psicologia Organizacional	2	
	Bacharel em Direito	Introdução a Filosofia	2	
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	8
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
	Licenciatura em Educação Física	Filosofia Geral e Educação	2	
	Bacharel em Direito	Direito Internacional Público II	2	
Gustavo Vieira Silva	Técnico em Serviços Jurídicos	Direito Ambiental e Sustentabilidade	2	13
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Notarial e Registral	2	
	Agroecologia	Perícia Ambiental	2	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Legislação e Política Ambiental	2	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente - EAD	Legislação e Política Ambiental	3	
	Bacharel em Direito	Português I	4	
Marcela Zambolim de Moura	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	3	17
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	2	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	3	

	Bacharel em Zootecnia	Produção de Textos Técnico-Científicos	2	
	Técnico Integrado em Informática	Inglês Técnico	2	
	Técnico Integrado em Alimentos	Produção de Texto	1	
Marlene de Paula Pereira	Bacharel em Direito	Teoria da Constituição	4	19
	Bacharel em Direito	Direito Constitucional I	4	
	Bacharel em Administração	Direito Empresarial e Tributário	4	
	Bacharel em Agroecologia	Políticas e Legislações Agrícolas e Agrárias	3	
	Curso Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Empresarial e Tributário	4	
Paula Vieira Silva e Fidélis	Bacharel em Direito	Teoria Geral do Direito Civil	4	18
	Bacharel em Direito	Teoria Geral dos Contratos	2	
	Bacharel em Direito	Direito Processual Civil I	4	
	Bacharel em Direito	Direito de Família	4	
	Bacharel em Direito	Capacitação em Métodos Adequados de Soluções de Conflito	2	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Métodos Adequados de Soluções de Conflito	2	
Rafael Bitencourt Carvalhaes	Bacharel em Direito	Direito Processual Penal I	4	12
	Bacharel em Direito	Direito Penal II	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Prática Processual	4	
Urias Couto Gonçalves	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	15
	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	

	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
Virgínia Maria Canônico Lopes	Bacharel em Direito	Direito Empresarial III	2	13
	Bacharel em Direito	Direito Administrativo I	2	
	Bacharel em Direito	Ética	4	
	MBA Gestão	Legislação e Processo de Abertura de Empresas	3	

Bacharel em Ciência da Computação	Ética e Responsabilidade Social	2
-----------------------------------	---------------------------------	---

8º SEMESTRE (1º, 3º, 5º E 8º PERÍODO)

PROFESSOR	CURSO	DISCIPLINA	Nº de aulas (semanal)	Nº total de aulas (Semanal)
Camila Bernardino de Oliveira Lamas	Bacharel em Direito	Metodologia	4	20
	Bacharel em Direito	Direito do Trabalho II	4	
	Bacharel em Direito	Práticas Extensionistas Interdisciplinares	2	
	Bacharel em Administração	Direito do Trabalho e Previdenciário	4	
	Curso Técnico em Compras	PROEJA	2	
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Direito Aplicado I	2	
Cintia Fernandes Marcellos	Bacharel em Administração	Psicologia Organizacional e do Trabalho	4	8
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Psicologia Aplicada à Segurança do Trabalho	2	
	Curso Técnico em Vendas	Psicologia Organizacional	2	
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	Bacharel em Direito	Filosofia do Direito	2	14
	2º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Filosofia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	

	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Filosofia	1	
	Bacharel em Administração	Filosofia e Ética	2	
Gustavo Vieira Silva	Bacharel em Direito	Teoria Geral do Processo	4	
	Bacharel em Direito	Teoria Política	4	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente - EAD	Legislação e Política Ambiental	3	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Legislação e Política Ambiental	2	
	Curso Técnico em Serviços Jurídicos	Teoria Geral do Processo	2	20
	Bacharel em Administração	Direito Ambiental e Sustentabilidade	2	
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Legislação Ambiental	2	
	Bacharel em Zootecnia	Legislação Ambiental e Agrária	2	
	Bacharel em Direito	Português II	4	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	18
1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Inglês Técnico	2		

	1 ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Produção de Textos Técnico-Científicos	2	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	
	1 ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	1	
Marlene de Paula Pereira	Bacharel em Direito	Direito Tributário I	4	19
	Bacharel em Direito	Direito Constitucional I	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Administrativo e Constitucional	2	
	Bacharel em Agroecologia	Políticas e Legislações Agrícolas e Agrárias	3	
	Bacharel em Administração	Direito Tributário	2	
	Bacharel em Administração	Instituições do Direito	4	
	Bacharel em Direito	Teoria das Obrigações	4	
Paula Vieira Silva e Fidélis	Bacharel em Direito	Direito Contratual	4	22
	Bacharel em Direito	Direito Processual Civil II	4	
	Bacharel em Direito	Direito das Sucessões	4	
	Bacharel em Direito	Prática Jurídica Simulada II	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito do Consumidor	2	
	Bacharel em Direito	Introdução ao Estudo do Direito	4	
Rafael Bitencourt Carvalhaes	Bacharel em Direito	Direito Penal I	4	22
	Bacharel em Direito	Sociologia Jurídica	2	
	Bacharel em Direito	Direito Penal III	4	
	Bacharel em Direito	Direito Processual Penal II	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Introdução ao Estudo do Direito	2	

Tharcísio Alexandrino Caldeira	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Penal	2	20
	Bacharel em Direito	Economia	4	
	Bacharel em Administração	Contabilidade Geral	4	
	Bacharel em Ciência da Computação	Contabilidade Geral	4	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Contabilidade Geral	4	
	Bacharel em Administração	Economia II	4	
Urias Couto Gonçalves	Bacharel em Direito	Antropologia e Cultura Africana e Afro-Brasileira	3	13
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	Bacharel em Administração	Sociologia Aplicada a Administração	2	
Virgínia Maria Canônico Lopes	Bacharel em Direito	Direito Administrativo II	4	14
	Bacharel em Direito	Direito Empresarial I	4	

Bacharel em Direito	Direitos Humanos	2
Bacharel em Direito	História do Direito	2
Técnico em Serviços Jurídicos	Ética e Relações Humanas	2

9º SEMESTRE (2, 4º, 6º, E 9º PERÍODO)

PROFESSOR	CURSO	DISCIPLINA	Nº de aulas (semanal)	Nº total de aulas (Semanal)
Camila Bernardino de Oliveira Lamas	Bacharel em Direito	Projeto de Pesquisa	2	18
	Bacharel em Direito	Direito Processual do Trabalho	4	
	Bacharel em Direito	Direito Processual Civil III	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito do Trabalho e Previdenciário	4	
	Técnico em Compras	PROEJA	2	
	Técnico em Segurança do Trabalho	Direito Aplicado II	2	
Cintia Fernandes Marcellos	Bacharel em Direito	Psicologia Jurídica	2	14
	Bacharel em Administração	Metodologia Científica Aplicada a Administração	4	
	Licenciatura em Educação Física	Psicologia da Aprendiz. e Desenv. Aplic. a Ed. Fís.	4	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Psicologia Organizacional	2	
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Psicologia Organizacional	2	
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	Bacharel em Direito	Introdução a Filosofia	2	8
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	

	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	
	Licenciatura em Educação Física	Filosofia Geral e Educação	2	
Gustavo Vieira Silva	Bacharel em Direito	Direito Ambiental I	4	19
	Bacharel em Direito	Direito Internacional Público I	2	
	Bacharel em Direito	Direito Internacional Privado	2	
	Bacharel em Direito	Eletiva	2	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Direito Ambiental e Sustentabilidade	2	
	Bacharel Agroecologia	Perícia Ambiental	2	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente (EAD)	Legislação e Política Ambiental	3	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Legislação e Política Ambiental	2	
		Bacharel em Direito	Português I	
Marcela Zambolim de Moura	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	3	17
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	2	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Língua Portuguesa e Literatura e Redação	3	
	Bacharel em Zootecnia	Produção de Textos Técnico-Científicos	2	
	Técnico Integrado em Informática	Inglês Técnico	2	
	Técnico Integrado em Alimentos	Produção de Texto	1	

Marlene de Paula Pereira	Bacharel em Direito	Direito Tributário II	2	21
	Bacharel em Direito	Teoria da Constituição	4	
	Bacharel em Direito	Direito Constitucional II	4	
	Bacharel em Administração	Direito Empresarial e Tributário	4	
	Bacharel em Agroecologia	Políticas e Legislações Agrícolas e Agrárias	3	
	Curso Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Empresarial e Tributário	4	
Paula Vieira Silva e Fidélis	Bacharel em Direito	Métodos adequados de solução de conflitos	2	20
	Bacharel em Direito	Teoria Geral do Direito Civil	4	
	Bacharel em Direito	Teoria Geral dos Contratos	2	
	Bacharel em Direito	Direitos Reais	4	
	Bacharel em Direito	Direito Processual Civil I	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Notarial e Registral	2	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Métodos adequados de solução de conflitos	2	
	Técnico em Administração	Instituições de Direito Público e Privado	4	
Rafael Bitencourt Carvalhaes	Bacharel em Direito	Prática Jurídica Simulada III	2	20
	Bacharel em Direito	Direito Penal II	4	
	Bacharel em Direito	Direito Penal IV	4	
	Bacharel em Direito	Filosofia do Direito	2	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Práticas Processuais	4	
Urias Couto Gonçalves	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	17
	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1	

	1ºano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1
	1º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1
Virgínia Maria Canônico Lopes	Bacharel em Direito	Propriedade Industrial e Inovação	2
	Bacharel em Direito	Direito administrativo I	4
	Bacharel em Direito	Direito Empresarial II	2
	Bacharel em Direito	Ética	2

Bacharel em Ciência da Computação	Ética e Responsabilidade Social	2
MBA Gestão	Legislação e Processo de Abertura de Empresas	3
Bacharel em Direito	Eletiva	2

10º SEMESTRE (1º, 3º, 5º, 7º E 10º PERÍODO)				
PROFESSOR	CURSO	DISCIPLINA	Nº de aulas (semanal)	Nº total de aulas (Semanal)
Camila Bernardino de Oliveira Lamas	Bacharel em Direito	Direito Previdenciário	4	24
	Bacharel em Direito	Direito do Trabalho I	4	
	Bacharel em Direito	Metodologia	4	
	Bacharel em Direito	Prática Jurídica Simulada	2	
	Bacharel em Direito	Eletiva	2	
	Bacharel em Administração	Direito do Trabalho e Previdenciário	4	
	Curso Técnico em Compras	PROEJA	2	
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Direito Aplicado I	2	
Cintia Fernandes Marcellos	Bacharel em Administração	Psicologia Organizacional e do Trabalho	4	8
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Psicologia Aplicada à Segurança do Trabalho	2	
	Curso Técnico em Vendas	Psicologia Organizacional	2	
Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento	Bacharel em Direito	Filosofia do Direito	2	14
	2º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	
	3º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Filosofia	1	

	3º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Filosofia	1
	2º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1
	3º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Filosofia	1
	2º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Filosofia	1
	2º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Filosofia	1
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Filosofia	1
	Bacharel em Administração	Filosofia e Ética	2
	Bacharel em Direito	Direito Ambiental II	2
	Bacharel em Direito	Direito Internacional Público	2
	Bacharel em Direito	Teoria Geral do Processo	4
	Bacharel em Direito	Teoria do Estado	4
Gustavo Vieira Silva	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente EAD	Legislação e Política Ambiental	3
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente EAD	Legislação e Política Ambiental	2
	Bacharel em Administração	Direito Ambiental e Sustentabilidade	2
	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Legislação Ambiental	2
	Bacharel em Zootecnia	Legislação Ambiental e Agrária	2

	Curso Técnico em Serviços Jurídicos	Teoria Geral do Processo	2	
	Bacharel em Direito	Português II	4	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Inglês Técnico	2	
Marcela Zambolim de Moura	1 ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	18
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Produção de Textos Técnico-Científicos	2	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	3	
	1 ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Língua Portuguesa, Literatura e Redação	1	
	Bacharel em Direito	Direito Financeiro e Econômico	4	
	Bacharel em Direito	Direito Processual Constitucional	4	
	Bacharel em Direito	Direito Constitucional I	4	
	Bacharel em Direito	Eletiva	2	
Marlene de Paula Pereira	Bacharel em Administração	Direito Tributário	2	23
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Constitucional	2	
	Bacharel em Agroecologia	Políticas e Legislações Agrícolas e Agrárias	3	
	Bacharel em Administração	Instituições do Direito	4	
	Bacharel em Direito	Teoria Geral das Obrigações	4	
Paula Vieira Silva e Fidélis	Bacharel em Direito	Direito Processual Civil II	4	22
	Bacharel em Direito	Direito Contratual	4	
	Bacharel em Direito	Direito de Família	4	

	Bacharel em Direito	Métodos Adequados de Solução de Conflitos	2	
	Bacharel em Direito	Responsabilidade Civil	2	
	Bacharel em Direito	Direito do Consumidor	2	
	Bacharel em Direito	Introdução ao Estudo do Direito	4	
	Bacharel em Direito	Direito Penal I	4	
	Bacharel em Direito	Sociologia Jurídica	2	
Rafael Bitencourt Carvalhaes	Bacharel em Direito	Direito Penal III	2	20
	Bacharel em Direito	Direito Processual Penal I	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Introdução ao Estudo do Direito	2	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Penal	2	
	Bacharel em Direito	Economia	4	
	Bacharel em Administração	Contabilidade Geral	4	
Tharcísio Alexandrino Caldeira	Bacharel em Ciência da Computação	Contabilidade Geral	4	20
	Bacharel em Ciência e Tecnologia de Laticínios	Contabilidade Geral	4	
	Bacharel em Administração	Economia II	4	
	Bacharel em Direito	Antropologia e Cultura Africana e Afro-Brasileira	3	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
Urias Couto Gonçalves	2º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	13
	2º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	2º ano Curso Técnico Integrado em Alimentos	Sociologia	1	

	2º ano Curso Técnico Integrado em Informática	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Zootecnia	Sociologia	1	
	1º ano Curso Técnico Integrado em Agropecuária	Sociologia	1	
	Bacharel em Administração	Sociologia Aplicada a Administração	2	
Virgínia Maria Canônico Lopes	Bacharel em Direito	Direito Empresarial I	4	20
	Bacharel em Direito	Direito Empresarial III	2	
	Bacharel em Direito	Direito Administrativo II	4	
	Bacharel em Direito	História do Direito	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Noções de Direito Civil e Consumidor	4	
	Técnico em Serviços Jurídicos	Ética e Relações Humanas	2	